Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação

Dissertação de Mestrado

O PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Aline Possa Silva

Rio de Janeiro
2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Aline Possa Silva

O PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Barreto Montaño.

Rio de Janeiro, 2009

Banca Examinadora

_____

Dr. Carlos Eduardo Barreto Montaño (orientador)

_____

Dra. Fátima Grave Ortiz

_____

Dra. Maria Lúcia Duriguetto

Resumo

Esta dissertação tem como objeto o estudo dos editais de concursos para Assistentes Sociais em âmbito municipal no estado do Rio de Janeiro no período compreendido dos dois mandatos do Governo Lula (2002 a 2008). Temos como objetivo conhecer e analisar as condições que permeiam o Mercado Profissional no estado do Rio de Janeiro, a partir de uma aproximação preliminar dos editais de concursos.

A pesquisa, aqui apresentada, é de natureza documental e teórica e busca analisar criticamente o Mercado de Trabalho Profissional e o seu perfil na contemporaneidade. Nossas hipóteses de trabalho referem-se à imagem que o empregador tem da profissão e o perfil requisitado nos concursos, a partir da apreciação de itens tais como: conhecimentos exigidos, atribuições do cargo, entre outros e se este perfil profissional condiz com o nosso projeto ético-político. E por último, se as exigências e os critérios de seleção nos concursos públicos conseguem atingir a todos os que se formam a cada ano na profissão, sobretudo, aqueles que possuem uma formação oriunda do ensino privado, uma vez que este se expandiu nos últimos anos através, principalmente, dos incentivos governamentais.

No primeiro capítulo, centramo-nos na análise do contexto estrutural do Capital e suas interfaces nos âmbitos político, econômico e social. Articulamos, portanto, à análise do mundo do trabalho e as atuais exigências para a classe trabalhadora.

No segundo capítulo, tratamos do Serviço Social e das pesquisas existentes sobre o perfil do mercado de trabalho, apresentando os dados e as análises em relação a nossa pesquisa com os editais de concursos municipais.

E por último, partimos para as conclusões, apresentando as atuais perspectivas para o Mercado de Trabalho Profissional a partir do recorte das hipóteses sugeridas e suas possíveis constatações.

Abstract

The objective of this dissertation is the studying of public contest edict for social workers interested directly to municipal level in the state of Rio de Janeiro during both two terms period of Lula's government (2002 to 2008). Our purpose is to distinguish and analyze conditions that permeate the Professional Marketing the state of Rio de Janeiro based on a preliminary approximation of public contest edict.

The present research is documental and theoretically, which analyzes critically the professional work marketing and its profile inside of a contemporary structure. Our working hypotheses have as reference the profession representation for the employer and the proficiencies required in the contests, as such: fundamental knowledge, office assignments, and others, and also if this professional profile is consistent with our ethical-political project. Finally, if the requirements and selection criterion in public contests reach all who graduate every year in this profession, especially those who have come from private education training, once it has expanded in recent years through, mainly of government incentives.

In the first chapter, our focus is analyzing the structural context of the Capital and its interfaces politically, economically and socially. Thus, we articulate the analysis of labor market and the current requirements for the working class.

In the second chapter, we are talking about the Social Service and existing profile research of the labor market, showing the data and analysis related our researching with the municipal edicts.

In conclusion, we divulge the current prospects for the Professional Marketing based on suggested hypotheses extracts and their possible results.

Agradecimentos

Agradeço a Deus em primeiro lugar por toda força e disposição concedida nos momentos de desânimo e descrença.

Agradeço aos meus pais, especialmente, a minha mãe que cuidou de mim e compreendeu-me nos momentos mais adversos.

Agradeço a minha família por acreditar em meu potencial.

Agradeço ao meu noivo Leandro, em breve esposo, pela paciência e por acreditar, sendo a voz otimista que me ajudava a persistir.

Agradeço aos amigos da Casa da Moeda do Brasil, em especial, aos meus chefes Deyse Romão e Wilson Gabriel, aos colegas Sandra, João, Marcos, Simone e Dr. Aldo que compreenderam todo o processo, contribuindo para mais uma vitória.

Agradeço ao meu orientador Carlos Montaño por ter aceitado o desafio de investir na temática, bem como ter contribuído com grande conhecimento do Serviço Social na dissertação apresentada.

Agradeço as Professoras Fátima Grave e Yolanda Guerra por terem participado da defesa do Projeto, contribuindo imensamente para o melhor desenvolvimento deste estudo.

Agradeço aos Professores da Banca Examinadora que aceitaram o convite prontamente, propondo-se a prestar grandes contribuições ao estudo desenvolvido.

Agradeço aos funcionários da Secretaria de Pós-graduação da ESS/UFRJ que se prontificavam sempre em ajudar-me nos trâmites acadêmicos.

Agradeço ao CRESS -7ª Região, através dos funcionários da COFI – Elias e Nísia – que colaboraram imensamente junto ao levantamento empírico realizado nos editais de concursos públicos.

E por último, dedico esta dissertação a todos os Assistentes Sociais que na luta cotidiana de construção de novos rumos para a profissão, persistem no processo de consolidação de nosso Projeto Ético-político.

SUMÁRIO

Introdução ---------- p.9 a 15

Capítulo 1 - **Um Panorama do Capitalismo Mundial e Brasileiro nos Dias Atuais e seus reflexos nos planos econômico, político e social ----------** p. 16

1 – O desenvolvimento capitalista mundial a partir da crise de 1973 e o atual debate sobre as mudanças no âmbito econômico, político e social. ------ p. 17 a 33

1.1– Neoliberalismo e o desenvolvimento capitalista no Brasil a partir dos anos 90.--------- p. 34 a 43

1.2- Mudanças no regime de acumulação capitalista: do regime de acumulação fordista- keynesiano ao regime de acumulação flexível. ----------p. 44 a 54

1.3– Reestruturação Produtiva e Mudanças no atual Mundo do Trabalho. -------- p. 55 a 62

1.4 – O Mercado de Trabalho Brasileiro a partir dos anos 90: apresentação de alguns indicadores. ---------- p. 63 a 77

1.5- A Reforma do Estado Brasileiro. ---------- p. 78 a 86

1.5.1 - A Política Social em tempos neoliberais. ---------- p. 87 a 94

1.6 – O Brasil no contexto atual: Governo Lula e algumas considerações. --------

p. 95 a 106

Capítulo 2 – **A demanda do Mercado de Trabalho do Serviço Social na Contemporaneidade a partir do estudo dos editais de Concurso -------** p. 107

2- Os Fundamentos do Serviço Social. ---------- p. 108 a 120

3 - Inflexões das atuais mudanças para o Serviço Social. ---------- p. 121 a 129

3.1 - Mercado de Trabalho Profissional: uma análise sobre as pesquisas existentes ---------- p. 130 a 138

3.2 - Mercado de Trabalho no Rio de Janeiro: uma análise da Pesquisa sobre os Editais de Concurso. ---------- p. 139 a 151

Tabela 1 – Remunerações nível Brasil e estados pesquisados ---------p. 141

Tabela 2 – Quantitativo de Editais por ano ------ p. 142

Tabela 3 – Concursos realizados e o quantitativo de vagas por ano ----- p. 143

Tabela 4 – Natureza do vínculo por esfera empregadora -------- p. 144

Tabela 5 – Área de atuação ---- p. 144

Tabela 6 – Jornada de Trabalho semanal indicada nos editais ----- p. 146

Tabela 7 – Remuneração por ano ----- p. 147

Tabela 8 – Formas de seleção -------- p. 149

Tabela 9 – Perfil Profissional ---------- p. 151

4 – Indicadores importantes do estado do Rio de Janeiro. ---------- p. 152 a 157

4.1 – Mercado de Trabalho no âmbito municipal no estado do Rio de Janeiro: nosso foco de análise. ---------- p. 158 a 178

Gráfico 1 – Concursos Públicos ------- p. 164

Gráfico 2 – Concursos Públicos Municipais ---- p. 165

Gráfico 3 – Quantitativo de vagas em Concursos Municipais por Ano ---- p. 166

Gráfico 4 – Áreas de Atuação ----- p. 168

Gráfico 5 – Vínculo empregatício -------- p. 170

Gráfico 6 – Carga horária -------- p. 171

Gráfico 7 – Remuneração em cada ano ------ p. 173

Gráfico 8 – Formação/Titulação -------- p. 175

Gráfico 9 – Conhecimentos exigidos ----- p. 177

<u>Conclusão</u> – Perspectivas do atual mercado de trabalho em âmbito municipal no estado do Rio de Janeiro. ---------- p. 179 a 190

Tabela 10 – Descrições dos Editais de Concurso ----- p. 182 a 184

Referência Bibliográfica ---------- p. 191 a 196

Introdução

Esta dissertação objetiva apresentar as condições de trabalho que o Mercado Profissional do Assistente Social está sujeito no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente em nível local, uma vez que com a descentralização das políticas sociais, há uma tendência, sobretudo, do deslocamento de nosso mercado empregador, bem como das requisições sócio-profissionais de nossos demandantes (empregador e usuários). Nosso objeto de estudo é o Perfil do Mercado de Trabalho em âmbito Municipal no estado do Rio de Janeiro no período que compreende os dois mandatos do Governo Lula, ou seja, de 2002 a 2008.

Procurou-se investigar a partir do levantamento realizado, em especial, junto ao Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 7ª Região, os editais de concursos públicos em âmbito municipal. E neste estudo verificou-se a imagem da profissão na ótica de nossos empregadores, a partir das atribuições e competências distribuídas nos diferentes concursos, bem como as atuais requisições postas ao Mercado Profissional do Assistente Social, sobretudo, no que concerne ao conteúdo bibliográfico e nas provas e títulos exigidos.

A temática que cerca este estudo é o Mercado de Trabalho Profissional e suas atuais transformações, permeado pelas mutações do mundo do trabalho e suas incidências sobre os trabalhadores, no que diz respeito as suas condições e relações de trabalho.

É perceptível, na atualidade, inúmeros profissionais de diferentes instituições do sistema público ou privado de ensino em carreiras, muitas vezes, expressivas socialmente ou não, entretanto sem garantias e perspectivas de inserção no mercado de trabalho. Esta realidade de desalento falta de perspectiva em relação ao primeiro emprego, subemprego, desemprego vem crescendo a cada dia entre os novos profissionais que se formam.

As chances de ingresso em um mercado formal de trabalho, hoje, vêm deixando muitos jovens estudantes sem perspectivas de futuro, gerando o que a *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL*[1] *afirma como "espaços de frustração" que expressam a qualificação obtida pelo mais jovens que não são compatíveis às possibilidades de emprego oferecidos* (Cf. SOARES, 2002).[2]

Segundo ANTUNES (2003:203), *os jovens são aqueles que terminam seus estudos, médios e superiores, e não têm espaço no mercado de trabalho*. Pois, o atual mercado de trabalho encontra-se sujeito ao subemprego, a vínculos

[1] A CEPAL foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Ela é uma das cinco comissões econômicas da ONU e possui 43 estados e oito territórios não independentes como membros. Além dos países da América Latina e Caribe fazem parte da CEPAL, o Canadá, França, Japão, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos da América.

[2] Em matéria do Globo Online, de 07/09/2007, intitulada "Planejamento é a palavra-chave para o jovem entrar no mercado de trabalho", observa-se a preocupação hoje premente com relação ao primeiro emprego, principalmente, da juventude, que se vê com diploma nas mãos após concluído cursos técnicos ou de nível superior, contudo sem grandes perspectivas de emprego. E o que vem sendo difundido e fixado por grandes meios de comunicação é a necessidade do jovem se planejar, escolhendo adequadamente a carreira; ter uma ampla rede de contatos, inclusive virtual; conhecer melhor o curso a que pretende ingressar, vislumbrando locais para trabalho, entre outros. Pois *o estudante deve fazer o planejamento de sua carreira, verificar em que área poderá trabalhar, tentar se preparar para preencher as exigências da carreira (cursos de idiomas, informática, etc) e entrar na faculdade já focado no mercado de trabalho* (Cf. fala de entrevistado na Reportagem). Isso remete-nos a compreensão de que hoje há uma responsabilização dos sujeitos pela sua empregabilidade, em vistas do crescente desemprego estrutural e suas atuais interfaces no mundo do trabalho.

precários, temporários e parciais, mostrando-se cada vez mais competitivo, acirrado e sujeito a rápidas e novas mudanças. E a luta pela empregabilidade[3], termo hoje presente no vocabulário do trabalhador e de seu empregador, torna-se cada vez mais premente do que só a formação profissional adquirida, pois esta unicamente não garante colocação no mercado de trabalho, pois vem sendo exigida dos sujeitos uma série de requisições profissionais e até pessoais, o que igualmente não garantem o emprego. Á medida que as oportunidades não são para todos e as que surgem, muitas vezes, não são chances que garantam segurança e estabilidade para os que delas usufruem.

Estas implicações no mundo do trabalho tomam dimensão maior com a reestruturação econômica, política e social que emerge nos anos 90 mundialmente, em especial, nos países em desenvolvimento como o Brasil, em resposta às crises de superprodução[4] que são inerentes ao modo de produção capitalista. Diante deste quadro sócio-histórico que conforma e atravessa o cotidiano de trabalho de muitos profissionais, dentre eles, os assistentes sociais que vêem afetadas as suas condições e relações de trabalho, bem como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais.

Sendo assim, trataremos neste estudo de analisar o perfil do mercado de trabalho para o Assistente Social em âmbito municipal no estado do Rio de

[3] Este termo freqüentemente utilizado pelas organizações significa a característica de ser empregável para o mercado de trabalho, ou seja, estar de acordo com o perfil requisitado. Conforme MATTOSO (1999:20), *a 'empregabilidade' passou a ser expressão dessa responsabilização do indivíduo por seu emprego e desemprego. Trata-se de uma clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo o trabalhador assumir a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, requalificação etc*.

[4] Cf. Glossário In: Mandel (1982: 412), "crises de superprodução são interrupções periódicas do processo de reprodução ampliada, (…), ocasionadas por uma queda da taxa de lucro, o que determina uma baixa nos investimentos e no nível de emprego: (…). As crises de superprodução são uma fase necessária no padrão normal da produção capitalista, que passa sucessivamente por ascensão, boom, superaquecimento, crise e depressão industriais."

Janeiro, as condições objetivas[5] e subjetivas[6] que se expressam no cotidiano de trabalho dos profissionais, entendendo que se faz necessário analisar o contexto mais global das transformações em curso, principalmente, incidentes sobre o mercado de trabalho para o conjunto da classe trabalhadora.

Justifica-se a temática - Mercado de Trabalho - por observar as atuais transformações recorrentes no mundo do trabalho e as mudanças macrosocietárias que vêm atingir as profissões, dentre as de nível superior, como o Serviço Social que surge historicamente no bojo da produção e reprodução das relações sociais capitalistas[7].

Podemos problematizar no Capítulo I a respeito das transformações como mudanças estruturais, que atingem os países capitalistas nos últimos anos, com origens econômica, política e social. No Brasil, estas mudanças começam a emergir em fins dos anos 80 e início dos anos 90. Um novo regime de acumulação de capitais entra em cena como resposta a mais uma das crises do capital já mundializado, adotando o padrão de acumulação toyotista de origem japonesa ou também denominado "acumulação flexível". Há uma total reestruturação nos processos produtivos, com enorme enxugamento dos gastos sociais, desemprego em massa e conseqüente flexibilização dos contratos de trabalho. Isso irá atingir boa parte da mão-de-obra empregada e a ser empregável a partir de então. Novas exigências ao mundo do trabalho são postas como pré-requisitos para ingresso no mercado, tais como:

[5] Segundo Guerra (1995), as condições objetivas expressam o lugar que a profissão ocupa na divisão social e técnica do trabalho, seus espaços de intervenção, o contexto, a conjuntura histórico-social.
[6] Ainda segundo Guerra (op.cit.), as condições subjetivas são as finalidades profissionais, as escolhas e a capacitação teórico-metodológica do assistente social.
[7] A sociedade necessitou deste profissional, por isso está posta na dinâmica social, instaurada na divisão sócio-técnica do trabalho.

1) polivalência ;

2) a multifuncionalidade;

3) os altos níveis de qualificação;

4) o domínio de inúmeras tecnologias;

5) o saber trabalhar em equipe;

6) o domínio de mais de um idioma;

7) a construção de uma rede de contatos (o chamado “networking”);

8) o domínio das técnicas de negociação; entre muitas outras habilidades que vão além das exigências profissionais, sendo características, muitas delas, as quais o sujeito deve adquirir em sua trajetória pessoal.

Atrelado às mudanças no mundo da produção e do trabalho, têm-se mudanças igualmente no direcionamento dado aos negócios das empresas que passam a ter suas mega filiais espalhadas por todo o mundo, representando novas facetas do capital quanto ao incentivo à competitividade em nível global (o que suprime as pequenas e médias empresas), a concentração e circulação de capitais, principalmente, expresso pelo capital volátil, financeiro, global e especulativo. Além da globalização econômica temos a globalização da cultura, das relações sociais e cotidianas dos povos, alargando as fronteiras entre os países capitalistas.

E por último, temos as mudanças no âmbito da política, com a vigência do neoliberalismo que preserva traços do liberalismo clássico, entretanto trazendo elementos novos, principalmente, em relação à intervenção estatal no campo das

conquistas e lutas sociais, ou seja, na garantia dos direitos sociais. Passamos a ter um Estado que intervêm para os mais vulneráveis ao sistema capitalista, aqueles que não conseguiram superar os dilemas da competitividade, atuando em grupos específicos, ou seja, aqueles considerados mais pobres, “incapazes” de encararem o mundo globalizado. Assim pensam os neoliberais e assim são concebidas as estratégias governamentais nos países em desenvolvimento a partir dos anos 90 até os dias que seguem, acompanhando o movimento da história.

A partir desta análise da totalidade dos fenômenos da realidade presentes no Capitalismo Contemporâneo, faremos uma relação de como tais mudanças poderão incidir no Mercado de Trabalho do Assistente Social.

A partir do cenário das transformações nas políticas sociais no contexto neoliberal, as mudanças e novas exigências ao mundo do trabalho, a privatização do público e o recrudescimento da “questão social” são postas aos assistentes sociais novas demandas sócio-profissionais, sendo requisitado novo perfil à categoria profissional no período estudado. A partir desta análise lançamos algumas hipóteses de trabalho que toma relação com as atuais exigências do Mercado de Trabalho Profissional e as perspectivas deste com a expansão e visibilidade tomada pela profissão, sobretudo, oriunda do ensino privado, sendo questionado o tipo de profissional que se terá formado a cada ano e sob quais perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas.

Para isso, sugerimos como procedimento metodológico pesquisa empírica nos registros de editais de concursos públicos, existentes no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 7ª Região, em âmbito municipal no estado do Rio de

Janeiro no período de 2002 a 2008 (dois mandatos do Governo Lula). Igualmente, utilizamo-nos do recurso da Internet, que dispõe dos editais anteriores e atualizados em relação aos concursos para Assistentes Sociais. Este estudo contribui para o levantamento de dados que serão analisados ao longo do Capítulo II.

Do mesmo modo que realizamos pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática do Mercado de Trabalho, analisando as pesquisas existentes no IBGE, DIEESE e em outros Institutos, bem como utilizando-nos de estudos realizados pelas Universidades sobre o Perfil do Mercado de Trabalho do Assistente Social em diferentes estados.

Tais pesquisas serviram para contribuir com a análise do Perfil Profissional existente no âmbito municipal, permitindo-nos conhecer os indicadores geográficos, econômicos, políticos e sociais do estado do Rio de Janeiro e o mercado empregador para o Serviço Social, bem como realizar análise crítica sobre aquele.

Por conseguinte, concluímos retomando as nossas hipóteses de trabalho, articulando-as à análise crítica dos resultados obtidos e apresentando as novas perspectivas para o Mercado de Trabalho do Assistente Social na Contemporaneidade.

Capítulo I

“Um Panorama do Capitalismo Mundial e Brasileiro nos dias atuais e seus reflexos nos planos econômico, político e social”

1 – O desenvolvimento capitalista mundial a partir da crise de 1973 e o atual debate sobre as mudanças no âmbito econômico, político e social.

O modo de produção capitalista, em sua natureza, exige necessariamente a concentração[8] e centralização[9] de capitais, bem como gera desemprego em massa e deterioração das condições de vida dos trabalhadores. Este modo de produção ampara-se nas crises que lhes são inerentes, fomentando através do acúmulo de capitais, as guerras armamentistas e as disputas por interesses políticos e econômicos entre os países, em uma verdadeira corrida imperialista.

MANDEL (1990), já alertava para o fato de que a chamada internacionalização da economia ou globalização toma necessariamente a forma de concentração e centralização de capitais. E para tanto, os *gastos militares colossais* são, segundo o mesmo autor, 'responsáveis pela inflação', porém imprescindíveis à manutenção dos monopólios.

Com isso, são utilizados, ao longo da história, alguns recursos para amenizar tais crises como, por exemplo, as guerras mundiais que marcaram o século XX e que marcam atualmente o século XXI. O sistema capitalista tornou a corrida armamentista uma estratégia fundamentalmente política e econômica, pois como afirma o próprio MANDEL (1982) em seus estudos sobre o chamado capitalismo tardio[10], "a produção de armas que seria utilizada nas guerras

[8] Cf. Glossário In: Mandel (1982:412), expressa "o aumento de valor do capital em toda empresa capitalista importante em conseqüência da acumulação e da concorrência".
[9] Cf. Glossário In: Mandel (1982:412), expressa a "fusão de diversos capitais sob um único controle comum."
[10] Esta denominação dada pelo autor representa a fase do capitalismo monopolista marcada pelo período pós-guerra, que significou o momento de políticas de reestruturação dos países atingidos pela Grandes Guerras Mundiais, tais como: as políticas de pleno emprego e as do bem estar

dinásticas, do séc. XV ao século XVIII*"* (Cf. op. cit., p.193*)*, representou um processo de acumulação primitiva, sendo na história do capitalismo moderno as despesas com armamentos uma das principais alavancas para expansão e acumulação de capitais; assim como, um dos principais fatores que controlavam a queda tendencial das taxas de lucro.

Em conseqüência disso, as grandes guerras mundiais significaram para o capitalismo, historicamente, um momento de afirmação frente às crises imanentes do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, a corrida armamentista e imperialista objetivava conter o avanço socialista em grande parte da Europa e em outros países; bem como, criar novos nichos de produção e consumo e incorporar grande parte da mão-de-obra jovem excedente.

No entanto, podemos dizer que o principal mecanismo para enfrentamento e contenção das crises estruturais do capitalismo foi o Estado. Não foi à toa que um modelo econômico, político e social como o liberalismo, que marcava os países capitalistas, viu-se chegar ao fim com a grande depressão no final dos anos 20 e início da década de 30 no "coração" financeiro dos EUA. Este regime econômico e político entra em uma crise[11] tão desastrosa para as economias mundiais que "joga nas ruas milhares de trabalhadores; promove a falência de empresas que segue em cadeia sucessiva, arrastando na sua esteira grandes blocos de capitais; faz despencar os preços das mercadorias em uma velocidade aterrorizante para os proprietários dos bens de capital e por fim ameaça as

social, mantendo-se não só o equilíbrio do sistema produtivo, bem como a reprodução dos trabalhadores.

[11] Outra manifestação de crise que marcou este modelo de pensar a economia e a política dos países foi a destruição em massa dos países atingidos pela 2ª Grande Guerra , especialmente, os países europeus que necessitaram da ajuda norte-americana para reestruturação de suas nações, através do chamado New Deal.

instituições políticas da sociedade na sua existência, pondo em risco a sobrevivência do sistema.” (Cf. TEIXEIRA, 1998, p.211 e 212).

O período pós-guerra foi marcado pelas políticas de reestruturação econômica, política e social da Europa, significando para os países um momento de rever junto à intervenção do Estado, as medidas políticas econômicas e sociais adotadas no período liberal. A crise é caracterizada inerente ao modo de produção capitalista, ou também denominada crises de superprodução, fazem com que os capitalistas de todo o mundo revisem tal modelo econômico em que a liberdade de mercado tornava-se a peça fundante de sustentabilidade da dinâmica capitalista. Esta técnica anticíclica da política do capital, já em seus moldes monopolistas, pode ser representada pelo chamado “pleno” emprego e pela forma com a qual se distribuíram os rendimentos nas diferentes categorias sociais (Cf. MANDEL, 1990, p. 10).

Segundo TEIXEIRA (ibid., p.212), “o Estado é obrigado a abandonar sua posição de ‘vigia da economia’ para se tornar instrumento de salvação do sistema, com suas políticas de apoio direto ao processo de acumulação de capital e com suas políticas sociais compensatórias de ajuda para os excluídos do mercado, (…), passa a assumir e ser o regulador do modo de produção capitalista, adotando um “modelo social-democrático de desenvolvimento”, o que convenionou-se a chamar de regime de acumulação fordista-keynesiano[12] . Conforme HARVEY (2005):

[12] Este regime de acumulação fordista-keynesiano consistia na afirmação de um padrão de acumulação rígido, que separa a gerência, a concepção, o controle e a execução, sendo marcado estritamente pela produção e consumo em massa, aliado a um Estado que assumia novos papéis, dentre eles, o de fortalecer a economia, investindo em políticas que estimulassem o “pleno” emprego e garantissem o bem estar social (seguridade social, políticas trabalhistas,

> " O Estado, (…), assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra." (p.129)

Portanto, um Estado refuncionalizado[13] (NETTO, 2001,p.29) com novos poderes institucionais e mantenedor da ordem, ou seja, um poder estatal que assegurava não só a política econômica e fiscal, interesse da classe capitalista, mas garantia a classe trabalhadora os custos com a sua reprodução, estimulando o consumo e mantendo as suas condições de sobrevivência.

Este compartilhar de interesses do capital e do trabalho, como se fosse uma relação harmoniosa, fez com que o chamado Estado Keynesiano ou chamado Estado de bem-estar Social mantivesse os sindicatos como parceiros do padrão de acumulação fordista. No Brasil, os sindicatos estavam infiltrados em ações corporativas junto do poder estatal e dos empregadores, assumindo não mais posicionamentos socialistas e que lutavam por um bem coletivo, mas posturas aliadas à política de salários e emprego dos que estavam inseridos no mercado de trabalho, garantindo assim a produção e o consumo em massa.

---

assistência médica, educação, habitação, etc) daqueles que estivessem inseridos no mercado formal de trabalho e que fossem filiados aos sindicatos.

[13] Segundo Netto (2001:74), "o processo pelo qual a ordem monopólica instaura o espaço determinado que, na divisão social (e técnica) do trabalho a ela pertinente, propicia a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a 'questão social', tipificadas nas políticas sociais". Com isso, percebemos que este Estado caracterizado como mediador entre capital-trabalho, não passa de um Estado refuncionalizado e que respondia à ordem econômica vigente.

Contudo, lutas de resistência a este modo de regulamentação social e política (HARVEY, op. cit., p.129), principalmente por parte das minorias, tais como: mulheres, negros, imigrantes, desempregados, subempregados e grande parte daqueles trabalhadores não filiados a estes sindicatos corporativos, começam a eclodir. E isso porque a Política de bem-estar Social[14] em muitos países, sobretudo aqueles que vivenciaram este modelo estatal, não assume o caráter universal e de garantia a todos.

Nos países latino-americanos, como o Brasil, o padrão de acumulação baseado na relação fordismo / keynesianismo, teve que enfrentar um modelo agro-exportador resistente às novas técnicas e linhas de produção baseadas no fordismo. Assim como, "a ausência de um setor financeiro capaz de financiar o processo de acumulação industrial e de um setor produtor de bens de capital (máquinas, equipamentos, instalações) e de insumos básicos." (Cf. TEIXEIRA, op. cit., p. 217). Diante desta realidade, somente o Estado poderia assumir o financiamento deste processo de industrialização tardio no país, incentivando as exportações, investindo na produção de máquinas, equipamentos e insumos básicos requeridos pela economia. Atrelado a esta nova racionalidade assumida pelo Estado, vê-se também obrigado a assumir as políticas sociais e, principalmente, investindo maciçamente na política trabalhista, adquirindo, portanto, legitimidade junto à classe trabalhadora que passa a reivindicar pelos

[14] O Estado neste período do pós-guerra denominava-se Estado de Bem Estar Social por ser o grande partícipe na dinâmica capitalista e nos custos de reprodução com a classe trabalhadora. Portanto, o Estado de Bem Estar Social não foi o mesmo em todos os países, pois sofreu variações de acordo com a condição democrática e de cidadania instaurado em cada nação, sendo as políticas sociais promovidas pelo Estado de caráter universal e para todos, como por exemplo, em alguns países europeus, escandinavos.

seus direitos diante das mazelas sociais que emergiam no novo cenário industrial e urbano brasileiro.

Sendo assim, o Estado brasileiro, dos anos 30 até meados dos anos 80, assumiu a característica de interventor e regulador da economia de mercado e que sustentava, legitimando as políticas populistas e corporativas em relação a determinadas classes sociais. Vivemos assim como muitos países da América Latina, o período ditatorial, chamado por NETTO (2004) a partir de Florestan Fernandes de "autocracia burguesa", em que militares assumiram o poder de Estado, instaurando um modelo de desenvolvimento dependente do capital estrangeiro, sendo marcado por um período de grande aumento da dívida externa brasileira, manutenção e continuidade do padrão de acumulação vigente.

O período ditatorial também se caracterizou pelo controle e repressão do poder estatal em relação à liberdade intelectual e de ir e vir dos sujeitos sociais, adotando, portanto, "o pacto contra-revolucionário" (NETTO, op. cit., p. 27) que assegurava o padrão de acumulação em voga no contexto internacional, sendo um Estado "antidemocrático e antinacional" (ibid., p. 29). Este modelo político, econômico e social fracassou nos países subdesenvolvidos por conta das crises fiscais e da erosão das bases políticas de sustentação do Estado interventor e antidemocrático. Segundo HARVEY (op.cit.), os descontentamentos dos vários movimentos sociais em nível mundial também repercutiram no Terceiro Mundo:

> "Devem-se acrescentar a isso todos os insatisfeitos do Terceiro Mundo com um processo de modernização que prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, mas que, na prática,

> promovia a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e de serviços públicos (por exemplo, no campo da saúde), a não ser para uma elite nacional muito afluente que decidira colaborar ativamente com o capital internacional." (p. 133)

O regime de acumulação fordista-keynesiano começava a mostrar sinais de esgotamento nos vários países capitalistas devido, principalmente, a prioridade pelos investimentos em capital financeiro em detrimento do capital produtivo, ou seja, a opção pela chamada financeirização do capital frente à produção em massa como instrumento da acumulação capitalista. [15]Conforme HARVEY (op. cit.):

> "Os novos sistemas financeiros implementados a partir de 1972 mudaram o equilíbrio de forças em ação no capitalismo global, dando muito mais autonomia ao sistema bancário e financeiro em comparação com o financiamento corporativo, estatal e pessoal. A acumulação flexível evidentemente procura o capital financeiro como poder coordenador mais do que o fordismo o fazia." (p.155)

[15] Vários fatores conjunturais também explicam a crise do modelo de produção fordista, tais como: o processo de "estagflação", isto é, a estagnação da produção de bens e a alta inflação de preços (Cf. Harvey, 1996) que causou uma queda considerável nos processos de produção ; a crise do petróleo que significou para o mundo capitalista mais uma da suas crises de superprodução, causando um aumento decisivo no preço do petróleo, aumentando-se os custos dos insumos de energia consumidos pelas novas tecnologias; a instabilidade financeira por todo o mundo por conta dos petrodólares excedentes e a crise do chamado Estado de Bem Estar Social que perde sua legitimidade em fins dos anos 70 devido à crise fiscal com os gastos em seguridade social, direitos de pensão, entre outros programas de assistência aos trabalhadores, tendo sido investidos no período pós-guerra e devido também a pressão dos movimentos sociais e de alguns sindicatos. Para Netto (2007), a "crise do Welfare State ou Estado de bem-estar Social explicita o fracasso do único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos" (Cf. p. 68).

Com isso, a partir dos anos 70, no contexto dos países de economia desenvolvida, que detinham o controle imperialista e a hegemonia mundial, exige-se a substituição de um padrão de acumulação rígido a um modelo de acumulação mais "flexível"[16], um Estado não oneroso aos cofres públicos, mantenedor da concorrência intercapitalista e imperialista e que continha o avanço socialista[17]. Tudo isso para conter a crise do antigo padrão de acumulação, sendo lançadas novas bases econômicas, políticas e sociais, que irão afetar, principalmente, o mundo da produção e do trabalho. Pois, cada vez mais com as novas formas de gerência administrativa incorporadas pelo Estado, arca-se menos com os bens e serviços sociais, com os custos de reprodução social, investindo-se mais incisivamente em um "mercado de ações globais, na compensação recíproca das taxas de juros e moedas, acelerando a mobilização geográfica de fundos, criando pela primeira vez, um único mercado mundial de dinheiro e de crédito" (Cf. HARVEY, op. cit., p. 152).

O longo período de expansão, intitulado por MANDEL (1990), por *ondas longas expansivas*, caracterizado pelo período imediato do segundo pós-guerra e a década de sessenta (NETTO, 2007:69), iria se exaurir progressivamente,

[16] Esta forma de acumulação capitalista toma como "faces de uma mesma moeda" a restruturação produtiva, a financeirização do capital, a globalização e o neoliberalismo, os quais trataremos mais adiante. Caracterizando-se como 'flexível" no processo produtivo, pois altera a relação homem/máquina, fazendo com que àquele maneje simultaneamente outros maquinários emergentes com as inovações tecnológicas. Toma também como característica a flexibilidade do aparato jurídico, desregulamenta as leis trabalhistas, que são fruto de luta dos trabalhadores ao longo da história, assegurando assim o processo de acumulação do capital. Conforme Mattoso (1999, p. 20), "o governo abre mão da articulação de um projeto nacional e passa a propor a intensa flexibilização da legislação que regula o trabalho de maneira a favorecer a desregulação e a redução dos custos empresariais."

[17] O Socialismo avançou em alguns países no período pós-guerra, contudo após as mudanças de que tratamos, principalmente, nos rumos que o Capitalismo assume pós anos 70, principalmente, em países de economia avançada, reestruturando sobretudo seus sistemas políticos para que estes pudessem abrir a via aos novos padrões de crescimento. Sendo portanto, segundo Netto, 2007), *a crise do 'campo socialista', (...), uma crise estruturalmente determinada pela exaustão de um padrão de crescimento econômico e do sistema político a ele funcional.* (pág. 19)

provocando agravos ainda maiores a concorrência intercapitais. Pois, toda crise incide na queda da taxa média de lucros e com os processos inflacionários, a *erosão permanente no poder de compra das moeda*s, ocasionariam em breve uma *recessão generalizada da economia imperialista,* intitulada *ondas longas regressivas*, *onde os picos de crescimento tornam-se conjunturais*.

Podemos também considerar como fatores influenciadores para a insurgência da crise a partir dos anos 70: os avanços das forças produtivas; a revolução tecnológica; a profunda concentração e centralização de capitais; a internacionalização da produção; a ampliação da divisão internacional do trabalho entre os países imperialistas; e, a submissão do trabalho ao capital.

Sendo, portanto, a crise ocasionada neste período, fruto da financeirização do capital, aprofundada pela crise do setor petrolífero, com o aumento dos barris desta matéria-prima, e aprofundada pela diminuição do consumo em massa, grande "aquecedor" da economia capitalista e característico deste período marcado pelo fordismo[18]. Como afirma NETTO (2007):

> "A crise do Estado de bem-estar Social, nesta angulação, não expressa somente a crise de um arranjo sócio-político possível no âmbito da ordem do capital: evidencia que a dinâmica crítica desta ordem do capital alçou-se a um nível no interior do qual a sua reprodução tende a requisitar, progressivamente, a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos a que o capital foi obrigado naquele arranjo." (p. 70)

[18] O modelo de produção baseado no fordismo adotava como características: *a rotatividade de força de trabalho, a familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho rotinizadas, exigindo poucas habilidades manuais tradicionais, um controle inexistente sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo* (Cf. HARVEY, 2005, p.123).

Neste ínterim, a crise do lado socialista também se aproximava, com a chamada crise do socialismo real, que adota um *significado histórico-universal* diferente da crise do Welfare State, à medida que aponta para uma viabilidade de superação da ordem do capital, *radical democratização da vida econômica, social e política – tão incompatível com os limites do movimento do capital quanto com as restrições de uma ditadura exercida, ainda que em seu nome, sobre os trabalhadores* (Cf. NETTO, ibid., p. 73). Contudo, apresentou seus limites históricos precisos, deixando aos países que aderiram a este modelo de sociedade, *o colapso de regiões inteiras que regridem a níveis de 'Terceiro Mundo', com desagregação social, degradação ideal e desmoralização do projeto socialista*. (Cf. ibid., p. 71)

Por isso, a direção política, econômica e social assumida pelo Estado era de extrema importância para a expansão do novo regime de acumulação de capitais que despontava no mundo, bem como a sua regulação e estabilização no período de crises. É importante ressaltar que cada crise de superprodução capitalista combina traços particulares, ainda segundo MANDEL (1990), em relação a cada momento histórico e a cada país, pois toda *crise golpeia mais fortemente os fracos do que os fortes, os pobres do que os ricos. (...) É verdade em escala mundial, no que concerne aos países semicoloniais e dependentes, de um lado, e aos países imperialistas, de outro* (p. 46).

E para responder a estas chamadas crises de superprodução, estão a ampliação dos sistemas de crédito e a expansão monetária, atreladas à proposta

de um novo regime de acumulação, com mudanças no mapa da fábrica e em seus processos produtivos, com a chamada "acumulação flexível" (HARVEY, 2005).

Contudo, para MANDEL (1990:12), *as técnicas anticrise eram e continuam fundamentalmente inflacionárias*. Por isso, a partir dos anos 80, começam a emergir a segunda recessão generalizada nos EUA. Para tanto, MANDEL (1990), define este processo como:

> " (...) uma crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento econômico capitalista, acentua e agrava os efeitos das flutuações conjunturais da economia, e recebe por sua vez novos estímulos dessas flutuações. (p. 13)

Ainda em MANDEL (1990), pudemos perceber que o período anterior à crise dos anos 70, caracterizado pelo "pleno" emprego e aumento no consumo interno e externo dos países, forte deu-se a relação dos trabalhadores com seus sindicatos e organizações de massa, *peso objetivo da classe operária (...) em relação a um ciclo autônomo de lutas de classes em escala internacional, sua combatividade* (p. 27).

O novo padrão de acumulação irá promover uma reformulação significativa nos processos produtivos no interior das fábricas, bem como criará novas formas e recuperará antigos modos de fazer. Contudo, isso dar-se-á de maneira que representa uma das saídas para a crescente crise do emprego.

O padrão de acumulação "flexível" adota como premissa fundamental aspectos do modelo toyotista[19] de produção, que promove no âmbito produtivo uma ampla reestruturação econômica que se pauta na lógica da otimização dos lucros, reduzindo-se os custos com mão-de-obra, com a reprodução dos trabalhadores, entre outros, como já dito e a ser melhor desenvolvido posteriormente. Tem-se de forma expressiva neste contexto a chamada fábrica mínima, "magra", transparente e flexível, em que para se aumentar as quantidades produzidas, é necessário reduzir o pessoal de produção (CORIAT, 1994).

Assim sendo, é nas condições postas pela concorrência e competitividade capitalistas, determinadas pela capacidade de satisfazer demandas curtas e variadas (ibid., p.43), que se deram os grandes investimentos em inovações tecnológicas compostas pela era das informações e conhecimentos e do uso de computadores, substituindo grandes quantidades de trabalho vivo em trabalho morto, causando o que HARVEY (2004) chama de os excedentes do trabalho[20].

Com a atual crise do emprego, o protagonismo da classe trabalhadora sofrerá significativamente, devido a precarização dos vínculos de trabalho e o desemprego, representando condição e resultado para este novo modelo de acumulação capitalista.

[19] Este nome se dá devido às primeiras reformulações no âmbito produtivo terem acontecido no interior das fábricas japonesas, especificamente, nas fábricas da Toyota. Tal modelo objetivava o aumento dos lucros, aliado a racionalização dos custos, assim como se colocava contrário ao padrão fordista/taylorista de produção.

[20] Igualmente, tem-se registros recentes em meios de comunicação, que o "desemprego no Brasil pode ir a 9% em 2009" (Jornal O Globo, em 07/12/2008), sendo registrado também pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, que "Crise fechará 20 milhões de postos de trabalho no mundo entre janeiro de 2008 e dezembro de 2009, ou seja, em dois anos. Com isso, o número de desempregados aumentará de 190 milhões, em 2007, até 210 milhões, no final de 2009, segundo declaração do diretor geral da OIT, Juan Somavía." (Último Segundo / Economia, em 20/10/2008).

Neste novo cenário de *excedentes de trabalho (crescente desemprego)* e *capital* (*expresso como uma superabundância de mercadorias no mercado que não pode se vender sem perdas, como capacidade produtiva inutilizada, e/ou excedentes de capital, dinheiro que carece de oportunidades de investimento produtivo e rentável)* (HARVEY, 2004, p.96), o capital em sua roupagem financeira, fictícia torna-se o ícone neste novo cenário global. E para tanto, mudanças em nível do espaço e tempo, serão necessárias como soluções para as imanentes crises do capital, pois *a produção do espaço, a organização de novas divisões de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital e de penetração de relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (regras contratuais e esquemas de propriedade privada) em formações sociais preexistentes fornece diversos modos de absorver os excedentes de capital e trabalho existentes* (Cf. ibid., p. 98)

IAMAMOTO, 2005, tratará do chamado “Capital Fetiche”, que expressa esta nova forma de manifestar-se do capitalismo através da fetichização da realidade. Pois, com a realidade da financeirização, não se percebe o processo, o movimento do capital, inclusive não compreendendo também as origens da atual crise, sendo justificada como uma simples crise do crédito, mas que atinge em escala global os países, sendo mais uma das crises de superprodução ou sobreacumulação (HARVEY, 2004).

Esta atual financeirização econômica enfatiza o crédito que cobre o endividamento generalizado das pessoas e também dos países, cumprindo com o papel da concentração, bem como investe no papel moeda (dinheiro), facilitando a circulação de capitais. Cumprindo-se, portanto, com o processo de subsunção do

capital em relação ao trabalho ou aprofundando-se o processo de fetichização dos processos de produção e reprodução capitalistas.

E para cumprimento deste protocolo faz-se necessário um desenvolvimento desigual e combinado entre os países, a fim de conseguirem crédito necessário para manterem suas economias. Vide o exemplo recente da crise que vivenciamos na atualidade que se iniciou com uma crise imobiliária nos EUA e, posteriormente, estendeu-se para a crise dos bancos americanos, de ordem financeira, globalizando, por sua vez, seus impactos para todos os países de economia capitalista. [21]

HARVEY, 2004, cita claramente tal efeito quando afirma que a competição internacional se intensifica crescentemente à medida que emergem diferentes e muitos centros dinâmicos de acumulação de capital que competem no cenário mundial. E assim conclui, *como nem todos podem ter sucesso no longo prazo, ou os mais fracos sucumbem e caem em sérias crises de desvalorização, ou estouram confrontações políticas expressas através de guerras comerciais, monetárias ou inclusive militares* (...) (Cf. p. 101).

Este mesmo autor irá apresentar o papel do Estado, no que tange a intervenção junto à economia, apoiando o capital financeiro através do amparo legal e de incentivos fiscais, mas, igualmente junto ao social, através das reformas no âmbito das políticas sociais, como por exemplo, na assistência aos mais

[21] Várias reportagens ao longo de 2007 – 2008 apontam para os efeitos da crise iniciada na considerada maior potência mundial – EUA, este ano de 2009, vê-se o apelo das Organizações Financeiras Mundiais, em ter ajuda internacional, emprestando capital externo para buscar algum equilíbrio nos impactos gerados por mais uma crise de superprodução capitalista. Em últimas declarações registradas em noticiário da internet, o presidente LULA afirma que emprestará ‘ alguns reais’ ao Fundo Monetário Internacional – FMI, injetando recursos no fundo, tornando-se credor pela primeira vez na história, conforme últimos registros em 02/04/2009 no Yahoo Notícias.

vulnerabilizados, na educação, expandindo o crédito educacional através das instituições privadas, entre outras.

Este modo de acumulação, igualmente, da expansão dos excedentes, HARVEY (2004) chama de “acumulação por espoliação”, em que se criam novas formas de extração da mais valia, como por exemplo, através do próprio capital fictício, imobiliário, entre outras personificações que adquire neste processo. Sendo assim, um capital renovado, em que espaços e tempos são utilizados neste novo processo de acumulação capitalista. E completa que este tipo de *acumulação por espoliação é onipresente, sem importar a etapa histórica, e se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização* (Cf. p. 111).

Portanto, as crises cíclicas do capital são muito mais agravantes ao sistema global, mesmo repondo-se tantas e tantas vezes quanto necessária, saindo muito mais fortalecidas, o que nos faz perder a dimensão das mudanças ocorridas.

Este autor também tratará dos movimentos de *resistência anti-globalização* que diferem bastante dos movimentos clássicos de lutas de classes. Hoje, o que temos são movimentos fragilizados e individualizados na defesa de causas sociais as mais diversas.

Por conseguinte, inúmeras implicações ocorrem no mundo do trabalho em tempos da reestruturação produtiva, neoliberalismo, financeirização do capital e globalização econômica, assumindo a centralidade no mundo capitalista a partir dos anos 90. Novas requisições como já sinalizadas anteriormente se colocam

para a força de trabalho empregada, não só nos processos produtivos, mas para o conjunto da classe trabalhadora[22].

E é neste contexto cada vez mais competitivo e acirrado para os trabalhadores que se colocam as perspectivas de desalento, o desemprego, a condições precárias de trabalho e a informalidade, frutos das contradições imanentes ao processo de desenvolvimento capitalista, revestida em sua nova roupagem pelo capital fetichizado ou por espoliação.

E muitas são as justificativas para o desemprego, inerente a este sistema como já afirmara Marx[23] ao explicar os resultados do processo de acumulação, porém constantemente atrelado à falta de qualificação dos trabalhadores, sendo estes culpabilizados pelas chances de garantirem a sua empregabilidade[24].

Este desenho permeia o mundo do trabalho na contemporaneidade com oportunidades de inserção no mercado de trabalho em locais que exigem de seus candidatos maiores habilidades técnicas e pessoais, conhecimento do processo no todo, com possibilidades ínfimas de construir carreira e altamente rotativo. Constituindo-se assim oportunidades mais flexibilizadas, que se

[22] Podemos enfatizar que, principalmente, para o Serviço Social, temos exigências tais como: 1) a necessidade de se ter experiência; 2) a qualificação com ênfase nos cursos de curta duração como as especializações, que venham responder às demandas das instituições e dos usuários de forma prática e imediata; 3) ter conhecimento de microinformática e idiomas; 4) ser versátil e manter uma rede de contatos; 5) saber trabalhar em equipes; 6) saber lidar com desafios, entre muitas outras que superam os requisitos técnico e ético-político declarados pela profissão.

[23] Na obra marxiana, constam conteúdos que não estão mortos ou ultrapassados, como afirmam alguns, pois apresenta em seus escritos fenômenos presentes na atualidade, tais como: "a concentração e a centralização do capital; o caráter anárquico da produção capitalista; a reiteração das crises periódicas; as dificuldades crescentes para a valorização; os problemas referentes à manutenção dos patamares das taxas de lucro; a contínua reprodução da pobreza relativa e crescentes imersões de pobreza absoluta; e, os processos alienantes e reificantes" (Cf. NETTO, 2007, págs. 36 e 37).

[24] Este termo freqüentemente utilizado pelas organizações significa a característica de ser empregável para o mercado de trabalho, ou seja, estar de acordo com o perfil requisitado. Conforme Mattoso (1999, p.20), "a 'empregabilidade' passou a ser expressão dessa responsabilização do indivíduo por seu emprego e desemprego. Trata-se de uma clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo o trabalhador assumir a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, requalificação etc."

caracterizam por empregos casuais, contratos temporários, subcontratos, com menos segurança na atividade de trabalho e garantias sociais, constituindo-se cada vez mais em menor proporção na atualidade[25].

[25] Podemos exemplificar como condições flexíveis de atuais contratos de trabalho, como por exemplo, com o chamado Banco de Horas, que extrapolam o âmbito do direito às horas extras, bem como se caracterizando como opção flexível aos trabalhadores.

1.1– Neoliberalismo e o desenvolvimento capitalista no Brasil a partir dos anos 90.

Diante do exposto anteriormente, cabe ressaltar que para legitimar e sustentar em termos políticos e ideológicos as mudanças ocorridas no mundo capitalista nos anos 90, temos a reestrututuração do espaço público-estatal. Trata-se do chamado neoliberalismo que encontra suas bases nas políticas adotadas, inicialmente, por países centrais, sendo vivenciado de forma tardia pelos países do Terceiro Mundo.

O projeto neoliberal ancora-se nas perspectivas teóricas e políticas de HAYEK[26] que trabalha com dados da realidade histórica de seu tempo para explicar como o Estado deve passar a intervir num contexto de amplo progresso e desigualdades, à medida que só receberá intervenção do Estado os "fracassados", que não conseguiram se inserir no mercado, promovendo o mínimo suficiente para a sua reprodução. Deixando, portanto, o mercado fluir livremente, com intervenção estatal mínima. Dentre as premissas difundidas pelo modelo neoliberal em muitos países, inclusive, nos países em desenvolvimento como o Brasil, estará a investida dada às políticas sociais minimalistas ou de distribuição de renda, atendendo a grupos específicos e assumindo características de políticas fragmentadas e pulverizadas, como veremos adiante. [27]

[26] A obra de HAYEK que passa a exercer influência para explicação deste contexto é "O caminho da servidão" de 1944. Contudo, suas idéias só passam a ser difundidas a partir dos anos 70, com mais uma crise do capital e o esgotamento do regime de acumulação fordista-keynesiano.

[27] "As propostas de focalização no ataque à pobreza e de economicidade e eficiência consagradas no Consenso de Washington e, em particular, nos programas do Banco Mundial não passam de uma tentativa de racionalizar a situação de agravamento geral das situações de pobreza e desamparo social a que foram conduzidos quase todos os países periféricos submetidos ao ajuste, (...)" (Cf. SOARES, 2002, p. 21 e 22)

Com todas as críticas e tragédias afixadas igualmente pelo modelo econômico-político liberal, a ofensiva neoliberal se assume como um "novo" modelo, idealizado, principalmente, no seu ponto de vista teórico, como informam alguns autores como o já citado HAYEK. É precisamente neste ideário teórico que se concentra o arsenal do neoliberalismo, sendo o mercado instância elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado Mínimo como única alternativa e forma para a democracia. (Cf. NETTO, 2007, p. 77)

Ainda segundo HAYEK, o Estado é o espaço legítimo para prover uma estrutura para o mercado e prover serviços que o mercado não pode fornecer. Pois, segundo NETTO (2007), *o Estado Mínimo que os neoliberais tratam não é o 'Estado guarda-noturno', mas que guarda a propriedade: por um lado, combatem os sistemas de segurança e Previdência Social; por outro, toleram alguma ação estatal em face do pauperismo. (p. 79 e 80)*

Segundo MALEGUTI (2000:61)[28], o Estado deve intervir, embora seja apenas para estabelecer um *sistema eficaz de concorrência*. Em primeiro lugar, para atenuar áreas ou setores não atrativos para a iniciativa privada e em segundo lugar, para estabelecer uma *estrutura legal elaborada com inteligência e sempre aperfeiçoada.*

Ainda segundo este autor, ao discorrer sobre HAYEK, afirma que o teórico do neoliberalismo reconhece que em um sistema de livre iniciativa as oportunidades não são iguais, visto que tal sistema baseia-se na propriedade

[28] In MALEGUTI, M. L., CARCANHOLO, R. A. e CARCANHOLO, M. D. (Orgs.). Neoliberalismo: A tragédia do nosso tempo. 2º Ed., Capítulo 04 (p. 59 – 76).

privada e no direito à herança, sendo as diferenças de oportunidades inerentes ao mesmo.[29]

Afirma-se que o Neoliberalismo tem suas origens na virada da década de 70 e início da década de 80, e isso se deu devido à revitalização do liberalismo após a crise dos anos 70, a ineficácia do Estado em controlar esta crise, a funcionalidade e adequação deste sistema para a classe dominante, e a derrocada do socialismo real. SOARES (2002:12)), ainda enfatiza mais *se trata de uma crise global de um modelo social de acumulação, cujas tentativas de resolução têm produzido transformações estruturais que dão lugar a um modelo diferente – denominado de neoliberal – que inclui (...) a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma 'nova' pobreza*.

Elementos como a internacionalização da economia definiu este novo contexto econômico, político e social nos anos 90, de forma tardia, nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. CARCANHOLO (2000:16)[30], afirma que este novo cenário nos anos 90 constitui-se: do *crescimento das atividades internacionais das firmas e dos fluxos comerciais; ampla mudança da base tecnológica, fazendo com que alguns autores chegassem a denomina-la Terceira Revolução Industrial; reordenamento dos mercados, com uma maior importância da Ásia; intensificação da circulação financeira, caracterizada pela expansão na mobilidade e na intermediação do capital internacional; predominância das trocas*

[29] Outro divulgador e defensor da proposta neoliberal foi o economista Milton Friedman que lança em 1962 uma obra que aborda explicitamente a relação entre a ideologia neoliberal e o sistema econômico de livre mercado. Este autor não só defende tais princípios, bem como justifica através de um receituário as várias atividades a serem compromissadas por um governo neoliberal.
[30] In MALEGUTI, M. L., CARCANHOLO, R. A. e CARCANHOLO, M. D. (Orgs.). Neoliberalismo: A tragédia do nosso tempo. 2º Ed., Capítulo 01 (p. 15– 35).

ditas intra-setoriais; reorganização dos grupos industriais em redes de firmas. Isso pode se sintetizado pelas novas relações internacionais e financeiras estabelecidas entre os países de economia capitalista.

O mercado globalizado toma força com o livre comércio internacional, a liberalização dos mercados, a privatização, e o estímulo a entrada de capital estrangeiro. Ainda segundo CARCANHOLO (ibidem), em termos mundiais, o investimento direto no estrangeiro está marcado por um elevado grau de concentração nos países avançados com desequilíbrios regionais, constituindo-se oligopólios mundiais em que a barreira de entrada é tecnológica e não mais preponderantemente comercial.

No contexto internacional há uma preocupação intensa com relação aos países *terceiro – mundistas* e suas economias dependentes. Por conseguinte, em 1989, através de uma reunião entre membros dos organismos de financiamento internacional (FMI, BID, Banco Mundial), funcionários do Governo americano e economistas latino-americanos, tentam estabelecer um consenso dos princípios neoliberais estabelecidos entre as nações. Objetivava avaliar as reformas econômicas na América Latina e estabelecer através de um consenso as propostas neoliberais, sendo as conclusões conhecidas pelo chamado Consenso de Washington[31]. Neste Consenso, estavam as seguintes recomendações: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto

[31] "O Consenso de Washington caracteriza-se por 'um conjunto abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais.Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes'." (SOARES, 2002, in Tavares & Fiori, 1993:18)

estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual. (Cf. ibidem, p. 25)

No tocante a este receituário neoliberal, o papel do Estado é fundamental não só para promover o equilíbrio fiscal a fim de combater a inflação e os problemas do desequilíbrio externo, bem como para realizar a privatização de setores estatais (garantindo eficiência e gerando recursos para pagamento das dívidas estatais), reduzir os impostos e outros tributos fiscais, liberar as importações (garantindo concorrência através do incentivo da produtividade e competitividade) e incentivar o capital de risco ou capital financeiro. Segundo TAVARES (2000:43), *no Brasil, foi o Estado que impôs as políticas econômicas necessárias ao avanço da industrialização, além de possibilitar a participação do país no comércio internacional*.

Sendo assim, podemos afirmar que os Estados-nação modificam suas formas de intervir, assumindo, sobretudo, um poder interventivo em relação ao controle do trabalho que passa a ser circunscrito em parte pelos governos. Eles intervêm, como já dito, de forma a não interferir no mercado, flexibilizando os compromissos com as questões fiscais e com o social, repassando algumas responsabilidades para o grande capital, contudo não deixando de ser grande participe neste processo, principalmente, de abertura comercial e de mercados. Neste contexto, o Estado passa a ceder não somente para o capital corporativo, mas passa a criar um clima favorável e de liberação para os interesses do capital transnacional, financeiro e global, favorecendo ainda mais o processo de acumulação.

Quanto aos aspectos sociais, SOARES (2002), afirma que esse modelo de acumulação implica que os direitos sociais perdem a identidade, restringindo a concepção de cidadania, aprofundando a separação público-privado, a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização, com desproteção da força de trabalho e a legitimação do Estado se reduz à ampliação do assistencialismo. (Cf. p. 13)

O Brasil deveria ajustar-se a essa "nova" realidade através da implementação de políticas que aumentassem a abertura ao mundo globalizado. Contudo, atribuía-se o atraso econômico ao viés protecionista de nossas políticas. E para propiciar um crescimento expressivo no país e estabilidade macroeconômica, os governos tiveram que se adequar aos novos padrões de desenvolvimento, especialmente, adotando o receituário neoliberal como estratégia política-econômica e social, sofrendo com todos os percalços das políticas de ajuste comuns aos países avançados.

CARCANHOLO (2000), explica:

> " (...) o fato de o Brasil ter ficado à margem do processo de globalização por causa da instabilidade macroeconômica e da degeneração de suas políticas pode ser resumida: o esgotamento do processo de substituição de importações. " (p. 29)

O país vivenciou por muito tempo um processo de desenvolvimento econômico a partir da substituição de importações, o que levou à concentração de renda, pobreza e estagnação de crescimento da produtividade. Pois, uma economia que não se expõe à concorrência internacional não pode ter

competitividade, levando à concentração de renda e à pobreza. (Cf. FRANCO, 1996, apud CARCANHOLO, 2000:29)

Segundo SOARES (2000: 37), *o Brasil, no início dos anos 80, já havia se tornado o caso mais avançado de industrialização da América Latina, tanto pelo porte de sua indústria, como pelo grau de articulação interindustrial e por sua inserção internacional*. Por isso, o ajuste neoliberal deu-se em nosso país de forma, apesar de tardio, mas estratégico, provocando mudanças profundas no arcabouço político, econômico e social brasileiro.

Entretanto, afirmamos que independente dos fatores internos que nos levaram a aderir a um "novo" modelo econômico e a um "novo" protagonismo na economia mundial, este não deixou de fazer parte de um contexto macro de mudanças no mundo capitalista com "novas" reformulações políticas, econômicas e sociais, notadamente, nos países em processo de desenvolvimento como o Brasil, a partir dos anos 90.

No Brasil, a década de 80 foi marcada pela conquista de direitos sociais e políticos assegurados a partir da luta de movimentos sociais e de trabalhadores e legitimados com a promulgação da chamada Constituição Cidadã. O neoliberalismo avança a partir dos anos 90 e muitas destas conquistas são "postas em xeque", o crescimento econômico e a mobilidade social parecem ter desaparecido, a economia encontrava-se paralisada, desarticulada, desestruturada e submetida ao capital financeiro internacional. O Estado brasileiro encontrava-se desmontado pelas privatizações, sonegações e guerras fiscais, bem como pelos sucessivos cortes nos gastos e despesas públicas.

A reforma econômica proposta nos governos anteriores a FHC, que a implementa a partir do Plano Real, significou mais uma vez para o país o reforço de uma economia dependente, sobretudo, da substituição de importações representada pela abertura econômica aos produtos internacionais. A paridade Real x Dólar trouxe custos sociais enormes, sobretudo, no que tange aos serviços sociais básicos e estruturais, não promovendo crescimento econômico significativo. A reforma no plano econômico foi completada com as reformas no plano político e social brasileiro a partir do Governo Collor e prosseguido no Governo FHC. SOARES (2000), complementa:

> "Apesar do Governo Collor representar a crescente vontade 'rupturista' após trinta anos de autoritarismo, lançando plano de estabilização e a reforma econômica, é a partir de meados dos anos 90, após o lançamento do Plano Real e com a eleição de FHC, que os 'contornos neoliberais do processo de 'ajuste brasileiro' tornam-se mais nítidos, bem como as suas conseqüências econômicas e, sobretudo, sociais'." (p. 38 e 39)

Outras características como as já citadas anteriormente, representaram estratégias governistas adotadas pelo projeto neoliberal, tais como: a desregulamentação da economia, que defende a abolição da regulação do Estado sobre os preços da economia em geral e sobre as relações capital-trabalho; a retirada do Estado ou sua renúncia como agente econômico produtivo e empresarial, daí derivam-se as propostas de privatização das empresas estatais; estabelecimento de um Estado Mínimo que cumpre apenas com algumas funções

básicas, afastando-se das funções não prioritárias, reduzindo o gasto público. (Cf. ibidem, p. 39 e 40)

SOARES (2000:41), ainda afirma que *evidentemente essas medidas, ao lado de outras de conseqüências mais graves, como a violenta redução do gasto social, não resultaram nem na eliminação do déficit público e muito menos na redução da inflação*.

Sendo assim, o contexto dos anos 90 trouxe resultados, tais como: crescentes déficits na balança comercial e recorrentes crises cambiais, crescimento econômico sujeito a fortes retrações das atividades produtivas, elevação crescente da dívida líquida do setor público e constituição de sucessivos ajustes fiscais que aceleraram o desmonte do Estado nacional, com cortes de pessoal, deterioração das atividades públicas no campo social e redução da sua capacidade de investimento, transformação da estrutura do comércio exterior, com crescimento baixo das exportações e intensa ampliação das importações nos setores de maior conteúdo tecnológico, e especialização produtiva regressiva, com ampliação da desnacionalização, (...), fechamento de linhas de produção e até mesmo de unidades fabris inteiras (MATTOSO,1999, p. 34 e 35). O desemprego atinge um em cada cinco habitantes das grandes cidades, a informalidade atinge outros dois em cada cinco, a pobreza alcança níveis altíssimos, com percentual significativo de pessoas abaixo da linha de pobreza e outros em condições de miséria absoluta, e, a violência se assemelha a uma verdadeira guerra civil, ainda segundo MATTOSO (op.cit.).

A política neoliberal dos governos que seguem são dirigidos a permitir sempre uma maior integração do país a lógica econômica internacional,

transformando-o em um espaço permeável a globalização. Por isso, o neoliberalismo e a globalização constituem partes de um mesmo processo, como as mudanças no mundo da produção e do trabalho, a seguir melhor desenvolvidas.

A idéia neoliberal de única concepção aceitável na atualidade e a globalização como único caminho que leva ao progresso e a modernidade são concepções conservadoras e que vem sofrendo resistências por todo o mundo, apesar de ser considerada toda contrariedade a estes ideários, atraso do ponto de vista ideológico e político.

O modelo neoliberal assume continuidade e é aprofundado até os dias de hoje, adotando em cada governo um compromisso com os ditames dos organismos financeiros e internacionais, bem como trazendo elementos bastante agravantes do ponto de vista social (desemprego, baixos salários, altos índices de empobrecimento e miséria da população, etc.). A exemplo da continuidade deste Projeto entre os governos, podemos fazer uma relação com a administração no governo Lula, que apesar de ter assumido em seus projetos eleitorais uma imagem democrático-popular, abdicou de exercê-lo para aprofundar-se na macro-orientação econômica e política de governos anteriores, como a da era FHC.

Entretanto, deixemos as conseqüências do contexto neoliberal no Governo Lula para discutirmos posteriormente. A seguir, discutiremos como se deram as mudanças do ponto de vista econômico a partir dos anos 90 nos países de economia capitalista.

1.2 - Mudanças no regime de acumulação capitalista: do regime de acumulação fordista- keynesiano ao regime de acumulação flexível.

A partir do contexto político traçado anteriormente nos países de economia capitalista e como resposta a mais uma das crises do capital, emerge um novo padrão de acumulação e de regulação estatal denominado *pacto fordista-keynesiano*[32]. A partir deste processo de reestruturação do capital, o Estado torna-se peça chave para a expansão, controle capitalistas a partir dos investimentos infra-estruturais, construindo novos poderes institucionais. Conforme HARVEY (2005):

> "O Estado, (…), assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra." (p.129)

Por conseguinte, pode-se afirmar que para que tal sistema produtivo se firmasse era necessário um aparato estatal que lhe desse sustentabilidade e legitimidade, e o que o economista Keynes propõe para os países atingidos pelas

[32] Consistia na afirmação de um padrão de acumulação rígido, que separa a gerência, a concepção, o controle e a execução, sendo marcado estritamente pela produção e consumo em massa, aliado a um Estado que assumia novos papéis, dentre eles, o de fortalecer a economia, investindo em políticas que estimulassem um emprego relativamente pleno e garantissem o bem estar social através de políticas de seguridade social, trabalhistas, assistência médica, educação, habitação, etc., atreladas ao salário social dos que estivessem inseridos no mercado formal de trabalho e fossem filiados aos sindicatos, que se mostravam controladores de seus membros e colaboradores de uma administração de estímulo a produtividade em troca de ganhos salariais que comportassem a demanda efetiva (Cf. Harvey, 2005).

grandes guerras, chegando a um *conjunto de estratégias administrativas cientificas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo (Cf. HARVEY, op.cit.).*

E estas *estratégias administrativas científicas* se pautavam no modelo fordista de produção que adotava como características: *a rotatividade de força de trabalho, a familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho rotinizadas, exigindo poucas habilidades manuais tradicionais, um controle inexistente sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo* (Cf. ibidem, p.123).

Este compartilhar de interesses do capital e do trabalho, como se fosse uma relação harmoniosa, fez com que o chamado Estado Keynesiano mantivesse os sindicatos como parceiros do padrão de acumulação fordista. Os sindicatos estavam infiltrados em ações corporativas junto do poder estatal e dos empregadores, assumindo não mais posições socialistas e que lutavam por um bem coletivo, mas posturas aliadas à política de salários e emprego dos que estavam inseridos no mercado de trabalho, garantindo assim a produção e o consumo em massa.

Por outro lado, o Estado de bem-estar Social com a estratégia de investir em garantias sociais aos trabalhadores vinculados aos sindicados, continha o avanço socialista predominante nos países no período pós-guerra. Enquanto países como os Estados Unidos garantia sua hegemonia econômica e poderio militar, como o grande banqueiro do mundo em troca da abertura de novos mercados de capitais, assumindo já neste período o capital a sua roupagem internacional, avançando em fronteiras como, por exemplo, do Terceiro Mundo.

Pode-se concluir que este regime de acumulação fordista-keynesiano propiciou que *os padrões de vida se elevassem, as tendências de crise fossem contidas, a democracia de massa preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota* (Cf. ibidem, p.125).

Contudo, a partir de uma contextualização na história, pode-se afirmar que este modelo fordista-keynesiano também chega ao seu limite, imposto pela própria natureza do capitalismo e suas conseqüentes crises. Ainda segundo HARVEY (op. cit.), tem-se como propiciadores para as mudanças no sistema político, econômico e social dos países capitalistas, uma série de eventos, tais como: o processo de "estagflação" ou estagnação da produção de bens e alta de inflação nos preços, causando uma queda considerável nos processos de produção fordista; a crise do petróleo que aumentou o preço do produto e o custo relativo dos insumos de energia consumida pelas novas tecnologias, e, portanto, causando instabilidade no mercado financeiro mundial; a crise do Estado de bem-estar Social que perde sua legitimidade a partir do momento em que os governos tinham com a reprodução da mão-de-obra empregável gastos excessivos, necessitando a racionalização dos custos com seguridade social, direitos de pensão, entre outros, pois estes oneravam a base fiscal com os gastos públicos.

Dentre estes fatores que propiciaram a crise do pacto fordista-keynesiano, está o crescimento de reivindicações sindicais e dos diversos movimentos sociais em relação aos beneficiários das políticas sociais, uma vez que nem todos representavam o público beneficiário a que se direcionavam as políticas de bem-estar. Sendo, a partir de então proposto um novo padrão de acumulação mais

"flexível", adotante de um modelo de produção originado das fábricas da Toyota, conhecido como toyotismo.

O modelo toyotista adota como valores o individualismo exacerbado; a necessidade de se atender a um mercado interno que solicita produtos diferenciados; produção voltada diretamente pela demanda variada, diversificada e pronta para assumir o consumo; exige-se maior qualificação do trabalhador para operar várias máquinas, assumindo a polivalência e a multifuncionalidade, como veremos posteriormente tais características do atual mundo do trabalho. (Cf. ANTUNES, 2002)

Portanto, em conformidade as análises de HARVEY (op.cit.), tem-se as seguintes características para o modelo toyotista:

- Princípio do just-in-time[33] ;
- Produção controlada a todo o tempo pelos CCQ's, ou seja, Programas de Controle de Qualidade[34] que integram o processo;
- Produção voltada para atender as particularidades do que o consumidor demanda[35];

[33] A produção just-in-time caracteriza-se pelos tempos e movimentos embutidos na produção das mercadorias, sendo o tempo o mais bem aproveitado possível. O processo, a execução e o gerenciamento se dão ao mesmo tempo e na mesma velocidade por homens que manuseiam as máquinas e pensam o processo de produção das matérias-primas em mercadorias. O capital aproveita-se ao máximo as qualidades humanas, como o pensar e o agir, flexibilizando e desconcentrando os trabalhadores do espaço físico produtivo.

[34] O discurso da qualidade total como qualidade das condições de trabalho e qualidade de vida, visando, ao contrário, a rentabilidade do capital investido, gerando maior lucratividade para as empresas. Segundo CORIAT (1994: 73), " (...), os japoneses têm progressivamente elaborado uma impressionante bateria de ferramentas de gestão da qualidade que culmina nas diferentes técnicas ditas de ' qualidade total' ".

[35] Ainda segundo CORIAT (op.cit., p. 74), " (...) o desafio era o de produzir acompanhando todos os caprichos da demanda, produzindo just in time não apenas as quantidades mas também as qualidades demandadas."

- Organização horizontal do trabalho, priorizando as atividades-fim da empresa, o que promove um grande número de terceirizações[36];
- Realização de múltiplas tarefas através do trabalho polivalente[37];
- Investimentos no treinamento e qualificação dos trabalhadores para atender as novas demandas do trabalho e,
- Estímulo à participação destes trabalhadores no processo produtivo[38].

Paralelo a reestruturação nos modos de produzir, está a radical reestruturação no mercado de trabalho, assumindo as principais características:

- A volatilidade do mercado;
- O aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro;

[36] As terceirizações precarizam as relações de trabalho, reduzem ou eliminam os direitos sociais, rebaixam salários e estabelecem contratos temporários. Contudo, há diferenças deste processo entre as grandes e pequenas empresas, pois nestas últimas, as terceirizações das atividades-fim não acontecem, à medida que com a concorrência intercapitalista, umas suprimem as outras. E complementa ANTUNES (2002:35), *ao contrário do fordismo, no toyotismo tem-se uma horizontalização, reduzindo-se o âmbito de produção da montadora e estendendo-se às subcontratadas, às 'terceiras', a produção de elementos básicos, que no fordismo são atribuições das montadoras*.

[37] "Surge, neste contexto, o trabalhador polivalente, aquele que é chamado a exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, como conseqüência do enxugamento do quadro de pessoal das empresas. O trabalhador deixa de ser um trabalhador 'especializado' – e também o assistente social – sendo solicitado a exercer múltiplas tarefas, até então não necessariamente em suas tradicionais atribuições. " (IAMAMOTO, 2001,p.32)

[38] Esta participação dá-se a partir de um conjunto de contrapartidas *implícitas e explícitas* que servem como estímulo aos trabalhadores para o aumento da produtividade, tais como sinaliza CORIAT (op.cit.), o sistema do *' emprego vitalício'*; o *'salário por antigüidade'*; o estímulo ao *consumo interno* dos produtos fabricados; integração proposta pelo chamado *'sindicalismo de empresa' (integrado, corporativo às dificuldades de lucro e rentabilidade enfrentadas pela direção da empresa)*, sendo mais *'cooperativo'* do que *'conflitivo'* (ibidem, p. 84); incentivo à *formação no local de trabalho ativa e sistemática, ênfase no saber-fazer; processo de homogeneização da taxa anual de aumento do salário* (ibidem, p. 92 e 93); *concessões de gratificações bianuais e de bônus*, como por exemplo, as chamadas participações nos lucros que na verdade são uma parte do salário do trabalhador que não lhe foi repassado; *salários individualizados* de acordo com os ganhos de produtividade conseguidos por cada trabalhador, bem como pelas funções exercidas; gratificações em períodos prósperos; *perspectivas de promoção claramente estabelecidas, linhas de carreiras abertas* (ibidem, p. 97). Todos estas formas de *'engajamento estimulado'* (ibidem, p.108), promovidas pelo regime de acumulação "flexível" promovem o estímulo, auto-ativação dos trabalhadores ao processo de acumulação e valorização do capital, principalmente, através dos ganhos de produtividade e da falácia de ganhos para o próprio trabalhador.

- Um enfraquecimento significativo do poder dos sindicatos e a sua conseqüente fragmentação[39] e ,

- Um excedente de mão-de-obra, convivendo com regimes contratuais cada vez mais flexíveis, temporários e instáveis.

Outra importante característica neste modelo de acumulação "flexível" é o investimento em informações, pesquisas e produção de conhecimentos que se tornam peças chave para a criação de novas tecnologias, assim como conhecimentos científicos e técnicos que primam por ser valiosos e, portanto, que devem ser mantidos em sigilo por parte dos que detém o capital. Segundo HARVEY (op.cit.), *o controle do fluxo de informações e dos veículos de propagação do gasto e da cultura populares também se converteu em arma vital na batalha competitiva* (p.152). Os gastos com publicidade, o marketing, também foram importantes para conter a competitividade capitalista, pois a imagem toma caráter essencial nesta nova etapa do capital.

Analisando esta nova concepção do conhecimento engendrada por este novo padrão de acumulação, podemos dissertar que o pensamento burguês preserva a estrutura vigente, fazendo-nos pensar a realidade de maneira fragmentada, dissociando a relação existente entre os fenômenos. COUTINHO (1972:4), afirma que a *economia fica reduzida à manipulação pragmática de dados, a sociologia no quantitativismo estatístico*, o que passa a existir é uma verdadeira dicotomia entre as várias áreas do saber, estando desconectadas uma

[39] Hoje, há uma fragmentação não só de classes, mas intraclasses, ou seja, há fragmentação entre as categorias profissionais, principalmente, postas pelas condições e relações de trabalho. Igualmente, pela heterogeneização da força de trabalho e dos contratos de trabalhos, principalmente, devido às terceirizações e subcontratações.

da outra. Isso tem origem na divisão social e técnica do trabalho que emerge no período industrial, impondo igualmente uma divisão e tecnificação dos saberes.

Por conseguinte, as atuais formas organizacionais tomadas pelo capital, sofrem influência desta fragmentação nas áreas do conhecimento e da atuação, pois ao reestruturarem os processos políticos, econômicos e sociais, não se buscam compreender a articulação entre as diferentes esferas presentes nesta nova dinâmica capitalista.

Articulando a este novo ordenamento econômico e social está o papel do Estado, que agora assume uma roupagem neoliberal com mínima interferência possível no setor econômico, cabendo proteger a liberdade dos indivíduos, preservar a lei e a ordem, reforçar os contratos privados e promover o mercado competitivo. Pois, o modelo japonês está muito mais sintonizado com a lógica neoliberal do que com uma concepção verdadeiramente social-democrática.

Nesta nova organização, temos o pacto capital, trabalho e Estado, cooperando entre si e facilitando um para o outro, no que concerne o capital como cooptador do trabalho; o trabalho como submisso aos ditames do capital, atrelado a este; e, o Estado como parceiro através do amparo legal e jurídico, resguardando o capital e o trabalho.

Em termos gerais, o neoliberalismo toma como características nos países centrais e, posteriormente, nos vários países subdesenvolvidos: a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal. No mundo do trabalho, a política neoliberal tem participação significativa, pois além de *desregulamentar cotidianamente os direitos dos trabalhadores; aumenta a fragmentação no interior da classe trabalhadora; a*

precarização e terceirização da força humana que trabalha; destrói e solidifica todo tipo de organização, reivindicação e luta dos trabalhadores, criando o que chamamos hoje de um 'sindicalismo de empresa', dócil e parceiro (Cf. ANTUNES, 2003, p.53). Os sindicatos mostram-se defensivos a lógica privatista e alheios a uma ordem diferente da que vivemos, organizando seus movimentos conforme os valores da sociabilidade do mercado e do capital.

Juntamente com esta nova forma de gerenciar a política de um país, alia-se o processo de uma revolução no ideário político-cultural e econômico, através da globalização / mundialização, que rompe barreiras com as fronteiras territoriais, assim como estabelece novas formas de pensar e agir na realidade. Por conseguinte, a globalização da cultura, dos processos econômico-políticos e do social vem sendo difundida ideologicamente através da abertura das fronteiras nacionais e, principalmente, através das novas reformulações assumidas pelo capital sob a égide do capital financeiro, neoliberal e global.

Em relação à análise da mundialização sobre os aspectos do mundo do trabalho, ANTUNES (2004) discorre:

> " Esse processo de mundialização produtiva desenvolve uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional. Assim como o capital se transnacionalizou, há um complexo processo de ampliação das fronteiras no interior do mundo do trabalho. Assim como o capital dispõe de seus organismos internacionais, a ação dos trabalhadores deve ser cada vez mais internacionalizada." (p.341)

Pode-se afirmar que este processo acirra a competitividade e a concorrência inter/intra-capitais, necessitando utilizar-se de mecanismos tecnológicos como a teleinformática para trazer um gerenciamento eficiente dos custos, investimentos e lucros. Do mesmo modo a mundialização está longe de promover a homogeneização do espaço econômico, uma vez que causa desenvolvimento desigual e combinado entre os países capitalistas, cuja maior expressão são as crises reais do mercado financeiro, atingindo de forma diferenciada os países com inserções diversas no mercado mundial. (Cf. BEHRING, 2008, p. 44 e 45)

BEHRING (op. cit.), tomando por base o autor CHESNAIS, afirma que hoje existe um complexo de transações, que configuram *longas cadeias de operações de créditos e débitos*, que envolvem os bancos, os fundos de pensão e outros fundos, assumindo *autonomia relativa em relação à esfera produtiva*. E conclui que o *lucro dos banqueiros é uma retenção sobre a mais-valia, assegurada pelas taxas de juros*, que assumi papel importante no atual contexto de mundialização do capital. (Cf. p. 49 e 50)

Entretanto, para responder ao seu processo de valorização, o capital não desconsidera o seu aspecto produtivo, uma vez que sem este, o atual capital financeiro não se sustentaria. Pois, ainda segundo a mesma autora, os grupos industriais incorporam ambas as dimensões da mundialização do capital, mantendo forte a relação entre elas. (Cf. p. 51)

Outro aspecto importante da mundialização é a migração do capital para países com baixo custo salarial da mão-de-obra empregável. Ainda conforme BEHRING (ibidem) trata-se *de operações de subcontratação internacional que se*

tornaram a principal forma de 'integração seletiva' dos países mais frágeis na hierarquia da economia-mundo. (p.54 e 55)

No contexto dissertado acima sobre alguns dos aspectos do processo de mundialização, podemos articular a este o aspecto ideo-cultural do chamado Pós-modernismo que afirma e reproduz o sistema capitalista vigente.

Permeado pela lógica do Capitalismo Tardio[40], o Pós-modernismo tem um compromisso intenso com o imediato. Para COUTINHO (1972), superar a imediaticidade é ultrapassar o que está posto em nível de consciência do mundo exterior, é elaborar as categorias a partir de sua essência, superar os limites postos pela economia de mercado.

O pensamento, hoje, é espontâneo e imediato, o que difere da realidade. E este pensamento leva a negar a racionalidade do real, negando a essência dos fenômenos. JAMESON ao discorrer sobre a *Lógica Pós-moderna* trata do Pós-modernismo como resposta ao conjunto de elementos postos a uma determinada realidade. Faz crítica ao termo, devido à descontinuidade no qual se assenta, afirmando que a concepção de homem e história é rompida com esta lógica.

Por conseguinte, atrelada a estas novas formas de pensar e de gerenciar a realidade social, política e econômica, mudanças expressivas irão percorrer o âmbito da cultura, das artes e dos valores. O Pós-modernismo é uma das ideologias que, no

[40] Conforme intitulava MANDEL em seus escritos sobre as mudanças no contexto pós anos 70 nos países de economia capitalista.

atual estágio de acumulação do capital, coaduna com o sistema, modificando a concepção que se tem do cotidiano, de história, do tempo e do espaço. Neste contexto pós-moderno, a compreensão do tempo e espaço torna-se virtual, efêmera. Há um grande investimento na imagem, no que simboliza o real, no capital simbólico. A história dos homens se faz no cotidiano, não considerando o movimento da história que sinaliza avanços e retrocessos. Enfim, é como se as características deste contexto expressassem um momento de total resignação, em que é defendido o fim de tudo, fim da história e até o fim do trabalho, como afirmam alguns autores.

1.3 – Reestruturação Produtiva e Mudanças no atual Mundo do Trabalho.

A Reestruturação produtiva não compreende somente a reestruturação dos modos de produzir e reproduzir capitalista, mas, um conjunto de mudanças políticas, éticas, de sociabilidade, novas formas de domínio do capital sobre o trabalho. Esta se assenta, principalmente, em resposta as crises globais do modo de produção capitalista, modificando as técnicas, inovando através das tecnologias, envolvendo os trabalhadores no âmbito da produção a partir da horizontalização nos processos produtivos, bem como desempregando boa parte da mão-de-obra.

Observa-se um crescimento do emprego irregular, ou seja, em tempo parcial, temporário ou subcontratado, do chamado emprego em domicílio; enquanto os trabalhadores, que gozam de maior segurança na atividade de trabalho e garantias sociais, constituem em menor proporção na atualidade. [41]

Com a Reestruturação do capital, orientada pelo modelo de produção toyotista, surge uma nova dinâmica na relação entre exclusão / inclusão dos trabalhadores na economia. Segundo MOTA (2000:32), *a externalização da produção ao mesmo tempo em que determina a exclusão dos trabalhadores do trabalho socialmente protegido, cria outras formas de inclusão na economia, que tem na insegurança (...) e na desproteção do trabalho as suas principais características.*

[41] Ainda de acordo com MATTOSO (1999, p.16), "segundo as pesquisas do IBGE ou do DIEESE-SEADE, hoje mais de 50% dos ocupados brasileiros das grandes cidades se encontram em algum tipo de informalidade, grande parte sem registro e garantias mínimas de saúde, aposentadoria, seguro-desemprego, FGTS. Ou seja, três em cada cinco brasileiros ativos das grandes cidades estão ou desempregados (um em cinco) ou na informalidade (dois em cada cinco), sendo que destes últimos uma grande parcela apresenta evidente degradação das condições de trabalho e de seguridade social."

Verificou-se nos últimos tempos a *desproletarização do trabalho industrial, fabril* , tradicional, manual, estável e especializado (ANTUNES, 2002 e 2004), nos países de capitalismo avançado e também com repercussões no Terceiro Mundo. Com isso, cresce o trabalho assalariado proveniente do setor de serviços, bem como uma heterogeinização do trabalho com participação das mulheres que vivenciam junto aos outros trabalhadores uma *subproletarização* intensificada com trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado[42].

Com tais transformações, tem-se do mesmo modo a expansão sem precedentes do desemprego, condição e resultado dos novos processo de acumulação capitalistas.

Pode-se ainda recorrer que as condições de trabalho tornaram-se crescentemente informais, precárias, com salários descontínuos e que tendenciam à individualização extrema da relação salarial, trabalhos de curta duração e sem contribuir para a Previdência. Igualmente, podemos perceber mudanças nas *relações de trabalho que além de sofrer com o crescimento do desemprego e da informalização, trabalhadores e seus sindicatos ficam debilitados, enquanto as empresas adquirem um maior poder no mercado de trabalho*. (MATTOSO, 1999). Os sindicatos passam a adotar um movimento defensivo, com desaceleração de greves, com maior dispersão e fragmentação da ação sindical. Pois, ainda segundo MATTOSO (op.cit.), a organização sindical *dificilmente logrou pela conquista de novos direitos, mas tão-somente em defesa dos já existentes, cada*

[42] A terceirização expressa para o capitalista um mecanismo eficaz, pois transforma os custos fixos de produção em variáveis, bem como os problemas dos seus empregados para as empresas terceiras, que, muitas vezes, adotam contratos de trabalhos os mais precários, estando os trabalhadores sem garantias sociais.

vez mais ameaçados pela desregulamentação das condições e relações de trabalho (p. 18 e 19).

Igualmente a este processo de *desproletarização do trabalho industrial*, da incorporação do trabalho feminino e da *subproletarização do trabalho*, com tendências ao desemprego, tem-se outra variante que é intenso processo de assalariamento dos setores médios, decorrentes, principalmente, da expansão do setor de serviços. (Cf. ANTUNES, 2002)

Nos últimos anos vê-se um crescimento acelerado do chamado *setor de serviços que no início dos anos 70*, nos países de economia avançada*, se expandem e se associam as mudanças na produção, na reunião de informações e no financiamento* (Cf. HARVEY, op.cit., p.148). Já em relação ao mundo do trabalho, esta expansão dar-se-á também nas formas de subcontratação e consultoria prestada por firmas que se fragmentam em vários setores ligados ao marketing, entre outras atividades relacionadas à imagem que proporcionam lucratividade à empresa capitalista. Do mesmo modo que terá participação importante na contratação de mão-de-obra pouco qualificada ou sem nenhuma qualificação para atuar em setores mais heterogêneos, tais como: alimentação, reparação, alojamento, transporte, entre outros. [43] Contradição essa que ao mesmo tempo em que se altera a forma de ser do trabalho para a desqualificação, posteriormente, veremos que por outro lado o sistema impulsiona os trabalhadores a uma maior qualificação para garantia de um emprego.

[43] Conforme Síntese de Indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2004 pelo IBGE, o setor serviços representou **40,5%** como grupo de atividade do trabalho principal da população de 10 anos ou mais de idade, assumindo o setor com maior percentual de ocupação no Brasil. Mais recentemente, a Pesquisa Mensal realizada pelo DIEESE-SEADE, de abril de 2006 a abril de 2007, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal, em relação a estimativa de ocupados, o setor de serviços foi um dos setores que obteve maior crescimento em termos absolutos (279 mil pessoas) e em termos relativos (3,4%).

Além destas novas formas de gerenciar o capital propostas pelo modelo de acumulação "flexível", novas capacidades e competências[44] são exigidas ao mundo do trabalho, dentre estas se vislumbram: a capacidade de dar respostas rápidas e especializadas; dar soluções aos problemas apresentados no dia-a-dia, a partir do uso de instrumentos, dando ênfase à lógica instrumental; ser multifuncional e polivalente; ter adaptabilidade em ocasiões especiais; o controle e a regulação da produção administrados pelos próprios trabalhadores; a constituição de grupos nos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) incentivados pelo capital para discussão do trabalho e do desempenho, com vistas a melhorar a produtividade da empresa; entre outros.

Muitas destas características supracitadas superam os requisitos técnicos e profissionais, exigindo-se capacidades pessoais para a realização das atividades, principalmente, aquelas identificadas como femininas por atenderem a um determinado perfil de trabalho[45], com peculiaridades de uma *classe-que-vive-do-trabalho mais diversa, heterogênea e complexificada* (Cf. ANTUNES, 2002).

Com as mudanças no universo da classe trabalhadora, novos cargos e funções são assumidos e outros extintos devido a tecnologização que exige maior qualificação, por exemplo. A aplicação da ciência à produção passa a ser exigência para a qualificação profissional, caracterizando-se pelo não

[44] Segundo Revista Exame de 05/04/2000, "o trabalhador ideal neste novo momento econômico que vai se consolidando no Brasil é um especialista que tem a visão do todo, um profissional com condições de gerenciar seu próprio trabalho, com espírito empreendedor, raciocínio lógico, capacidade analítica e que se movimenta com desassombro pelo mundo internacionalizado." (p.182)

[45] Sendo, portanto, as grandes chances e oportunidades de inserção no mercado de trabalho: locais que exigem de seus candidatos maiores habilidades técnicas e pessoais, menos especialização, com possibilidades ínfimas de construir carreira e altamente rotativo. Constituindo-se assim oportunidades mais flexibilizadas, que se caracterizam por empregos casuais, contratos temporários, subcontratos, com menos segurança e garantias na atividade de trabalho.

reconhecimento do trabalhador como participe e produtor de mercadorias, mas peças a parte no processo produtivo. Conforme ANTUNES (2002):

> "O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo 'envolvimento cooptado', que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. (...) Por isso pensamos que se possa dizer que, no universo da empresa, da era da produção japonesa, vivencia-se um processo de estranhamento do ser social que trabalha, que tendencialmente se aproxima do limite." (p. 42)

Ainda segundo ANTUNES (2004), temos outras configurações para o trabalho hoje, tais como: a crescente exclusão dos jovens, que atingiram idade de ingresso no mercado de trabalho e que por não conseguirem ou terem perspectivas , acabam por engrossar as fileiras dos trabalhos precários ou do desemprego; paralelo a exclusão dos jovens, temos a exclusão também dos trabalhadores com idade próxima de 40 anos, não conseguindo o reingresso ao mercado de trabalho; com o desdobramento destas tendências, tem-se o trabalho no chamado "Terceiro Setor" que assume uma nova alternativa de ocupação, por intermédio de empresas que ao assumirem o papel de "responsáveis socialmente", adotam um leque de atividades de caráter assistencialistas e adotantes também do trabalho voluntário; expansão do trabalho em domicílio ou trabalho doméstico, pois é ideologicamente divulgado ao trabalhador que estará "livre", pois não terá que se submeter aos mandos da gerência, bem como o mesmo é quem constrói sua jornada de trabalho e é "dono" de seu próprio negócio, idéias falaciosas que justificam a desconcentração do processo produtivo, o desemprego; outra questão e última levantada pelo mesmo autor é a

idéia de que com o capitalismo mundializado, o mundo do trabalho assume novas formas, dentre estas, a de que está cada vez mais transnacional. [46]

Os trabalhadores ao reproduzirem as idéias e racionalidade burguesas acabam por tomar elementos que a burguesia radica como conformismos e sistemas eficientes de ganhos de produtividade. De acordo com MOTA (2000:29), *a direção dos processos políticos e a produção do consentimento de classe para empreender mudanças, transformam-se nos novos baluartes da ação das classes dominantes, na atual conjuntura.*

A partir das análises sobre o pensamento hegemônico, hoje, representado pela lógica pós-moderna, saídas ideológicas se combinam as saídas para a crise do mercado, do emprego. Sendo estas, explicadas com argumentos de ordem conjuntural, e não sob aspectos estruturais. O modo de produção capitalista sempre envolveu o trabalhador em sua subjetividade, a diferença que se dá com o modelo toyotista ou de "acumulação flexível" é que o capital busca capturar a subjetividade operária de modo integral, à medida que desenvolve mecanismos de comprometimento / envolvimentos dos trabalhadores em toda a cadeia produtiva. Conforme ANTUNES (2004):

[46] Estas novas exigências assumem influência das correntes de pensamento do Racionalismo formal-abstrato, à medida que se busca enfrentar as requisições postas pelo atual mundo do trabalho a partir da esfera individual, subjetiva, do idealismo positivo, não abstraindo dos fatos as relações que o engendram, assim como não abstraindo daqueles os seus conteúdos concretos. Agora empresas e Estado buscam se liberar dos encargos com o emprego e fazem do desemprego uma responsabilidade individual do próprio desempregado. (...) até podem destinar alguns recursos para tais cursos, importantes, mas absolutamente incapazes de gerar mais postos de trabalho. Uma contribuição, digamos, para o "salve-se quem puder". (MATTOSO, op. cit., p.20). Sendo assim, o pensamento ideológico da burguesia contemporânea não aceita a Razão Dialética, a qual busca entender a dimensão histórica dos fenômenos, a contraditoriedade dos processos, a negatividade do real, a totalidade (universal←→particular←→singular) e captar as mediações.

> "(...) a captura da subjetividade operária é uma das precondições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital. As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigiram, como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista." (p. 346)

Com relação ao mercado de trabalho, podemos visualizar saídas ideológicas, tais como, a busca pelo sucesso a qualquer custo, pela necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho, garantindo sua empregabilidade[47], pelo voluntarismo nas ações praticadas, pela competitividade e concorrência, entre outros.

Assim como estas características no âmbito do trabalho, mudanças também atingem o *espaço público e societal*, as organizações coletivas, sindicatos e outros movimentos sociais, que assumem, hoje, particularidades imbuídas também do pensamento hegemônico dominante.

Os sindicatos passam a adotar um movimento defensivo, com desaceleração de greves, com maior dispersão e fragmentação da ação sindical. Segundo MATTOSO (1999), a organização sindical *dificilmente logrou pela conquista de novos direitos, mas tão-somente em defesa dos já existentes, cada vez mais ameaçados pela desregulamentação das condições e relações de trabalho* (p. 18 e 19). SOUZA, (1994:38-9) apud. MOTA (2000:33) afirma que:

[47] "(...), palavra-fetiche que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital (...). "(ANTUNES, 2004:347)

> “ (...), ‘ o principal sentido da reestruturação produtiva é fazer o movimento dos trabalhadores – e suas forças sociais e políticas coligadas – recuar para o terreno econômico – corporativo, abrindo mão, portanto, dos elementos ético-culturais que permitiram dar forma e sustentação a uma nova fase autônoma e revolucionária’.”

O deslocamento do caráter político das lutas para a falsa idéia de “consenso social”, parceria, “colaboração de classes” acontece junto ao processo de enfraquecimento das lutas dos movimentos sociais. A ênfase dada ao marketing social, a efetivação de resultados (produtividade do trabalho), a liderança, ao processo de tomada de decisões, o trabalho em equipe e voluntário, assim como a administração eficaz e eficiente dos recursos públicos e o grau de comprometimento com o bem comum, são alguns dos pré-requisitos e valores defendidos no atual momento do capitalismo. Sendo, muitas vezes, exigidos perfis profissionais que coadunam com tais determinações, a exemplo, de nossa profissão em alguns espaços profissionais.

Portanto, concluímos afirmando que o atual mundo do trabalho passa por uma radical reestruturação, cada vez mais heterogeneizado, fragmentado e complexificado no que concerne aos seus aspectos econômicos, políticos e sociais. Para tanto, apresentaremos com alguns indicadores este panorama na contemporaneidade.

1.4 – O Mercado de Trabalho Brasileiro a partir dos anos 90: apresentação de alguns indicadores.

Neste item, iremos discorrer sobre as atuais nuances do Mercado de Trabalho na Contemporaneidade, sobretudo, no que concerne aos indicadores divulgados sobre a questão do trabalho hoje. Para isso, tomaremos por base o estudo realizado em 1999 pelo economista do IPEA, Jorge Mattoso, bem como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, ano base 2006-2007, além da Pesquisa Mensal de Emprego –PME, ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

Conforme registra MATTOSO (1999:9-11), o cenário brasileiro na década de 80, chamada de "década perdida", apresentou-se com alterações na dinâmica do mercado de trabalho, através da intensidade do desemprego urbano e deterioração das condições de trabalho, bem como com ampliação da informalidade. Entretanto, foram preservadas neste período as estruturas industriais e produtivas devido aos índices de desemprego e precarização estarem relativamente baixos, relacionados às oscilações do ciclo econômico e ao processo inflacionário.

Já na década de 90, esta situação tem alterações profundas, tais como: o desempenho produtivo foi mínimo resultante dos efeitos das oscilações do ciclo econômico sobre o mercado de trabalho; e, a geração de emprego sofreu com as conseqüências desestruturantes do processo de retração das atividades produtivas acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem realocação de outras. (Cf. op. cit., p. 11 e 14)

Ainda nesta década, temos um crescimento econômico e mobilidade social que parecem ter desaparecido. A economia, como já sinalizada, paralisada há anos, desarticulada, desestruturada e submetida ao capital financeiro internacional e a uma elite antinacional. O Estado Nacional encontrou-se desmontado pelas privatizações, sonegações e guerras fiscais, bem como pelos sucessivos cortes nos gastos e nas despesas públicas. Um índice de desemprego que atinge um em cada cinco habitantes das grandes cidades; e, a informalidade que atinge outros dois em cada cinco. Os índices de pobreza altíssimos, com percentuais significativos de pessoas abaixo da linha de pobreza e outros em condições de miséria absoluta. E outros indicadores sociais que crescem expressivamente, tais como os índices de violência marcam o cenário dos anos 90.

Sendo assim, podemos traçar como características deste panorama e que afetam incisivamente o mundo do trabalho:

1) o processo de desassalariamento com ampliação da ocorrência de condições de trabalho, com situações de não contribuição para a Previdência;

2) a redução de postos de trabalho formais ocorrente em todos os anos, mesmo em épocas de crescimento do PIB;

3) crescimento do emprego no chamado setor de serviços (alojamento, alimentação, reparação, conservação, entre outros);

4) diminuição significativa do emprego público[48], especialmente, nas áreas de educação e saúde (principais empregadoras) e;

[48] Tal diminuição está atrelada aos processos de privatização, sobretudo, das empresas públicas, bem como também se explica devido aos sucessivos ajustes fiscais e os cortes nos gastos públicos e sociais. E esta política de cortes estende-se do governo federal ao plano estadual e municipal, acentuando com isso ainda mais a queda do emprego público nestes âmbitos.

5) relações de trabalho que são afetadas significativamente pelo crescimento do desemprego e da informalidade, a qual proporciona aos empregadores mecanismos contratuais unilaterais ou por empresas, favorecendo a desvalorização dos contratos coletivos com características mais setoriais ou centralizadas, bem como a preservação de salários mais baixos e a ampliação das diferenças nos rendimentos dos que estão ocupados, ocasionando assim a diminuição dos níveis de sindicalização.

Os anos 90 foram profundamente marcado pela era FHC, representando o tripé abertura econômica e financeira indiscriminada, sobrevalorização do real e juros elevados e profunda desestruturação produtiva com conseqüências expressivas para o mercado de trabalho nacional, além da ampliação dos desequilíbrios das contas públicas e externas e do desmonte do Estado.

Ainda a fim de tratar deste período, houve abertura comercial indiscriminada com a abertura financeira. Pois, em meio à valorização da moeda nacional e os elevados juros, a mistura de políticas econômicas foram ocultadas pelos efeitos da estabilidade sobre o consumo, a expansão do crédito e pelo maior ingresso de recursos externos, embora este já ocorresse desde o início da década (Cf. op. cit., p. 26). Ocultaram-se os riscos de “desajuste” global, vulnerabilização e dependência crescente de nossa economia.

Com o Investimento Direto do Exterior – IDE voltado a compra das empresas públicas ou empresas do próprio setor privado, em contrapartida, tanto nas privatizações de estatais como no processo de fusões e consolidação de empresas privadas, a estratégia é reduzir o número de empregados e a

capacidade geradora de empregos, subcontratando de empresas estrangeiras através da maior importação de insumos e até de mão-de-obra. (Cf. op.cit., p. 27)

Segundo ainda MATTOSO (ibidem):

> "*O IDE se concentrou nos bens de consumo duráveis (automobilístico, eletrônico de consumo e eletrodomésticos) e não duráveis (alimentos, bebidas e produtos de higiene e limpeza). Até 1996, cerca de 55% dos recursos estavam investidos na indústria. Mais recentemente, o processo de privatização dos serviços públicos favoreceu o deslocamento do IDE ao setor de serviços, que já representa cerca de 80% do capital externo investido." (p.27)*

A política econômica de FHC gerou uma extraordinária armadilha para o crescimento e a produção nacional. A economia teve desempenhos ruins na década de 90, com quedas percentuais do PIB, havendo retração das atividades produtivas. Portanto, tem-se baixo índice de crescimento e irrisórias taxas de investimentos na economia, o que não fez gerar empregos em quantidade e qualidade suficientes, não conseguindo absorver os novos ingressos ao mercado de trabalho. Com isso, os empregos formais foram dizimados, segundo MATTOSO (ibidem), e o desemprego expandido e em conseqüência a precarização das condições e relações de trabalho.

Por conseguinte, nesta década tivemos razões danosas ao emprego devido à adoção de uma inserção internacional subordinada, com abertura comercial e financeira indiscriminada, sobrevalorização cambial e elevados juros.

Devido ao corte dos gastos sociais e as políticas sociais caracterizarem-se pela precariedade, com deterioração qualitativa e quantitativa dos seus serviços, sobretudo, aqueles provenientes dos fundos públicos com base na contribuição dos ocupados que tendem a reduzir sua capacidade, comprometendo as políticas da Previdência e do Trabalho. Para isso, são adotadas como estratégias à pobreza, políticas focalizadas, restritas e de cunho compensatório a fim de atender as demandas de determinados segmentos sociais, considerados sem condições de reingresso ao mercado de trabalho.

A partir deste cenário apresentado, a política definida por Lula em seus dois mandatos não foge à regra da era FHC, com algumas particularidades que trataremos posteriormente. A partir de então, apresentaremos informações do IBGE, instituto o qual não só trará elementos de medição do índice de desemprego mensal no país, bem como indicadores sociais que contribuem para uma análise mais precisa do mercado de trabalho brasileiro na atualidade.

Utilizaremos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, ano base 2006-2007, a fim de analisar alguns dos indicadores relacionados à categoria trabalho na realidade brasileira.

Atrelado ao índice educacional, em nível Brasil, temos um percentual das pessoas de 4 a 7 anos e 11 anos ou mais de estudo bastante significativo. Isso expressa o nível educacional do brasileiro, sinalizando para uma realidade, hoje, diferenciada. Temos os seguintes números: 4 a 7 anos de estudo – 30,8%; 11

anos ou mais – 28,9%; 8 a 10 anos – 16,5%; 1a 3 anos – 13,5% e sem instrução e menos de 1 ano de estudo – 10,2%. Significa que o predominante é o nível fundamental e básico de ensino, estendendo-se para o nível médio ao superior este com poucas diferenças em pontos percentuais do indicador anterior.

Quanto ao gênero e os anos de estudo entre os ocupados na semana de referência da pesquisa em 2006, as mulheres com 11 anos ou mais de estudo representam, em nível Brasil, 43,8%; enquanto os homens correspondem a 33% deste grupo com maior escolarização. O índice de 4 a 7 anos de estudo representa entre os homens 28%, enquanto entre as mulheres este indicador sinaliza para 23,7%. Em nível sudeste, temos o indicador de 11 anos ou mais de estudo, 50,5% entre as mulheres e 41,6% entre os homens, sendo em pontos percentuais o quantitativo de mulheres maior do que o dos homens em relação a escolarização. Nos 4 a 7 anos de estudo, temos ainda nesta região, entre os homens 26,5% e entre as mulheres 21,6%.

Tanto em nível nacional quanto regional, temos a maior participação das mulheres nos bancos escolares, inclusive como parte de uma exigência do próprio mercado de trabalho. Estes dados sinalizam que para os homens a questão do tempo de estudo ainda não se tornou peça fundante para se conseguir alguma inserção no mercado de trabalho, diferentemente das mulheres que necessitam se escolarizar por mais tempo como prerrogativa para este ingresso. Contudo, a escolaridade, qualificação dos sujeitos ainda é alvo importante nos processos seletivos no sentido de incluir ou excluir candidatos, bem como, serve, muitas vezes, de justificativa para o não preenchimento de vagas de emprego que exijam especialização ou estudo técnico ou outro em alguma área específica, sendo alvo

de afirmações falaciosas quanto à questão do desemprego na atualidade a falta de qualificação de muitos que procuram por uma oportunidade.

Outro número igualmente importante de se ressaltar é o quantitativo de jovens de 18 a 24 anos e os de 25 anos ou mais, entre homens e mulheres, que possuem taxas de escolarização significativas, mas não expressivas em relação aos índices colhidos entre grupos etários de menor idade.

Ainda com relação aos vários níveis educacionais, a referência Brasil, é que 79,2% de estudantes são da rede pública e 20,8% da rede particular de ensino. É importante ressaltar que entre os estudantes de nível superior temos indicadores importantes com relação à rede particular, representando no Brasil o total de 76% integrantes deste sistema de ensino em contraposição a 24% da rede pública. Enquanto no Sudeste temos 82% da rede particular para 18% da rede pública. Este indicador representa o nível de mercantilização da educação, sobretudo, a de nível superior em nível nacional e regional, especialmente, em regiões importantes do ponto de vista político, econômico e social.

Em 2007, temos que a taxa de atividade para homens e mulheres chegou a 62% em nível Brasil, representando para o Sudeste 61,7%. Entre homens este indicador é maior do que entre mulheres. Ainda no ano supracitado, o nível de ocupação[49], entre homens e mulheres, chegou a 57% em nível nacional, enquanto a taxa de desocupação[50] representou 8,2%. No Sudeste, esta mesma taxa de desocupação chegou a 9%, sendo maior entre as mulheres.

[49] Entende-se por pessoas ocupadas as que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. (Fonte: Armazém dos dados)

[50] É a relação entre o número de pessoas desocupadas e o número de pessoas economicamente ativas na semana de referência. (Fonte: Armazém dos dados)

Em relação à faixa etária dos ocupados o maior índice expressa, em nível nacional, o grupo dos 30 a 39 anos com um índice de 24,3%. Em nível sudeste, este indicador corresponde a 24,6% para esta faixa etária. Seguidamente, entre os jovens de 25 a 29 anos, temos 13,3% dos ocupados, em nível Brasil, sendo o mesmo valor percentual para o sudeste. Sendo, portanto, o dado de ocupação entre os mais jovens ainda pequeno em relação aos outros grupos etários.[51] Quanto a taxa de atividade, na semana de referência da pesquisa do PNAD 2007, das pessoas de 10 anos ou mais, temos entre a faixas etárias de 25 a 29 anos (81,4%) e de 30 a 39 anos (83,3%) os que possuem taxa de atividade mais expressivas. Seguidas dos 20 a 24 anos e 40 a 49 anos com 73,4% e 79,2%, respectivamente.

Quanto às contribuições para a Previdência, em nível Brasil, 50,7% são segurados para 49,3% que não contribuem em qualquer tipo de trabalho. Em se tratando de regiões, no Rio de Janeiro, as contribuições ao INSS, em qualquer trabalho, 60,6% são contribuintes, enquanto 39,4% não o são.[52] Já em relação,

[51] Em reportagem do Jornal O GLOBO de 28/09/2008 no Caderno Boa Chance, informa que empresas terão lideranças mais jovens, pois a projeção realizada em pesquisa da Stanton Chase Internacional, 43% dos profissionais do Brasil estão na faixa etária de até 24 anos, contra 27% da média dos outros países. No Brasil, além dos jovens funcionários, o mercado emprega mais estagiários: a média é de 20% enquanto no restante da América Latina é de 8%. E talvez por isso é que se tem uma proporção maior de profissionais com curso superior incompleto (42%). De acordo ainda com este levantamento, no geral, 22% dos profissionais da geração entre 25 e 29 anos já estão em cargos gerenciais, com apenas cinco anos de atuação no mercado. E por causa desses dados, o trabalho desta pesquisa conclui que o Brasil será o país onde as empresas terão lideranças mais jovens. (Cf. p. 3)

[52] Em reportagem do Jornal O GLOBO no Caderno Economia de 21/09/2008, informa que no Rio, a informalidade avança, ao contrário do que se observa no país. Esta explicação está nos seguintes dados, conforme mostra o PNAD - IBGE: a proporção de trabalhadores fluminenses que contribuem para a Previdência caiu de 61,1% para 60,6% de 2006 para 2007, num movimento oposto do que se nota no país, cuja variação passou de 48,8% para 50,7%. A taxa de desemprego fluminense, por sua vez, ficou ainda em dois dígitos, em 10,2%, no ano passado – bem acima da média nacional, de 8,2%. (Cf. p. 41)

em nível nacional, as associações a sindicatos tem-se que 82,3% são associados para 17,7% que não o são.

Podemos perceber que temos dados importantes, principalmente, sobre as contribuições a Previdência, que como apontara MATTOSO sofrem interferência significativa devido aos novos vínculos empregatícios com os vários níveis de precarização e a informalidade, reduzindo as chances de contribuições ao INSS e de não se ter garantias sociais. Igualmente, a associação a sindicatos que, nos últimos tempos, tem tido queda significativa devido a crise por que passam os movimentos sociais na contemporaneidade, sobretudo, com as novas formas de emprego, com a criação de empresas terceiras e com vínculos cada vez mais precários e temporários.

Ainda em análise dos dados do PNAD 2006 – 2007, a respeito dos grupamentos de atividades do trabalho principal temos em nível nacional: Comércio e Reparação – 18%; Indústria 15,3%; Setor Agrícola – 18,3%; Educação, Saúde e Serviços Sociais com 9,2%, sendo estes os que mais incidem entre os vários outros grupamentos e seus respectivos dados. No Sudeste temos entre os mais incidentes o Comércio e Reparação – 18,7%; Indústria – 15,3%; Educação, Saúde e Serviços Sociais – 10,2%. E mais especificamente, no Rio de Janeiro temos, segundo informações de 2007: 47% na área de serviços; 21,3% na área de comércio e reparação; 14,4% na área de indústria ;13,9% na área de construção; e, 2,6% na área agrícola. [53] Com isso, a partir de tais dados podemos

[53] Ainda em reportagem do Jornal O GLOBO no Caderno Economia de 21/09/2008, a economia do Rio é baseada no setor de serviços e na forte terceirização das atividades. Para Hildete Pereira, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), os números negativos do Rio retratam uma economia com um setor industrial sem força e uma agricultura praticamente inexistente na região. Ainda segundo a professora, o petróleo, pouco empregador, ajuda a economia não se afundar mais. (Cf. p. 41)

verificar que o setor de serviços com o total de 68,3% (serviços, comércio e reparação) e a indústria com 14,4% ainda lideram entre os indicadores em nível regional, expressando o avanço do primeiro nos últimos anos, sobretudo, quanto às chances e ingresso no mercado de trabalho.

Complementando com os dados relativos aos grupamentos ocupacionais no trabalho principal, temos as seguintes informações em nível Brasil: 1) Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção – 23,3%; 2) Trabalhadores dos serviços – 19,9%; 3) Trabalhadores agrícolas – 18,2%; 4) Vendedores e prestadores de serviço do comércio – 10%; e, 5) Trabalhadores de serviços administrativos – 8,5%. No Sudeste, incidem os Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção – 25,4%; os Trabalhadores dos Serviços – 22,1%; os Trabalhadores de serviços administrativos – 10,4%; e, os Vendedores e prestadores de serviço de comércio – 9,7%.

Quanto às posições na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, tem-se: 64,8% empregados e trabalhadores domésticos; 57,4% empregados; 7,4% trabalhadores domésticos; 21,2% trabalhadores por conta própria; 3,8% empregadores; 4,3% trabalhadores na produção para o próprio consumo; e, 0,2% trabalhadores na construção para o próprio consumo. Podemos visualizar com isso que cresce o número de trabalhadores por conta própria, visto os índices de desemprego que veremos a seguir, bem como o número de trabalhadores que não são só empregados, mas que também exercem trabalhos domésticos, exercendo dupla jornada de trabalho.

Dentre os que são empregados e trabalhadores domésticos, no trabalho principal, em nível nacional, tem-se: 54,4% com carteira de trabalho assinada; 10,5% de militares e estatutários; e, 35% de outros sem carteira de trabalho assinada. Em nível sudeste tem-se: 61,9% com carteira de trabalho assinada; 9,2% militares e estatutários; e, 28,9% de outros sem carteira de trabalho assinada. Entre o que são somente empregados, tem-se, em nível nacional: 58% com carteira de trabalho assinada; 11,9% de militares e estatutários; e, 30,1% outros sem carteira assinada. Em nível regional (sudeste), tem-se: 65,3% com carteira assinada; 10,3% militares e estatutários; e, 24,4% outros sem carteira assinada.

Com relação à Pesquisa Mensal de Emprego – PME realizada nas seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, BH, RJ, São Paulo e Porto Alegre), quanto à posição na ocupação, tem-se que:

1) Empregados com carteira assinada (inclusive trabalhadores domésticos) passou de 48,9% em Abril de 2008 para 49,7% em Abril de 2009;

2) Empregados sem carteira de trabalho assinada (inclusive trabalhadores domésticos) passou de 19,4% em 2008 para 18,8% em 2009, com diminuição de 0,6%;

3) Empregados por conta própria com diminuição de um ano para outro de 0,1%. Isto é, de 18,7% em 2008 para 18,6% em 2009;

4) Somente Empregados, de 4,8% em 2008 para 4,7% em 2009, com diminuição de um ano para outro de 0,1% e;

5) Trabalhadores não remunerados, de 0,7% em 2008 para 0,6% em 2009, com diminuição de 0,1%.

A partir destes dados podemos concluir que, os que não têm carteira de trabalho assinada vêm aumentando significativamente, sem grandes alterações no cenário, tanto em nível nacional quanto regional, assim como o número de estatutários reduzindo expressivamente. Isso reflete nas oportunidades de emprego que se tem na atualidade, com maiores possibilidades aqueles cujo vínculo de trabalho é formal, mas instável e aqueles que trabalham sem vínculo formal estabelecido e, portanto, sem garantias sociais. Neste último, podemos citar o exemplo dos que se encontram na informalidade.

Em paralelo, podemos sinalizar para a taxa de desocupação em nível nacional, entre os grupos etários, sendo: 19,3% - de 10 a 17 anos; 15,4% - de 18 a 24 anos; 6,4% - 25 a 49 anos. E a média nacional para os vários grupos etários representando o percentual de 8,2% no ano de levantamento da pesquisa em 2007. No sudeste, tem-se que a média no estado é de 10,2%, já entre os grupos etários segue: 33,9% - 10 a 17 anos; 15,4% - 18 a 24 anos; e, 8,5% - 25 a 49 anos. Este indicador consegue sinalizar para um percentual importante entre os mais jovens que, muitas vezes, representam aqueles que estão em busca do primeiro emprego, sendo exigida experiência profissional, qualificação, entre outras requisições do mercado de trabalho.

Em comparação a Pesquisa Mensal de Emprego – PME, realizada em abril deste ano em relação a abril do ano passado, podemos sinalizar que entre as seis regiões metropolitanas a taxa de desocupação aumentou um ponto percentual, ou

seja, de 4,9% em 2008 passou para 5,0% em 2009. Ainda em relação ao PME das seis regiões metropolitanas, podemos mencionar que a taxa de ocupação da população economicamente ativa [54] de 52,0% em Abril de 2008 passa a 51,5% em Abril de 2009.

Voltando ao PNAD 2007, temos quanto às classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, em nível nacional:

1) 44,9% sem rendimentos, inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios;

2) 16,6% 1 a menos de 2 salários mínimos;

3) 14,1% ½ a menos de 1 salário mínimo;

4) 11,8% ¼ a menos de ½ salário mínimo;

5) 10,9% menos de ¼ do salário mínimo;

6) 1,2% 2 salários mínimos e,

7) 0,5% sem declaração.

Quanto aos trabalhadores por conta própria, o rendimento médio mensal no trabalho principal, em nível nacional, corresponde a 819 reais (inflacionado de acordo com o índice). Em nível de sudeste, o valor de referência para este grupo é de 1055 reais (valor também inflacionado). No Brasil, os trabalhadores por conta própria homens ganham em torno de 920 reais e as mulheres 611 reais. Enquanto

[54] Pessoas economicamente ativas são pessoas que estão ocupadas na semana de referência e as pessoas desocupadas nessa semana que procuraram trabalho no período de referência de 30 dias. (Fonte: Armazém dos dados)

na região sudeste, os homens ganham 1215 reais e as mulheres 770 reais como trabalhadores por conta própria.

No estudo do PME na região metropolitana do Rio de Janeiro, no período de Abril de 2008 a Abril de 2009, vai-se mais além de tais informações, pois se tem entre as pessoas ocupadas (exclusive trabalhadores não remunerados) o rendimento de R$1277,68 (2008) e R$ 1318,40 (2009), aumento de R$40,72; empregados no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos e trabalhadores não remunerados de membro da unidade domiciliar que era empregado) o rendimento médio real – R$ 1.118, 26 (2008) para R$ 1.164,00 (2009), aumento de apenas R$45,74; e empregados do setor público com rendimento médio real de R$1.966,23 (2008) para R$2.098,20 (2009), aumento significativo de R$131,97. Este aumento dos rendimentos no setor público em relação ao privado é evidente e nos leva a compreender que este aumento pode ter relação com o incentivo a carreira pública que oferece aos ingressos estabilidade, vantagens e garantias não mais facilmente encontradas no mercado de trabalho no todo. [55]

Outro elemento inovador que o PNAD, ano base 2006-2007, traz é o indicador das horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos. Em nível nacional, temos relevância nas seguintes: 15 a 39 horas – 47,4%; 40 horas ou mais – 30,5% e 15 a 24 horas – 29,6%. Em nível regional, sobretudo, no sudeste, igualmente, temos a predominância destas carga horárias. Com isso, podemos

[55] Em continuidade a reportagem do Jornal O GLOBO no Caderno Economia de 21/09/2008, tem-se que o rendimento mensal do Rio de Janeiro encontra-se acima da média nacional. Em 2007, o trabalhador fluminense obteve ganhos médios de R$1.135, por mês – 18,7% a mais do que a média nacional, calculada em R$956. Segundo a reportagem, parte dessa alta se explica pela escolarização acima da média brasileira. No Estado do Rio, a taxa de escolarização, por exemplo, para jovens de 15 a 17 anos, é de 86,5%, contra 82,1% no país. Segundo Vidigal, consultor da Fundação Cide, o que puxa para cima os salários é a melhor qualificação da mão-de-obra do Rio, em detrimento de outros estados. (Cf. p. 41)

perceber que o brasileiro passa boa parte de seu tempo trabalhando, a fim de elevar seus rendimentos, de sustentar-se e de sustentar os seus, entre outros motivos. Sendo, muitas vezes, a carga horária excessiva de trabalho, caracterizada pelo pluriemprego, o qual garantirá o seu sustento e de sua família, entretanto trazendo desgaste físico e emocional.

Sendo assim, concluímos este item, relacionando todas as questões levantadas e os indicadores apresentados como peças fundamentais para o estudo do mercado de trabalho na contemporaneidade.

1.5 - A Reforma do Estado Brasileiro.

Os países da América Latina, sobretudo o Brasil no contexto de ditadura militar com o chamado “Milagre Econômico”, causou um grande endividamento aos países devido ao processo desenvolvimentista de substituição de importações e de acordos institucionais, favorecendo as oligarquias exportadoras e o capital financeiro internacional.

Contudo, devido às inerentes crises do capital, eis que emerge a chamada “crise da dívida”, já no contexto dos anos 80, segundo BEHRING (2008), com características que são preexistentes a este processo, tais como: o empobrecimento generalizado da América Latina; a crise dos serviços sociais públicos; o desemprego; a informalização da economia; e, o favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas.

Com a seqüência pós-ditadura de governos democráticos no Brasil, estes não foram capazes de romper com a submissão ao capital estrangeiro, estabelecendo acordos que expressavam até riscos para a soberania do país. E o capital para superar mais uma de suas crises, diante da possibilidade de colapso financeiro internacional, os países periféricos como o Brasil adotam o discurso do ajuste e dos planos de estabilização, havendo ampla reestruturação industrial e financeira.

Os anos 80 caracterizaram-se igualmente por um intenso processo de democratização e protagonismo do movimento operário e popular, principalmente, através dos avanços formalizados na Carta Constitucional de 1988. No entanto,

observa-se também que dificuldades foram vivenciadas pelo Brasil com a orientação neoliberal iniciada também neste contexto.

A doutrina neoliberal chega ao Brasil a partir dos anos 90, encontrando ambiente político, econômico e cultural favorável e reforçado pelas medidas de ajuste preconizadas no Consenso de Washington.

A partir do receituário neoliberal preconizado pelos países, programas de estabilização são adotados como resposta do enfrentamento à crise e melhor destrinchado a partir das seguintes etapas:

1) Estabilização macroeconômica, com revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública;

2) "Reformas estruturais", com liberação financeira e comercial, desregulamentação dos mercados e privatização[56] das empresas estatais;

3) Retomada dos investimentos e do crescimento econômico.

E é a partir do Governo de Fernando Collor de Mello que são explicitadas as promessas de derrota da inflação sob orientação neoliberal em sintonia a cultura econômica monetarista. Inicia com algumas "reformas estruturais" que serão continuadas nos governos que seguem. Estratégias de modernização no sistema de administração industrial e de governo são elementos centrais no governo Collor, fomentando a competitividade internacional.

Segundo BEHRING (2008), os dois anos de governo de Collor pautaram-se na *adequação destrutiva ao reordenamento mundial.* Quanto ao enfrentamento

[56] A privatização representa não só a entrega do patrimônio público brasileiro ao capital estrangeiro, mas a não obrigatoriedade das empresas privatizadas comprarem insumos no Brasil, levando ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial.

das refrações da questão social no país, tivemos como características o reforço ao clientelismo nas políticas e a performance da primeira dama junto a Legião Brasileira de Assistência – LBA.

O ambiente político, articulado à abertura comercial e à reestruturação produtiva - causadoras de desemprego - impactaram desmobilizando os movimentos sociais dos anos 1980.

Com a retirada de Collor do poder político, assume o ex-ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso – FHC, que formula um novo Plano de Estabilização Econômica através da moeda Real, iniciando uma nova etapa do Projeto Neoliberal Brasileiro.

FHC promove a sobrevalorização do câmbio, além de destruir a autoridade monetária nacional, exigindo a captação permanente de recursos no exterior para equilibrar a balança de pagamentos. E como todo plano de estabilização econômica, impactos foram gerados, a saber, conforme BEHRING (2008) sinaliza:

1) Bloqueio de qualquer possibilidade de desconcentração de renda;

2) Desproporção entra a acumulação especulativa e a base produtiva real;

3) Alienação e desnacionalização do patrimônio público;

4) Inibição do crédito e inadimplência dos devedores e;

5) Mudança do Perfil do investimento das indústrias, tendendo a redução de custos e manutenção, não em ampliação de base.

Conseqüências sociais do mesmo modo são suscitadas, tais como: o desemprego, o crescimento da informalidade e o encolhimento dos empregos no setor formal, aumento da violência e do crime organizado e a precariedade da renda. Elementos desta política macroeconômica atingem, sobretudo, o âmbito do trabalho, mas, especialmente, as pequenas e médias empresas que por não conseguirem competir no mercado, acabam por fechar as portas.

E isso se justifica pelo fato da política de abertura comercial ter acirrado a competitividade e pressionado a indústria nacional ao projeto de modernização, direcionando-a para o mercado externo, com a introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e a precarização do trabalho.

A “Reforma” do Estado é geradora de desemprego, por meio de mecanismos como os programas de demissão voluntária e a instituição das organizações sociais e agências executivas, cuja relação trabalhista não se pauta pela estabilidade.

Quanto aos aspectos sociais, a política de abertura econômica propicia o ataque a Seguridade Social, a isenção de tributos e contribuições sociais que farão diminuir os recursos para as políticas sociais, assim como afeta as condições e relações de trabalho que passam pela flexibilização e desregulamentação dos direitos. Conforme constata MATTOSO (1999):

> *“ (...) o intenso processo de desestruturação do mercado de trabalho ocorrido nos anos 90 e, sobretudo, durante o primeiro governo FHC (1995-98) teve como pedra de toque uma acentuada redução da capacidade de geração de empregos formais*. (p. 17-8)

O Projeto de Reforma de Estado pauta-se nas idéias de Bresser Pereira, ministro e economista que analisa a crise da dívida externa, exigindo a este contexto de forma imperiosa, a disciplina fiscal, a privatização e a liberalização comercial. Alega que as causas da crise se justificam pela presença de um Estado como o Welfare State. Cabendo a este novo Estado Mínimo e Reformado o papel de coordenar de maneira suplementar, recuperando a governabilidade (legitimidade) e a capacidade financeira e administrativa de governar.

O Plano Diretor da Reforma do Estado, como foi intitulado pelo Ministério da Administração e da Reforma do Estado no Governo FHC, constitui-se em

proposições que situam bem o papel do Estado e da sociedade neste novo contexto social, político e econômico. Trata-se de fortalecer a ação reguladora do Estado numa economia de mercado, especialmente os serviços básicos e de cunho social.

A "Reforma" seria a transferência para o setor privado das atividades que podem ser controladas pelo mercado, a exemplo as empresas estatais. Outra questão a ser reformulada é a descentralização para o "setor público não estatal", serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados por ele, tais como: educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Estes são considerados serviços competitivos ou não exclusivos do Estado que estabelecerá parcerias público-privado para o financiamento e o controle social dessa execução. Por fim, o Estado reduz a prestação direta de serviços, mantendo-se como regulador e provedor.

Estes pressupostos deveriam ser estabelecidos pelo novo papel assumido pelo Estado que passa atuar na minimização dos gastos públicos e sociais, financiando e repassando as atribuições de intervenção junto às refrações da "questão social" para esferas do chamado Terceiro Setor[57] ou para as empresas[58], com o objetivo de conter a crise fiscal deixados pelo Estado intervencionista. Ao mesmo tempo em que promove a descentralização necessária que delega poder aos municípios, responsabiliza-os com algumas políticas sociais, desconcentrando ações das esferas de poder. Valoriza os programas de renda mínima, assistenciais, de auxílio à pobreza, por serem necessários e complementares à

[57] Como define MONTANO (2007) sob uma perspectiva crítica, *o chamado " terceiro setor" representa uma denominação equivocada para designar um fenômeno real. (...) este fenômeno como sendo as organizações da sociedade civil e, portanto, conduz a uma desarticulação do real (...): em lugar das organizações do Estado (burocrático e ineficiente) ou do mercado (lucrativo) para responder às demandas sociais, as organizações da sociedade civil assumem essa tarefa* (p. 184 e 185). *Esta sociedade civil encontra-se autonomizada do Estado e do mercado e desarticulada do processo histórico de reforma do capital, seria um novo padrão para a função social de resposta à "questão social" (...)* (Cf. ibid., p.183).

[58] A intervenção junto às empresas dar-se-á através da filantropia empresarial ou do que se tem de mais recente com a chamada Responsabilidade Social. Esta última será motivada pelo marketing e isenção fiscal em ações sociais e ambientais propiciadas pelas empresas, passando a ser um grande negócio e estratégia de aumento dos lucros.

filantropia privada e das comunidades. Tais programas são um mecanismo de excelência para atender aos indivíduos pobres, sem promover o desestímulo ao trabalho. Por outro lado, a exigência de um Estado forte para a condução do ajuste direcionado à expansão do mercado levou a "brutal contenção de gastos", causando problemas às áreas sociais devido a falta de aplicação de recursos públicos, a descontinuidade dos programas, etc.

A partir desta análise, podemos sinalizar que o protagonismo das atuais organizações da sociedade civil - que com o Programa de Publicização iniciado com a "Reforma do Estado" cria as agências executivas e as organizações sociais, regulamentadas pelo chamado Terceiro Setor - sobrepõe-se, na maioria das vezes, aos interesses e valores dos sujeitos sociais, *dentro de uma ampla estratégia de mistificação* (Cf. IAMAMOTO, 2002, p. 15), solidariedade e desprofissionalização através do trabalho voluntário.

O espaço público não estatal passa a ser considerado mais eficaz que o espaço estatal, descaracterizando ainda mais os direitos sociais, à medida que são interpretados como benesses e ações em que o Estado não mais se responsabilizou em suprir.

Portanto, *tem-se que o chamado "terceiro setor" compõe um fenômeno real, concernente a uma totalidade que é o capital em sua roupagem neoliberal de reestruturação do capital, sendo "um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta à "questão social", seguindo os valores da solidariedade local, da auto-ajuda e da ajuda mútua* (p.186). Isso, muitas vezes, reflete em uma reprodução de valores burgueses e de ênfase a responsabilização dos sujeitos pelos problemas sociais que os afligem, sem

vislumbrar possibilidades concretas de análise crítica da realidade e de sua superação, conservando e não de questionando a ordem vigente.

Podemos a partir da compreensão do atual contexto de intervenção do Estado e de participação da sociedade civil, articular à idéia lançada pelo positivismo de Durkheim que propõe fundar uma programática para a sociedade burguesa de seu tempo. O pensamento durkheimiano não capta a essência da ordem burguesa, permanece em um idealismo subjetivista, à medida que se preocupa em recuperar os vínculos afetivos e de solidariedade perdidos com a divisão social do trabalho. Sendo, portanto, as organizações responsáveis em reformular as regras, os comportamentos sociais, reforçando o cunho moralizador presente nos valores e condutas institucionais. Com isso, o autor não só propõe a manutenção e conservação da sociedade burguesa e de seus valores, mas fortalece a idéia de que esta deve se sobrepor aos indivíduos.

Autores que realizam críticas a este processo de ajuste por que passam os países de economia capitalista nos anos 90, podemos citar BEHRING (2008), que trabalhará com o conceito de Contra-reforma, ao entender que o processo de "Reforma" do Estado, representou nada mais do que o estreitamento do Estado em seus papéis e funções públicas e sociais, com forte evocação ao passado no que concerne às idéias neoliberais, sendo regressivas na medida em que são observadas péssimas condições de vida e de trabalho a partir de então.

Sendo assim, para BEHRING (2008), a Contra-reforma do Estado concretiza-se sob três aspectos:

1) Perda da Soberania;

2) Reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica que tenha em perspectiva a retomada do emprego e do crescimento e,

3) Pouca vontade política e econômica de realizar uma ação efetiva sobre as mazelas sociais.

Uma das respostas a redução de custos, como já mencionado, é a flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulação destas relações quanto à proteção e os encargos sociais. Passivizam-se os trabalhadores, que agora passam a ser responsabilizados pela falta do emprego ou desemprego, condição inerente ao modo de produção capitalista. A flexibilização é outra defesa importante que a “Reforma” do Estado reforça, uma vez que se afirma promover a modernização e a competitividade da indústria a partir do custo trabalho, exemplo disso são as modificações e adendos já realizados na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Outra questão importante é o processo de privatização que se combinou a fragilização e até extinção de segmentos da indústria nacional e a uma forte concentração do capital que se beneficiou deste processo. Tem-se o fortalecimento de determinados grupos, a desnacionalização e o aumento do grau de concentração e, portanto, do poder do monopólio em quase todos os setores.

A Seguridade Social é atingida, pois “não há consumo coletivo ou direitos sociais, mas uma articulação entre assistencialismo focalizado e mercado livre, este último voltado para o cidadão consumidor” (MOTA, 1995, apud BEHRING, 2008). Tanto na Saúde, Assistência Social ou Previdência, as modalidades de resposta a “questão social” fogem da interpretação dos direitos sociais, ajustando-

se aos imperativos da dinâmica passiva no capitalismo contemporâneo, em defesa dos direitos de consumidores que podem ou não ter acesso a determinados bens ou serviços.

Por conseguinte, é possível concluir, conforme BEHRING (2008), que existe uma forte capacidade extrativa do Estado Brasileiro, porém que não está voltada para uma intervenção estruturante e para investimentos sociais, mas para subsidiar uma elite rentista brasileira e internacional.

1.5.1 – A Política Social em tempos neoliberais

A última década na América Latina, segundo LAURELL (2002), representou um retrocesso social que se revela no empobrecimento generalizado da população trabalhadora e na incorporação de novos grupos sociais à condição de pobreza ou extrema pobreza. Do mesmo modo, aumento do desemprego e subemprego, bem como queda vertiginosa dos salários.

Outro fator caracterizador deste período é a redução dos gastos sociais, e, portanto, dos serviços sociais públicos e redução do consumo popular, contribuindo para deteriorar as condições da maioria da população, inclusive das camadas médias.

BEHRING (2008), em seus escritos sobre a Política Social retrata a crise do capital nos anos 70 e início dos anos 80, sinalizando para as conseqüências nefastas provocadas pela onda neoliberal a partir de 90, tais como:

1) Aumento do desemprego nas décadas de 80 e 90, com redução dos postos e trabalho e a desaceleração na criação de novos empregos, como conseqüência da Reestruturação Produtiva;

2) Com o aumento do desemprego são agudizadas as desigualdades sociais que sofrem igualmente com as alterações quanto ao financiamento dos gastos públicos;

3) Contribuições para a Seguridade Social tiveram aumentos reduzidos no período, reflexo do aumento do desemprego;

4) Redução e/ou manutenção dos gastos públicos implicaram também a redução dos gastos com os sistemas de proteção social.

No Brasil o contexto neoliberal acontece de forma tardia, o que tem relação com a força do processo de redemocratização e questões político-econômico internas, como já tratado anteriormente. Em fins dos anos 90, o resultado geral da proposta neoliberal é a negação da política e, em conseqüência, da política social. Do ponto de vista social, atesta-se o crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, com enorme concentração de renda e riqueza no mundo.

As políticas assumem o caráter liberalizante, privatizante e de mercado a partir deste contexto de *ajuste estrutural* que agrava as desigualdades e aumenta os processos de exclusão.

De acordo com SOARES (2002:13), o *novo modelo de acumulação implica que: os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo.*

Ainda em SOARES (ibidem), a autora afirma que o contexto que vivemos não é de minimização do Estado, mas de reconstrução e reconfiguração de seu papel sob as bases e preceitos neoliberais. Pois, as políticas sociais de um Estado de Bem Estar Social - vivenciado universalmente em alguns países centrais e de forma “restrita” ou “incompleta” nos países latino-americanos com limitações em seus programas e critérios de seletividade (Cf. LAURELL, ibidem) - sofrem com as medidas de ajuste, especialmente, com os cortes lineares do gasto social e deterioração dos padrões do serviço público. Ao discorrer a respeito das Políticas

Sociais no contexto[59] representado pelo Welfare State, BEHRING e BOSCHETTI, 2008, afirmam:

> "Se os 'anos de ouro' comportaram algumas reformas democráticas, o que inclui os direitos sociais, viabilizados pelas políticas sociais, o período que se abre é contra-reformista, desestruturando as conquistas do período anterior, em especial os direitos sociais. " (p. 124-5)

Os vários serviços sociais prestados em períodos anteriores ao contexto neoliberal nos países latino-americanos asseguraram o mínimo de garantias sociais como os sistemas previdenciários e/ou de seguridade social que a partir dos anos 90 são privatizados e reduzidas suas coberturas, gerando exclusão crescente dos que não podem pagar diretamente por serviços e benefícios.

SOARES (ibidem) afirma que o contexto neoliberal assegura a contradição acumulação-legitimação, *o Estado neoliberal inclui uma feição assistencialista (legitimação) como contrapartida de um mercado "livre" (acumulação)*. *O não acesso a educação, saúde, alimentação, trabalho, salário deixam de ser direitos de sujeitos coletivos e passam a ser recursos (ou mercadorias) regulados pelo mercado*. (Cf. p. 73)

O Estado se desresponsabiliza por alguns setores, aumentando o descrédito aos serviços públicos já deteriorados e sobrecarregados. Cresce o discurso ao individualismo pragmático, deixando pessoas e grupos lançados a sua

[59] "(...), as políticas sociais se multiplicam em fins de um longo período depressivo, que se estende de 1914 a 1939, e se generalizam no início do período de expansão após a Segunda Guerra, a qual teve como substrato a própria guerra e o fascismo, e segue até fins da década de 60. Ou seja, na passagem do imperialismo clássico (Lênin, 1987) para o capitalismo tardio (Mandel, 1982)". (BEHRING in: "Fundamentos de Política Social")

própria sorte. As respostas à pobreza e à miséria são dadas através de *programas sociais de caráter emergencial, focalizados e contando com a solidariedade comunitária* (Cf. SOARES,ibidem).

O financiamento das políticas sociais restringir-se-á as contribuições sobre a folha de salários e os impostos indiretos e o Orçamento direcionado aos setores sociais sujeito aos cortes e enxugamento dos gastos. SOARES (ibidem) denomina este Estado neoliberal de "Estado de Mal-Estar", assumindo um caráter fortemente *regressivo* e *pró-cíclico*, sobretudo, no que diz respeito às formas de financiamento e seletividade nos serviços sociais. Outra questão apontada pela mesma autora e que caracteriza a gestão das políticas sociais neste contexto de restrição e até anulação nos gastos públicos é a minimização dos recursos, produzindo uma saturação dos serviços por excesso de demandas. BEHRING e BOSCHETTI (2008) tomando por base alguns autores aprofundam ainda mais, explicando que *a estrutura de financiamento e gastos públicos no período de hegemonia neoliberal vem produzindo uma sobrecarga de aumento de impostos regressivos para a classe trabalhadora e a redução de gastos com políticas sociais, sem ter conseguido retomar o crescimento econômico*. (Cf. p. 132)

Outra característica também importante levantada por SOARES (ibidem) é a questão da descentralização / municipalização dos serviços sociais, que seria uma forma de transferência de responsabilidades da gestão das políticas sociais para o nível local de governo (municípios). Tendo, portanto, menos poder de arrecadação, gerenciando com o mínimo para mantê-los ou fechá-los devido às condições restritas ao adequado funcionamento. A autora chama de "descentralização destrutiva", pois se tem o desmonte das políticas sociais em

nível nacional, delegando aos municípios competências sem os recursos correspondentes e/ou necessários.

Os serviços tomam a característica de privados / privatizados, assumindo uma dualidade daqueles que podem pagar e os que não podem, representados pela grande massa da população, que usufrui de programas alguns de má qualidade, de forma assistencialista, pontual, clientelista e sem qualquer referência a direitos sociais de cidadania, segmentados e excludentes.

Outra estratégia deste contexto é a disseminação da focalização, sendo somente os comprovadamente pobres, aqueles atendidos pelos serviços sociais de caráter público, através da *canalização dos gastos para os grupos carentes* (LAURELL, ibidem) a partir dos programas de transferência de renda.

E SOARES (ibidem), confirma :

> "No âmbito das políticas sociais, a estratégia da focalização é o correlato da individualização da força de trabalho e da possibilidade estrutural da exclusão de uma parte dela do mercado de trabalho, ou seja, da forma 'legítima' de acessar os recursos." (p. 79)

Sendo assim, com o esvaziamento do setor público e o conseqüente desmantelamento de seus serviços emergem as estratégias de agentes sociais das diferentes "micro solidariedades" (famílias, igreja e outros grupos sociais) e a participação de órgãos e entidades da sociedade civil que vão passar a assumir também as responsabilidades com o trato da "questão social". Parcerias público-

privado passam a ser cada vez mais freqüentes na configuração das novas formas de gestão das políticas sociais brasileiras.

É importante ressaltar que *os recursos públicos continuam financiando a cobertura da grande maioria da população, diretamente via serviços públicos ou indiretamente via subsídios ou incentivos fiscais em favor do setor privado* (Cf. SOARES, ibidem, p. 81). As políticas sociais deixam de ser desenvolvidas a partir da lógica do Estado para serem desenvolvidas a partir da lógica da sociedade civil, que intervém diretamente na "questão social", financiada através de convênios e contratos geridos pelo próprio poder estatal.

O que o setor privado não pode realizar, o Estado assume como participe no intuito de minimizar, "aliviar" a pobreza. E esta atuação do Estado deve caracterizar-se como beneficência pública ou assistencialista para que evite a noção de direitos.

Com a focalização, o nível de resolutividade / efetividade dos programas vem sendo questionado, à medida que vem apontando nas regiões metropolitanas e grandes espaços urbanos, ausência no retorno a população. De igual modo, mesmo com a inserção das organizações da sociedade civil e níveis locais de governo na formulação, gestão e execução das políticas e programas sociais, os índices de desigualdades sociais ainda permanecem sem grandes alterações, uma vez que não foram feitas reformas estruturais.

O Brasil ainda mantém um sistema de Seguridade Social com algum acesso universal, mesmo sujeito aos cortes e a complementariedade do setor privado, tal como opera o sistema público de saúde, mesmo que na precariedade, assim como um sistema misto de Previdência Social, com a Previdência Pública

Básica, complementada, muitas vezes, por um sistema de Previdência Social privada, com múltiplas interrogações e interesses em jogo. Sendo assim, considera SOARES (ibidem), *a Seguridade Social brasileira dos anos 90, ainda não se configurou na garantia plena das receitas de contribuições instituídas pela Constituição de 1988 em relação as suas reais finalidades, garantindo uma cidadania social em nosso país* (Cf. p.89). Com isso, podemos concluir que as políticas sociais não conseguem atingir o patamar redistributivo tão almejado na Constituição Federal. À medida que *não há consumo coletivo ou direitos sociais, mas uma articulação entre assistencialismo focalizado e mercado livre, este último voltado para o cidadão-consumidor*. (Cf. MOTA, 1995, apud BEHRING, 2008)

O serviço público passa a ser considerado ineficaz e ineficiente no contexto neoliberal e a tendência à mercantilização de direitos e prerrogativas conquistados nos anos 80 foram convertidos nos anos 90 a bens e serviços adquiridos no mercado, sendo transformados em simples mercadorias intercambiadas entre fornecedores e compradores. (Cf. BORÓN, 1999, apud BEHRING)

LAURELL (ibidem) menciona as várias condições impostas pela privatização de setores e serviços nos países latino-americanos, tais como:

1) A crise fiscal dos Estados não se deveu aos gastos sociais excessivos, mas basicamente à questão da dívida pública com os países capitalistas avançados;

2) A cobrança dos serviços públicos pelos governos neoliberais deve estar “em pé de igualdade” com o setor privado para competirem em preço e qualidade;

3) Transferência indireta de recursos públicos a empreendimentos privados, mediante o sacrifício de recursos fiscais do Estado;

4) Capacidade do setor privado de responder a demanda, sobretudo, no que concerne à administração de fundos, com a existência prévia dos grandes grupos financeiros, cuja expansão e integração foi facilitada pela desregulamentação financeira.

Contudo, nem com toda a abertura e incentivo prestado ao setor privado na administração dos serviços públicos e sociais, não sinalizou em alterações nos índices de pobreza e outras desigualdades. Pelo contrário, o atual contexto, acelerou alguns indicadores e fez emergir novos, como por exemplo, os altos índices de violência.

Podemos, assim, concluir que fatores como a hegemonia neoliberal, bem como as novas determinações do padrão de acumulação capitalista com a chamada reestruturação produtiva, as mudanças na organização do trabalho e o novo papel assumido pelo Estado têm provocado mudanças expressivas na reconfiguração das políticas sociais no atual contexto dos países capitalistas, especialmente, no Brasil. E para isso, falaremos a seguir, deste cenário no Governo Lula.

1.6 – O Brasil no contexto atual: Governo Lula e algumas considerações

Trataremos, neste último item do Capítulo I, do contexto que permeia a administração do Governo de Luís Inácio Lula da Silva em seus dois mandados políticos.

Sua primeira vitória, segundo BRAZ (2004), *deu-se sob condições históricas inéditas no país*, envolvendo articulações políticas dos mais distintos estratos da classe trabalhadora. O Brasil, pela primeira vez, ganhava um presidente de esquerda, com origens provenientes da classe trabalhadora e que não representava em sua origem e em sua totalidade os interesses hegemônicos das classes dominantes.

Entretanto, ao longo de seu governo, a sua essência conviveria com dois dilemas: 1) a continuidade do governo FHC, com mudanças em algumas de suas direções; e, 2) dar início alguns dos trabalhos a que se propôs em campanha eleitoral. RIDENTI (2007), já dizia que o Governo Lula toma a característica de compor e conciliar os interesses os mais contraditórios.

O quadro social, político e econômico brasileiro apresentava-se caótico quando Lula assumira em seu primeiro mandato, especialmente, no que concerne ao cenário deixado pelo governo anterior quanto à implementação efetiva do projeto neoliberal com a hegemonia do grande capital internacional e conseqüente abertura ao capital financeiro; as novas configurações da classe trabalhadora que agora se vêem desempregadas, subempregados ou com vínculos precários, desmobilizada e assumindo postura defensiva; a ampla reestruturação nos modos de produzir e reproduzir-se do capital; os indicadores de investimento social e

crescimento econômico permaneciam inalterados; o comprometimento com encargos, juros e amortização de dívidas; entre outros.

Remetendo-nos ao Governo Lula, há nos últimos anos um investimento grande em incentivos ao capital financeiro que através dos bancos, do estímulo ao crédito e do pagamento de juros assumem altos recordes em lucros.

Este mesmo governo manteve a política econômica dos últimos anos de Fernando Henrique, com resultados pouco diferenciados. Conforme CARVALHO (2004:131), *a preservação dos ganhos excepcionais dos credores do Estado, dos bancos e do grande capital se fez à custa de estagnação econômica, queda do emprego e da renda dos trabalhadores, cortes dos gastos sociais, aumento da dívida pública.*

O neoliberalismo tem continuidade e é aprofundado até os dias de hoje, assumindo em cada governo um compromisso com os ditames dos organismos financeiros e internacionais (Banco Mundial, FMI e BID), desconcentrando cada vez mais os investimentos nas áreas de atenção básicas, o que representa um retrocesso do ponto de vista social, para cumprir às exigências do pagamento da dívida externa.

Este projeto neoliberal no Governo Lula é algo que envolve questões muito mais profundas e duradouras, pois envolve a essência, não só do direcionamento do governo quanto às políticas macroeconômicas, mas dos seus continuísmos. O governo afinou seu discurso e sua imagem aos valores neoliberais, em detrimento dos valores de esquerda.

O avanço deste paradigma[60] assume em cada governo com sua experiência nacional uma particularidade e peculiaridade diferenciada. Sob a ótica do Governo Lula *trata-se de um governo eleito pela esquerda que se rende ao paradigma dominante, tomando o cuidado de defender que as mudanças não rompam com a fidelidade ao que se dizia ser*. (Cf. ibidem, p. 139).

Segundo ainda o autor supracitado, os problemas do Brasil se concentram em *desequilíbrio orçamentário.* Apesar de todo o esforço de gerar superávits primários, a dívida pública continuou a crescer em 2003, puxada pelos juros altos. (Cf. p.140) E BRAZ (2004:54) ainda completa quando trata do desmonte a que foram subjugadas as políticas estatais do país, pois *os projetos governamentais foram todos submetidos a cortes de gastos com o objetivo de atingir o superávit primário de 4,25%*, isso no primeiro governo Lula.

Do mesmo modo, aprova a Reforma da Previdência e a Reforma Tributária nos mesmos termos propostos pelo governo anterior de FHC.

Com relação à primeira reforça e aprofunda a (contra-)reforma da Previdência Social, que representou uma tentativa de "fazer" economia, afim de "equilibrar as contas públicas", sendo vista como reforma institucional e não política de Seguridade Social. Esta reforma objetivou atingir o setor público, implementando uma *perversa* e *inominável* taxação dos inativos (Cf. BEHRING, 2004:11). Ainda segundo BRAZ (2004:55), *a (contra-)reforma da Previdência se limitou ao teto da aposentadoria em R$2.400,00 e elevou a idade mínima de aposentadoria para 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens), além de contribuição*

[60] Segundo CARVALHO (2004), o Neoliberalismo se revela mais um paradigma que um receituário detalhado, por ser mais um conjunto de valores gerais para orientar as políticas econômicas que um conjunto articulado de políticas específicas.

previdenciária dos pensionistas e aposentados e de criar um amplo mercado para previdência complementar (...). Sendo assim, há um incentivo, na contemporaneidade, em relação à Previdência Complementar privada e aos fundos de pensão e sua suposta capacidade de investimento, sendo que sua lógica nada mais é do que a "financeirização" do capital, e uma Previdência pública para os trabalhadores do setor privado e público que não tem condições de mais descontos, com um teto baixo.

Em relação à segunda (Reforma tributária), a proposta de governo se limitou as medidas para ampliar a competitividade externa da economia e concentrar poder no governo central (Cf. CARVALHO, ibidem, p. 141).

Quanto à política externa, o governo Lula não deixa de seguir afinado com a ordem internacional estabelecida sob a hegemonia norte-americana, não realizando críticas às teses neoliberais de abertura comercial radical como pré-condição para o desenvolvimento. Contudo, avança no sentido de tentar implementar alternativas de comércio e relações internacionais entre países emergentes, a exemplo Índia, China e África do Sul. Incentiva, igualmente, processos de integração regional como o Mercosul e a Comunidade Sul-Americana de Nações. E busca atuar diplomaticamente com os países da América Latina, a exemplo da crise do gás com a Bolívia. (Cf. RIDENTI, 2007)

Conforme BRAZ (2004) evidencia em seus escritos:

> "Política cambial volátil, contração de investimentos produtivos e altas taxas de juros formam a tríade que os quatro últimos governos brasileiros (incluindo o de Lula) vêm operando. Seus objetivos mais diretos dizem respeito à

> formação de um ambiente político-econômico favorável ao capital financeiro, concentrando a riqueza nas mãos dos capitalistas rentistas" (p. 53).

Para CARVALHO (ibidem), a retórica e a imagem pública do governo Lula se enquadram cada vez mais nos valores básicos do neoliberalismo. E isso se dá, sobretudo, através do discurso sobre as parcerias público-privado e os termos de cooperação com organizações da sociedade, não garantindo direitos, mas assistencialismos, retirando o Estado do campo de suas responsabilidades e obrigações. Vide o exemplo do Programa Fome Zero, com suas campanhas de solidariedade, comovendo a população a participar através da contribuição voluntária de donativos nos mais diferentes espaços públicos.

Os indicadores de trabalho e renda sofreram bastante com oscilações expressivas. O desemprego, a informalidade, a precarização, o descumprimento as leis trabalhistas, entre outras características que desenham o cenário do mercado de trabalho no primeiro mandato do Governo Lula, tiveram poucas alterações em seus índices, no que tange a sua relevância, sem perspectivas de melhoras. Segundo BRAZ (2004:54), *o desemprego medido pelo Dieese vem oscilando sempre próximo dos 20%; a renda média dos trabalhadores vem caindo sistematicamente e com ela a perda de massa salarial e do poder de compra do salário, o que impacta negativamente a atividade produtiva, (...).*

Há uma intensificação de trabalho precário devido aos números de empregos sem carteira, a exemplo dos autônomos, responsáveis por alto percentual dos postos de trabalho gerados. O governo do PT ignora o longo e

amplo processo de construção dos direitos dos trabalhadores, fortalecendo a legislação sobre as cooperativas e outros instrumentos legais que favorecem a subcontratação de pessoas com vínculos os mais precários, isentando, muitas vezes, a responsabilidade patronal com os direitos trabalhistas.

Muitos dos programas governamentais sofreram cortes no início do Governo Lula, segundo BEHRING (2004:12), *sobre a Seguridade Social, dos recursos autorizados (após o corte), foram executados apenas 72,52% na assistência social, representando 0,89% do orçamento total; 84,33% na Previdência Social, representando 16,15% do orçamento total; e 85,58% na saúde, representando 3,16% do orçamento total da União*. As ações mais importantes, consideradas pelo Governo, foram e continuam sendo os programas de transferência de renda, exemplo Bolsa Família, que responde a uma prerrogativa neoliberal de atendimento aos mais vulnerabilizados e necessitados da ajuda governamental, no que tange as suas mazelas sociais.

Ainda, conforme BEHRING (ibidem):

> "A transferência de renda sem contribuição prévia é, na verdade, o grande mote da política social do governo Lula, sendo que, ao Programa Bolsa Família (PBF), reúnem-se: a Renda Mensal Vitalícia (RMV), a aposentadoria rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), cujo acesso foi ampliado em mais de 50% em relação à cobertura atual para os idosos, a partir da sanção do Estatuto do Idoso." (p. 12)

Tudo indica que o aumento de gasto com a transferência de renda não se justifica por uma ampliação da cobertura e sim mais por uma manutenção desta cobertura e do poder de consumo gerado pelas correções no salário mínimo, com exceção do BPC para os idosos. E é importante ressaltar que ainda que tais programas sejam necessários as populações atendidas, ainda são insuficientes para atender as suas necessidades reais. [61]

Sendo, portanto, tais programas de caráter pontual, restritivo, focalizado e não articulado as outras políticas sociais, atendendo as políticas de ajuste neoliberal, especialmente, a lógica contratual. Segundo IAMAMOTO (2001), *o resultado é um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes, renunciando a importantes graus de soberania nacional, em um contexto no qual há ampla prevalência do capital financeiro, ou uma 'financeirização da economia*'. (p.35)

Em relação ao segundo mandato de Lula, características um pouco diferenciadas tiveram em relação ao primeiro, devido às heranças trazidas pelo governo de FHC, sobretudo, no que compete às finanças, mas não deixou de dar continuidade a sua proposta inicial de política de governo.

Segundo a hipótese de RIDENTI (ibidem), Lula e seus aliados assumiram o governo sem saber muito que fazer, seguindo uma linha pragmática de resolver os problemas na medida em que apareciam; *adotando saídas dentro da ordem que pudessem agradar a um maior número de pessoas, grupos e classes sociais,*

[61] Outros Programas, como lembra BEHRING (ibidem), também são ampliados no Governo Lula, principalmente, no que concerne à alocação dos recursos. O Programa de Saúde da Família – PSF é um exemplo de que houve avanço em sua ampliação e cobertura, apesar de não ter dado um salto de qualidade. O Programa de Educação de Jovens e Adultos - PEJA também foi exaltado, mas com decréscimo nos investimentos, conforme Balanço Geral da União em 2002, sendo contraditórios com os dados apresentados pelo governo.

tratando de "harmonizar"[62] *as enormes diferenças da sociedade brasileira, sem tocar em suas estruturas, assegurando a governabilidade.* (Cf. p. 145).

Desde o início de seu governo, toma características bastante contraditórias em todas as áreas – ex.: a composição dos Ministérios que tem representações as mais diversas do ponto de vista político, ideológico e metodológico. Ainda segundo RIDENTI (ibidem), *abre-se um canal de expressão institucional mais significativo para os dominados, o que envolve uma mudança em relação ao governo anterior, que não deixou de ser percebida por setores do eleitorado*. (Cf. p. 146)

Concordando, de igual modo, as análises deste autor, o Governo Lula mesmo inserido em uma organização da economia mundial que dificulta implementar e até formular alternativas ao neoliberalismo, opta por dar continuidade a política econômica que privilegia o capital financeiro, não deixando de articular, a seu modo, os interesses de todas as classes.

A política econômica mais abrangente segue com os mesmos fundamentos iniciais, abrindo-se dois veios de distinção, segundo o mesmo autor*: 1) a ampliação significativa dos mecanismos compensatórios de assistência social; e, 2) as alternativas de organização econômica ainda que marginais*. (Cf. p. 147)

A primeira, como já tratamos, expressa o incentivo aos programas de transferência de renda, e aí não estão somente incluído o Bolsa Família, mas também os programas de Farmácia Popular, de Ampliação da Rede de Eletricidade, entre outros.

O segundo veio corresponde às iniciativas marginais, tais como: a polêmica Economia Solidária, a política de microcrédito e banco popular, através do

[62] Aspas utilizadas por mim.

incentivo do próprio governo ao empréstimo “fácil” por parte dos trabalhadores e também inativos, com descontos em folha de pagamentos, estimulando a lucratividade das organizações financeiras e causando o endividamento da população seduzida pelo discurso das facilidades de se conseguir dinheiro rápido.

O final do primeiro e início do segundo mandato do Governo Lula foi marcado pelos escândalos de corrupção no financiamento de campanhas, a acusação de compra sistemática de apoio a parlamentares, o chamado “Mensalão”, entre outros, que marcaram e marcam o governo petista ao longo da sua permanência no poder, e todas as críticas advindas, sobretudo, da oposição que também participa de grandes privilégios e acusações de corrupção, entretanto não tendo seus nomes tão evidenciados pela mídia, com crimes sendo também acobertados. Com esta afirmação não queremos defender o governo petista sobre tais evidências e fatos, mas reafirmar que o poder político neste país está permeado pela política de favores, clientelismos, nepotismos, favorecedor dos grandes latifúndios, das discrepâncias quanto às vantagens salariais e de benefícios aos parlamentares e que são provenientes da arrecadação pública, além das descobertas de corrupção em todos os âmbitos do governo.[63]

[63] Em reportagem do Jornal O GLOBO, de 07/06/2009, em primeira página aponta para o crescimento de cargos de afilhados no Governo Lula. A matéria demonstra que o número de profissionais sem vínculo com o serviço público, ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superior cresceu 27,3% na atual gestão, passando de 4.250 para 5.411. Em 2002, o número de cargos representava 18.632, passando em 2009, para 20.616, aumento de 10,6%. A estatística, que se baseou nos registros do Boletim Estatístico de Pessoal do governo, mostra também que o número de profissionais sem vínculo com o setor público cresceu mais nos cargos mais altos, com salários de R$4,5 mil a R$8,6 mil. Segundo declaração do próprio governo, não se vê contradição no preenchimento de cargos de confiança com pessoas de fora do serviço público, pois não pertencerem a este setor não desqualifica os ocupantes desses cargos, pois ainda segundo o secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, “tem pessoas que chegam e fazem um excelente trabalho, e tem também funcionário público que não quer nada com a hora do Brasil”, afirma. Pois, ainda segundo declaração do secretário, “é normal que a direção estratégica do governo tenha pessoas vinculadas ao programa político-partidário da coligação que ganhou a eleição”. Em estudo recente sobre o perfil dessas pessoas mostra que 25,9% desses profissionais são filiados a partidos políticos, sendo 80% declarantes do PT, assim como a participação destes

E Lula vence as eleições para o seu segundo mandato, segundo RIDENTI (ibidem), sustentando-se em sua carisma pessoal divulgado pela própria mídia, adotando uma direção política permeada de assistencialismos proporcionados a população, especialmente, os mais carentes. Mantém uma base governista que não é só de esquerda, mas, sobretudo, composta por políticos conservadores de direita, renovando, segundo o mesmo autor, *a composição das elites dirigentes, ainda que mantidas as mesmas estruturas sociais* (Cf. p.151).

O Governo permanece em suas ambigüidades, ou seja, mantém no essencial a estrutura estabelecida, contudo toma iniciativas paralelas que vão em outra direção. E isso se apresenta a partir do atual quadro de crise mundial, em que o Governo Lula reafirma, a todo tempo, não nos atingir amplamente, devido ao país estar bem "estruturado", inclusive com os altos rendimentos proporcionados ao capital financeiro nos últimos anos, todavia, vê-se que a falácia do discurso permeia as decisões de governo, à medida que se tem contradições gritantes, tais como: o elevado índice de desemprego nos últimos meses; o crescimento das vulnerabilidades sociais, com o avanço da criminalidade, da pobreza crônica; a queda bruta da renda da população, sendo promovidas isenções fiscais aos empresários, a fim de estimular novamente o consumo; entre outras.

---

em movimentos sociais também é elevada, segundo pesquisa. Quanto à escolaridade nos dois primeiros mandatos foi constatado que 95% de cada amostra é composta por pessoas com nível superior ou pós-graduação. Os cargos para ocupantes da alta administração de pessoas com apenas o nível médio passou de 5 no primeiro mandato para 11 no segundo. (Cf. p. 3 do Caderno O PAÍS) Podemos, concluir, com tais dados que a ocupação de pessoas de fora do serviço público e até parentes torna-se prática comum entre os governos brasileiros ao assumirem o poder político, sendo questionado, mas até então não abolido, uma vez que representam a política de favores entre os diferentes blocos políticos, além do clientelismo e nepotismo.

E com isso, elevam-se os investimentos em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que a partir dos conteúdos de reportagens, podemos visualizar o incentivo maciço do Governo nestas estratégias de alcance do eleitorado mais carente, além de minimizar as mazelas sociais ocasionadas por mais uma crise inerente ao capital. [64]

Concluímos que o Governo Lula concretiza as reformas do governo anterior, aprova decretos e faz emendas à Constituição que refletiram negativamente as conquistas democráticas e das classes trabalhadoras, efetiva cortes nos gastos públicos (saúde, educação, segurança, agricultura, habitação, saneamento básico, entre outros), ao mesmo tempo em que investe maciçamente em políticas mínimas e de cunho redistributivo, financiados pela própria classe trabalhadora, direcionadas a grupos os mais vulneráveis da população, a exemplos do Programa Fome Zero, atualmente sem funcionalidade, e o Programa Bolsa Família, que apesar de ter sofrido modificações na estrutura e na

[64] Em reportagem do Jornal O GLOBO, de 03/05/2009, intitulada "Bolsa Família atingirá 1 em cada 3 brasileiros em 2010", apresenta a situação crítica em que vivem a população em alguns estados brasileiros. E afirma que, hoje, o benefício chega direta ou indiretamente a 29% da população – e praticamente metade das pessoas em seis estados do Nordeste estão no raio de ação dessa distribuição de renda. E ainda que os dados revelam o grau de dependência de alguns estados e de milhares de municípios em relação às verbas deste programa do Governo Federal. E a matéria ainda traz que 11 milhões de bolsas pagas em março atenderam 52,9 milhões de pessoas direta ou indiretamente. E a prospectiva é chegar aos 12,9 milhões devido ao teto de renda máxima das famílias beneficiadas. A secretária Nacional de Renda e Cidadania considera positiva a abrangência numérica do programa, mas afirma que aos estados cabe combater de forma mais localizada as causas estruturais da pobreza. O dado é que o programa está chegando as regiões mais pobres. Porém, a mesma reafirma que é importante que os estados implementem políticas de inserção. De acordo com o Professor da UnB, Elimar Nascimento, da Faculdade de Sociologia, o Bolsa Família avança de forma salutar, mas peca ao não ser integrado a outras políticas que permitam que os beneficiários rompam com o ciclo de pobreza. Pois, ainda afirma que o objetivo estratégico de um programa não é atender a todo mundo, é criar condições para que pessoa deixe o programa (...), do ponto de vista político, moral e ideológico, a saída é fundamental. (Cf. p. 3, Caderno O PAÍS) Em notícias extraídas do site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, com acesso em março de 2008, várias reportagens apontam para o crescimento do Programa Bolsa Família nas áreas urbanas e rurais entre a população mais carente, contudo com o seu pagamento médio reduzido, sobretudo, devido às perdas com a inflação.

redistribuição dos benefícios, contempla os benefícios de Programas do Governo FHC e sem articulação com as demais políticas sociais.

Com relação ao mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que se vê um investimento na carreira pública, através da abertura de mais concursos públicos, vê-se um inchaço da máquina pública com membros do próprio governo, além de indicadores expressivos como a informalidade, a precarização dos contratos de trabalho e as taxas oscilantes do aumento do desemprego, com a baixa da renda média dos brasileiros atrelada às perdas salariais nos últimos anos. Segundo NETTO (2004), *experimenta-se uma nova conjuntura na exata medida em que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva assume a prática "neoliberal" que combateu frontalmente durante a era FHC – como o comprovam, (...), as relações com o FMI e a condução da contra-reforma do Estado* (p. 13).

Capítulo II

“A demanda do Mercado de Trabalho do Serviço Social na Contemporaneidade a partir do estudo dos editais de Concurso”

2 – Os Fundamentos do Serviço Social

Trataremos neste capítulo do significado sócio-histórico adquirido pelo Serviço Social e o perfil profissional que se assume na contemporaneidade a partir das pesquisas propostas.

Esta profissão se insere na divisão sócio-técnica do trabalho a partir do momento histórico que o capitalismo passa por reformulações em suas bases econômicas, marcado pelo período dos monopólios. Como afirma NETTO (2001:73), *é somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social*.

Segundo IAMAMOTO (2001a), a profissão constitui-se socialmente e historicamente na reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas. A reprodução vai além das condições materiais e dos meios objetivos de produção por parte da força viva de trabalho, sendo a reprodução, segundo a autora, em sua globalidade, que envolve as condições espirituais, os modos de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade.[65]

Portanto, conforme IAMAMOTO (op.cit.), a profissão está posta sob dois ângulos não dissociáveis entre si, como *expressão do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício*

[65] Tais condições expressam a consciência social que compõe as relações jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas.

profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais. (p. 73)

A profissão, de acordo com as idéias lançadas pela autora, está relacionada à organização da sociedade e as relações estabelecidas pela mesma, sendo as condições históricas o cerne para o exercício profissional, ou seja, a partir da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas que determinará e fundamentará a prática dos Assistentes Sociais. Sendo a profissão que mediará as relações entre capital e trabalho, entendendo a contradição existente entre elas e atuando estrategicamente e politicamente para fortalecer as metas de uma classe ou de outra.

O Serviço Social institucionaliza-se não enquanto prática filantrópica ou "de ajuda" no contexto do capitalismo monopolista[66], mas como profissão assalariada, ou seja, aquela que vende a sua força de trabalho em troca de uma remuneração[67]. Isso se dá a partir de como o Estado burguês passa enfrentar a "questão social"[68], via políticas sociais, sendo o profissional de Serviço Social

[66] Este passa a substituir o capitalismo concorrencial, tendo como um dos fatores: as grandes exigências tecnológicas e a concorrência desenfreada entre os mercados nacionais e internacionais. Porém, o capitalismo por passar também por crises de superprodução, como já tratado no capítulo anterior, precisa reformular seus acordos econômicos, políticos e sociais, gestando-se em novas bases como respostas às grandes crises.

[67] Isso envolve parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho e estabelecem as condições (intensidade, jornada, salário, controle do trabalho e de produtividade, metas, etc.) em que este trabalho se realiza.

[68] Os problemas sociais tornam-se expressões da "questão social", a partir da tensão provocada pelas lutas de classes, principalmente, pela capacidade de mobilização e organização da classe trabalhadora. Pois, segundo NETTO (ibidem, p.33), *a funcionalidade da política social no âmbito do capitalismo monopolista,(…), não equivale a verificá-la como uma 'decorrência natural' do Estado burguês capturado pelo monopólio. (…) De fato, elas (políticas sociais) são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessadas por contradições, confrontos e conflitos*.

requisitado a atuar nos órgãos majoritariamente públicos como "agentes executores das políticas sociais" (Cf. NETTO, op.cit., p.74). Sendo assim, a profissão como instituição que compunha a organização da sociedade, não estaria deslocada da realidade dos monopólios. Pois, segundo IAMAMOTO (2000, p.99), *as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas*.

O embasamento teórico que toma esta profissão ao longo de sua institucionalização também a faz adquirir um espaço sócio-ocupacional significativo para emersão do mercado de trabalho para os assistentes sociais. Contudo, existem continuidades e rupturas[69] na prática profissional que são tomadas, principalmente, pelas formas filantrópicas e assistenciais praticadas pela sociedade burguesa, com grande influência institucional da Igreja Católica, sobretudo, no período das suas protoformas[70].

IAMAMOTO (op.cit.) trata do que NETTO intitula protoformas do Serviço Social, considerando que as origens de nossa profissão estão relacionadas ao aparato ideológico que as primeiras assistentes sociais eram precursoras, ou seja, de formação e concepção religiosa, inicialmente, da Igreja Católica, ou mais especificamente, do Bloco Católico existente nos anos 30 no Brasil. Estas concepções influenciariam as futuras profissionais que atuariam a serviço do

[69] Tal relação de continuidade e ruptura se expressa, conforme NETTO (ibidem,p.72), na auto-representação dos assistentes sociais, que apesar de adquirirem um espaço na divisão social e técnica do trabalho, trabalhando para o Estado burguês na formulação e implementação das políticas sociais setoriais (políticas trabalhistas, por exemplo), ainda permaneciam em um voluntarismo profissional e nas defesas a um anticapitalismo romântico, presentes no discurso profissional e vindos dos valores cristãos.

[70] Tais protoformas, conforme termo utilizado por NETTO (2001), não constituem como formas de ajuda ou assistencialismo.

Estado e/ou do empresariado industrial que se iniciava naquele contexto. E complementa *se esta é a fonte legitimadora da formação desse profissional nos seus primórdios, ela não se choca com o crescente aproveitamento e cooptação desse agente pelo aparato de Estado e pelo empresariado, que progressivamente vão atribuindo novas determinações à legitimação e institucionalização do Serviço Social.* (p. 83)

NETTO (op. cit.) já compreende mais incisivamente que tais origens são fruto das relações capitalistas que se engendram no contexto dos anos 30 no Brasil, período que compreende a fase do capitalismo monopolista. Portanto, não são as protoformas do Serviço Social (Cf. ibidem, p.71), nem a estruturação de um mercado de trabalho, que caracterizam a formação de um espaço sócio-ocupacional para a profissão, mas são as transformações recorrentes na sociedade burguesa consolidada e amadurecida na ordem monopólica que fazem com que a profissionalização do Serviço Social se legitime jurídica e socialmente. De acordo ainda com o que discorre NETTO (op.cit.):

> " (…) as agências em que se desenvolvem as protoformas do Serviço Social pensam-nas e realizam-nas como conjunto de ações não só derivadas menos de necessidades ou demandas sociais do que de impulsões ético-morais, mas especialmente como atividades exteriores à *lógica do mercado* (…)." (p.72)

A natureza interventiva, característica da profissionalidade do Serviço Social, é demarcada pela tensão entre classes sociais situada na ordem monopólica. Sendo, portanto, a prática e o mercado profissional marcado por um

conflito de interesses que não depende da intencionalidade ou vontade do assistente social. A profissão está posta na dinâmica dos monopólios, buscando atender aos interesses da classe trabalhadora, assim como aos interesses dos organismos empregadores, sejam estes o Estado, a iniciativa privada, entre outros. Ainda conforme NETTO (op.cit.):

> "A estrutura mesma desta profissionalidade, todavia, contém possibilidades que oferecem efetivas margens para movimentos alternativos no seu interior: nas mediações que o Estado vê-se compelido, pela ação de classes e frações de classes, a introduzir no trato sistemático das refrações da 'questão social', o Serviço Social pode desincumbir-se das suas tarefas contemplando diferencialmente os vários protagonistas sócio-históricos em presença." (p. 79)

IAMAMOTO (op.cit.) confirma esta idéia quando trata do Serviço Social no Brasil e diz que a profissão está estreitamente integrada ao setor público em especial, diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil. Esta se vincula as organizações patronais, igualmente, privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas propriamente ditas e à prestação de serviços sociais aos usuários. E complementa que *sendo integrante dos aparatos de poder, como uma das categorias profissionais envolvidas na implementação de políticas sociais, seu significado social só pode ser compreendido ao levar em consideração tal característica* (a profissão atrelada às organizações institucionais a que se vincula). (p.79)

Ainda no período marcado pelos monopólios, as políticas sociais passam a constituir mercado de trabalho para os assistentes sociais, assim como se

caracterizam por ser instrumento que mantém o controle da força de trabalho, atendendo as refrações da “questão social” e conservando o que está posto pelo capitalismo que é a contradição e o conflito de classes. A implementação das políticas sociais pelos profissionais implica alterar a situação prático-imediata dos sujeitos, tendo também um componente ideal que orienta a ação do assistente social. Segundo NETTO (ibidem, p.77), *a intervenção profissional reproduz, na sua consecução, as dimensões da resposta integradora pertinentes à essência das políticas sociais*. Portanto, podemos afirmar que o Serviço Social se coloca como possibilidade para a lógica política, econômica e ideológica do capital, no sentido de, amenizar os conflitos da população trabalhadora, favorecendo os interesses das classes dominantes.

O profissional, segundo IAMAMOTO (op.cit.), embora trabalhe para os trabalhadores em sua situação de vida nas condições que a engendram, não é por eles diretamente solicitado; atua junto a partir de uma demanda, que, na maioria das vezes não é levada por aqueles. Os trabalhadores, a que se refere à autora devido ao contexto abordado, são encaminhados mediatizados pelos serviços sociais prestados pelos organismo que contratam o profissional, agente institucional que participa da execução de tais serviços. Este tipo de atuação não é expresso claramente no discurso da profissão, tendendo a expressar-se na representação dos Assistentes Sociais, *como reforço à ideologia do desinteresse, do altruísmo, do dom de si, do respeito à livre iniciativa do cliente, do princípio da não ingerência, da neutralidade etc.* (Cf. p. 84) Sendo assim, *participará, ao lado, de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto integrada como está à divisão social e técnica do trabalho*. (Cf. p. 86)

Mesmo os profissionais que buscam mudar a realidade, acabam por conservar a ordem burguesa vigente, pois são muitos os que vieram de estratos médios e que apesar do discurso das transformações, reproduzem valores e interesses dominantes quando inseridos na prática profissional. Pois, como dito anteriormente, não depende da intenção ou vontade do profissional, pois a profissão se institucionaliza no bojo do capitalismo monopolista, atendendo aos interesses e conflitos de classes. De acordo com NETTO (op. cit.):

> "Profissionais assalariados, os assistentes sociais têm o fundamento do seu exercício hipotecado e legitimado ao/no desempenho daquelas funções executivas, independentemente da (auto-) representação que delas façam. Estruturando-se como categoria profissional a partir de tipos sociais preexistentes à ordem monopólica, originalmente conectados a um compósito referencial dela incorporado pelo projeto sócio-político conservador (aberto às reformas 'dentro da ordem') próprio à burguesia monopolista, (…)" (p. 81)

A profissão ao longo de sua institucionalização assume um perfil profissional, segundo IAMAMOTO (op.cit.), de profissionais liberais[71], uma vez que tem como seu grande empregador o âmbito estatal, um Código de Ética a que se reporta, o caráter não-rotineiro da intervenção, o que viabiliza ao agentes uma autonomia relativa no exercício de suas funções institucionais. A autora ainda ressalta outras características, tais como: *a existência de uma relação singular no*

[71] Não tem uma tradição de prática peculiar às profissões liberais como estritamente o termo sugere.

contato direto com os usuários, que reforça um certo espaço para a atuação técnica, com possibilidades de se reorientar a forma de intervenção, conforme a maneira de se interpretar o papel profissional; outro traço característico é a indefinição ou fluidez do "que é" ou do "que faz" o Serviço Social, sugerindo ao profissional atuar em propostas de trabalho. (Cf. p. 80)

Diante do exposto, podemos situar as novas determinações por que passam o Serviço Social na contemporaneidade. Tendo em vista um perfil profissional que não é constitutivo da mera intencionalidade ou vontade dos assistentes sociais, mas um perfil que está sujeito a todas as transformações societárias[72] recorrentes no contexto atual, atendendo as requisições de um mercado de trabalho[73] cada vez mais frágil, precário e instável para a classe trabalhadora, em especial, para a nossa categoria profissional.

As mudanças que incidem no mundo do trabalho, nas relações sociais, no campo das políticas sociais, entre outras afetam diretamente o fazer profissional e, principalmente, o mercado de trabalho para o assistente social. Novas requisições se colocam em tempos que a reestruturação produtiva, a financeirização do capital, a globalização econômica e o neoliberalismo, constituem "faces de uma mesma moeda"[74], como já tratado em nota no capítulo anterior, assumindo a

[72] Conforme NETTO (1996), tais transformações correspondem mudanças na economia, na política, na cultura, nas relações sociais que se manifestam no curso dos anos 80 e 90, gerando inflexões significativas no evolver da sociedade capitalista.

[73] Conforme Revista VEJA, in: Especial de 17/12/2003, "no Brasil, os dados confirmam a mudança. O total de pessoas trabalhando na informalidade ultrapassou o contingente de empregados com carteira assinada. E mais: a renda dos que atuam por conta própria já é maior que a dos empregados. (…). 'O emprego formal não é a única maneira de ganhar a vida nem será a mais abundante daqui para a frente', afirma Tom Peters (consultor americano)". (p.175)

[74] Esta expressão justifica-se, pois a reestruturação produtiva, a financeirização do capital, a globalização econômica e o neoliberalismo não estão desvinculados um do outro. Tanto a finaceirização (substituição de grande parte do capital produtivo em capital volátil/financeiro); a globalização ("agudiza o padrão de competitividade intermonopolista e redesenha o mapa político-econômico do mundo: para assegurar mercados e garantir a realização de superlucros", cf. NETTO, 1996, p.91); reestruturação produtiva (constitui mudanças no mundo da produção,

centralidade no mundo capitalista a partir dos anos 90. Tais requisições caracterizam-se como: a necessidade de se ter experiência; qualificação para responder as atuais demandas das instituições e dos usuários; ter conhecimento de microinformática; idiomas; ser versátil; manter uma rede de contatos; saber trabalhar em equipes; saber lidar com desafios; entre muitas outras. Pois a atual conjuntura sócio-histórica permeia o cotidiano do exercício profissional, afetando as suas condições e relações de trabalho e também as condições de vida da população usuária dos serviços sociais. Como afirma IAMAMOTO (2001b):

> "Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo." (p. 20)

O atual mercado de trabalho exige do profissional não mais o papel de mero executor de políticas sociais, mas que atue na formulação e gestão de tais políticas públicas, atendendo às várias esferas de governo. Ainda segundo IAMAMOTO (op.cit.), devemos:

---

aproveitando-se ao máximo das qualidades humanas, como o pensar e o agir, flexibilizando e desconcentrando os trabalhadores do espaço físico produtivo) e o neoliberalismo (alia-se ao processo de mudança econômica, assegurando ao capitalista um aparato legal que facilite a desregulamentação jurídica e trabalhista, promovendo cortes sociais e a privatização dos setores público-estatais) fazem parte de um mesmo contexto de reformulações nas bases econômicas, políticas e sociais.

> "(…) romper com as visões fatalistas e messiânicas[75] tomadas em alguns períodos na profissão, pois a primeira leva ao determinismo, à acomodação, à rotinização do trabalho, enquanto a segunda, reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social. Diz que ter uma prática burocrática e rotineira conforma o trabalho profissional a mero emprego". (p. 21 e 22)

E ainda atrelado a esta concepção da referida autora que toma por base a análise marxista de compreensão da realidade, pode-se afirmar que o trabalho do Assistente Social se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada. Com isso, estabelece-se uma diferenciação entre a atividade assistencial voluntária, desencadeada por motivações puramente pessoais e idealistas, e a atividade profissional que se estabelece mediante uma relação contratual que regulamenta as condições de obtenção dos meios necessários a reprodução dos trabalhadores. Pois, a imagem conservadora que, muitas vezes, marca o profissional pode contribuir para atrapalhar a consciência dos sujeitos com relação às reais implicações de sua condição de trabalhador assalariado, fragilizando as lutas por direitos e outras reivindicações que engendram esta condição. (Cf. IAMAMOTO, 2001a, p. 85)

Sendo assim, a realidade que se gesta com as transformações societárias, exige ruptura com o conservadorismo profissional, buscando revisão teórica

[75] As duas visões encontram-se em IAMAMOTO (2000) e são fruto de uma prática que não leva em consideração a historicidade dos fatos. A visão fatalista naturaliza a vida social e a existência de conflitos e tensões sociais na sociedade capitalista. Já a visão messiânica privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional, adotando um discurso heróico em relação a dinâmica social, como num voluntarismo que não consegue dar conta da realidade complexa como a capitalista. Portanto, as duas visões se gestam em profundo conservadorismo profissional.

através da qualificação/capacitação, bem como reformulação da prática profissional de acordo com as demandas postas na atualidade e o rumo ético político dado pela profissão com o Código de Ética Profissional de 1993. Pois, nos termos de IAMAMOTO (2001b):

> "Ao profissional é exigida uma bagagem teórico-metodológica que lhe permita elaborar uma interpretação crítica do seu contexto de trabalho, um atento acompanhamento conjuntural, que potencie o seu espaço ocupacional, o estabelecimento de estratégias de ação viáveis, negociando propostas de trabalho com a população e entidades empregadoras." (p.80)

Com a realidade que apontamos, principalmente, marcada pelas políticas de cunho neoliberal e as novas exigências postas pelas demandas sociais emergentes ("exclusão" social, desemprego, miséria, entre outros), gestam-se novos espaços sócio-ocupacionais para os assistentes sociais. Dentre estes, estão o chamado Terceiro Setor (ONGs, Fundações, Entidades Filantrópicas, etc.) que passam a ocupar um novo locus nas relações sociais capitalistas, responsabilizando-se por setores que o Estado neoliberal deixa de assumir e que não é tido como tão lucrativo: o trato às refrações da "questão social". São nestes espaços que o profissional é chamado a ocupar na contemporaneidade, assumindo as exigências postas pelo mercado de trabalho como ser um profissional criativo, competente, capaz de decifrar a realidade social e dar respostas rápidas, ser multifuncional, polivalente, e bilíngüe, entre muitas outras que vão além da formação profissional adquirida.

Outra forma de inserção atual do assistente social no mercado de trabalho vem se dando nos setores privados, em que o profissional antes só “atuava para eliminar focos de tensões sociais e, hoje, é requisitado a criar um comportamento produtivo da força de trabalho, que tende a acompanhar e chamar os trabalhadores à cooperação, ao discurso da qualidade, da parceria, da participação, juntamente com o discurso da valorização do trabalho” (Cf. IAMAMOTO, 2001b, p.47). Atualmente, observa-se bastante este requisito profissional por conta das novas exigências produtivas e de gerenciamento do capital, tais como: os círculos de controle de qualidade – CCQs - , as equipes interprofissionais, os programas de qualidade total, todos voltados ao estímulo a participação dos trabalhadores no processo produtivo, incentivando-os a “vestirem a camisa”, com chances de premiações, aumento nas remunerações, entre outras medidas de cunho meritocrático.

Estas novas formas de administração e gerenciamento também são incorporadas pelos setores públicos, que com a lógica neoliberal de romper com o Estado deficitário e burocrático, adotam também formas de gerenciar os programas e políticas públicas baseadas nas idéias da eficácia e eficiência.

Por conseguinte, estão lançadas as exigências para um novo perfil profissional, assumindo novas competências, atribuições e requisições ao mercado de trabalho na contemporaneidade, ou seja, um “novo perfil afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações cotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o ‘tempo presente, os homens presentes, a vida presente’ e

nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história" (Cf. IAMAMOTO, op. cit., p. 49).

3 – Inflexões das atuais mudanças para o Serviço Social

A partir das análises sinalizadas no capítulo anterior a respeito da conjuntura que marca os anos 90 e dias atuais, podemos afirmar que a profissão por estar inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, está sujeita aos níveis de assalariamento e relações de trabalho semelhantes ao conjunto da classe trabalhadora. Com isso, toma por influência este contexto de transformações no seu mercado profissional de trabalho, bem como nas suas requisições sócio-profissionais. Conforme IAMAMOTO (2002):

> " (…) esse contexto altera a demanda de trabalho do AS., modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. Verifica-se uma ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos meios de acessá-los. Enfim, tem-se um redimensionamento das condições do assalariamento." (p. 19)

Com isso, afirmamos que a profissão não garante sua profissionalidade ou "base de sustentação funcional-ocupacional" (Cf. MONTAÑO, 2007) na continuação das práticas pautadas no caritativismo, na ajuda, nas atividades filantrópicas. Isso porque a natureza e a funcionalidade da profissão não se explicam sob uma "perspectiva endogenista ou vista a partir de si mesma" (Cf. MONTAÑO, 1997), visualizando a gênese desta profissão na "atividade

filantrópica organizada" que incorpora "parâmetros teórico-científicos e um instrumental operativo de natureza técnica" (Cf. NETTO, op.cit., p. 69), ou seja, nas protoformas do Serviço Social. Esta perspectiva endógena que conformou o referencial teórico-metodológico da profissão por muito tempo, não capta a história em sua totalidade, tendo uma *visão particularista ou focalista, na medida em que vê o surgimento do Serviço Social diretamente vinculado às opções particulares, mesmo que pessoais ou coletivas, dos sujeitos 'filantropo-profissionais', em fazer evoluir (...) as ações que já desenvolviam de forma assistemática, desorganizada e voluntariamente* (Cf. MONTAÑO, 1997, p.15 e 16).

Conforme NETTO (op.cit.), tal perspectiva que concebe a racionalização da assistência à criação dos primeiros cursos de Serviço Social, adota uma concepção histórica como crônica dos fatos, como historiografia. Esta mesma perspectiva não consegue visualizar o papel do Serviço Social em relação à instituição empregadora e vinculado a uma ordem social, política e econômica pautada no período dos monopólios. E diante deste contexto de mudanças e, principalmente, de diferenças quanto ao tratamento dado à "questão social" é que se instauram as bases para a inserção de agentes – ainda que pautados na auto-representação dos valores e do discurso da classe burguesa pertencente – em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle (Cf. NETTO, 2001, p. 71 e 72). Estes novos agentes passam a inscrever-se numa relação de assalariamento, tendo o significado social de seu fazer um sentido novo na reprodução das relações sociais. Portanto, segundo NETTO (op.cit.), *a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ' evolução da ajuda', à 'racionalização da*

filantropia' nem à 'organização da caridade'; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. (p.73)

Analisar a natureza e a funcionalidade desta profissão, atentando-se para o contexto de mudanças na organização do capital e o que isto interferirá no conjunto da sociedade, principalmente, nas profissões como o Serviço Social, é adotar como análise a "perspectiva histórico-crítica" (MONTAÑO, 1997). Esta perspectiva não recai na ajuda como altruísmo, contudo a partir de sua funcionalidade na ordem burguesa, quando o Estado passa a responder à "questão social" através das políticas sociais. E é a partir de como o Estado burguês passa enfrentar esta "questão social"[76], via políticas sociais[77], que o profissional de Serviço Social é requisitado a atuar nos órgãos majoritariamente públicos como "agentes executores das políticas sociais" (Cf. NETTO,op.cit., p.74).

As políticas sociais, portanto, são instrumentos de redução de conflitos, conquistas populares e concessões do Estado, sendo resultado de uma espécie de acordo, de um "pacto social". Exercem igualmente a função social e política, pois prestam serviços de ordem social, assistencial, legitimando o Estado ao diminuírem e institucionalizarem as manifestações dos conflitos. Desenvolvem também uma função econômica, à medida que conferem a "desresponsabilização" do capitalista na reprodução da força de trabalho, pois as políticas sociais

[76] Os problemas sociais tornam-se expressões da "questão social", a partir da tensão provocada pelas lutas de classes, principalmente, pela capacidade de mobilização e organização da classe trabalhadora.

[77] Segundo NETTO (op.cit.), *a funcionalidade da política social no âmbito do capitalismo monopolista, (…), não equivale a verificá-la como uma 'decorrência natural' do Estado burguês capturado pelo monopólio. (…) De fato, elas (políticas sociais) são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessadas por contradições, confrontos e conflitos.*(p.33)

permitem a redução salarial , tendo o trabalhador não só o salário para satisfação das necessidades, mas serviços sócio-assistenciais prestados pelo Estado (Cf. MONTAÑO, 1997). Sendo assim, as políticas sociais constituem *base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social* (MONTAÑO, 1997), à medida que os assistentes sociais atuam fundamentalmente no âmbito do Estado, conforme veremos posteriormente que esta tendência ainda se faz presente na contemporaneidade, sendo contratados para desempenho e participação na fase final da operacionalização de tais políticas.

Estes profissionais se especializam, desenvolvem ações de cunho meramente técnico, de organização, ampliando, portanto, seu campo de ação, sua eficácia a partir da intervenção junto às políticas sociais, prestando serviços aos usuários, ao mesmo tempo em que mantém e legitimam a ordem social, econômica e política vigente. O assistente social, portanto, passa a ser este agente de implementação, sendo a política social o seu instrumento de intervenção profissional. Segundo NETTO (2001:75), “a constituição do mercado de trabalho para o assistente social pela via das políticas sociais - (...) - é que abre a via para compreender simultaneamente a continuidade e ruptura, (...), que assinalam a profissionalização do Serviço Social”. Isso se explica pelo fato de que representou uma ruptura, à medida que o Serviço Social se profissionaliza no contexto monopolista como profissional assalariado, que ganha legitimidade social pelos serviços prestados, já a continuidade explica-se pela não eficácia da prática dos assistentes sociais, uma vez que se permaneceu com a operacionalização prática semelhante as suas protoformas, permanecendo igualmente o ideário e valores burgueses na execução das políticas sociais.

Sendo assim, a profissão como instituição que compunha a organização da sociedade, não estaria deslocada da realidade dos monopólios, "adotando um tipo de intervenção de caráter manipulatório, operativo-instrumental" (Cf. GUERRA, 2004, p.32). Pois, segundo IAMAMOTO (2000:99), "as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas". E mais GUERRA (2004) afirma:

> " (…), não se pensa o serviço social como uma instituição abstrata ou a-histórica, menos ainda que a profissão se autonomiza de modo a constituir uma história própria, mas concebe-se que a trajetória da profissão é tecida nas e pelas contradições de interesses das classes sociais. " (p.27)

Por isso, é importante pensar a profissão nos vários processos sócio-históricos, à medida que a mesma não se funda direta e imediatamente a partir da questão social enquanto tal, mas a partir das suas particularidades assumidas na era dos monopólios (Cf. GUERRA, op.cit., p. 30). Da mesma forma que não devemos pensar o processo de institucionalização da profissão descolada do pensamento conservador[78] que acompanha a sociedade burguesa até os nossos dias. Ainda em GUERRA (op.cit.) temos que:

> "(…), a vertente que visava romper com a influência do pensamento conservador nas elaborações teóricas e prático-profissionais investe em captar os elementos de ruptura, as

[78] Este pensamento influencia não só os nossos valores e ideais, mas, igualmente, as escolhas do aporte teórico-metodológico e técnico-instrumental no exercício profissional.

> determinações que exercem maior ponderação na estrutura de constituição da profissão, apreendendo, assim, que o serviço social gesta-se a partir de uma 'nova racionalidade' no enfrentamento das seqüelas da chamada questão social que exige um tipo de intervenção determinado, (…)." (p.29)

E assim segue a profissão, ao longo dos anos 80 e início dos anos 90, com a ruptura do Serviço Social tradicional, que buscava no positivismo e pragmatismo a explicação da realidade social e as respostas de enfrentamento às refrações da "questão social". Principalmente, porque foi através da afinidade com a leitura pragmatista, que até hoje impregna as relações sociais e o cotidiano profissional, que o Serviço Social tradicional buscou seu aporte teórico-metodológico e ético-político.

O pragmatismo entende a experiência como critério do conhecimento, arte do fazer, ofício. A concepção de realidade pode ou fundar-se na objetividade dos fatos ou na forma como os sujeitos irão administrar sua conduta, suas ações. A concepção de história é de mera continuidade, história linear, sem realização das mediações necessárias. A grande preocupação dos pragmatistas é a conduta – ação – investigação. Tendo, portanto, como fontes filosóficas, o positivismo e o empiricismo radical.

Por conseguinte, o Serviço Social tradicional tem afinidade com esta corrente de pensamento, uma vez que ao tratar-se de uma profissão de caráter interventivo, adotou a concepção de teoria como construção a partir da

experiência prática[79], bem como adotou em sua intervenção, as técnicas de ajustamento dos comportamentos não adequados à ordem social, política e econômica.[80]

A profissão ao longo de sua institucionalização avança em seu debate teórico, principalmente, a partir da leitura marxista[81]. IAMAMOTO (2001a), afirma que o profissional de Serviço Social também deve ser considerado a sua condição de intelectual. Ainda segundo a autora com base na concepção gramsciana, *trata-se do 'organizador, dirigente e técnico' que coloca sua capacidade a serviço da criação de condições favoráveis à organização da própria classe a que se encontra vinculado (Cf. IAMAMOTO, op.cit., p. 87).* Historicamente, a este profissional não constitui atividade acentuada a produção de conhecimentos científicos, sendo uma categoria profissional voltada para a intervenção na realidade e que se utiliza da produção de outras ciências e de outros conhecimentos socialmente acumulados. Contudo, a atual realidade do mercado de trabalho contemporâneo, requisita de seus profissionais não só o conhecimento prático, mas, sobretudo, o teórico através da atualização profissional e até da produção de novos conhecimentos[82], que haverão de superar e alcançar novos desafios em seu exercício.

---

[79] A interpretação de prática para o pragmatismo é uma ação subjetiva do indivíduo destinada a satisfazer seus interesses, diferente da concepção de prática para o marxismo que é ação material transformadora, que corresponde a interesses sociais. (Cf. VÁSQUEZ, 1990, p. 213)

[80] Podemos, afirmar, que a teoria pragmatista ainda se encontra em curso entre profissionais que adotam e fazem opção por tal conduta teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

[81] "(…), foi necessário um referencial teórico que permitisse à profissão perceber o traço idealista humanista que acompanhava a auto-representação do assistente social como 'profissional da ajuda', (…) o referencial teórico-metodológico marxiano permite 'descobrir o cerne racional' (…) que se encontra na contradição fundante da sociedade de classe: na existência de interesses não apenas diferentes, como divergentes entre capital e trabalho. (Cf. GUERRA, 2004, p.35 e 36)

[82] Contribuindo para o acervo das Ciências Humanas e Sociais, numa articulação dinâmica entre teoria e prática.

Este debate, do mesmo modo, propicia um salto mais qualitativo quanto à garantia de novos espaços sócio-ocupacionais, emergindo em novas oportunidades de trabalho para os assistentes sociais. A aproximação com a teoria servirá como instrumento para superar os dilemas do cotidiano, apreendendo o movimento da realidade para melhor intervirmos no cotidiano da prática. Trata-se de uma relação de unidade e não de identidade. Sendo, segundo VÁZQUEZ (1990), a unidade teoria e prática a reflexão da realidade para sua apreensão e aproximação, já que a teoria sozinha não transforma o real e sim através da ação dos homens e das condições objetivas e reais dadas.

Em paralelo a isto, a natureza interventiva, característica da profissionalidade do Serviço Social, é demarcada pela tensão entre classes sociais situada na ordem do capital. Sendo, portanto, a prática e o mercado profissionais situados em um conflito de interesses que não dependem da intencionalidade ou vontade do assistente social. Podemos citar LUKÁCS (1978) quando ao tratar das bases ontológicas que fundam o ser social, faz referência à práxis que se realiza no trabalho como uma decisão entre alternativas, já que os indivíduos singulares toda vez que fazem algo, devem decidir se o fazem ou não.

Esta referência nos remete pensar o Serviço Social nos diferentes espaços de atuação, que ao venderem sua força de trabalho para um empregador público ou privado, possui autonomia relativa, à medida que toma decisões e age, muitas vezes, sem que provenha de sua vontade ou intenção, ”ferindo” até seus princípios profissionais acordados às decisões institucionais ou em defesa de seu emprego. Portanto, impedido de agir conforme suas decisões éticas, políticas e teórico-metodológicas, agindo entre alternativas concretas.

No próximo item, traremos um panorama do que se é requisitado no atual mercado profissional de trabalho, a partir das pesquisas existentes.

3.1 – Mercado de Trabalho Profissional: uma análise sobre as pesquisas existentes.

Antes de tratarmos mais especificamente do atual panorama do mercado de trabalho profissional, podemos afirmar que o assistente social na contemporaneidade além de assumir antigas atribuições, como o de "executor terminal de políticas sociais" (NETTO, 2001), também passa a atuar na formulação, gestão e gerência de muitas destas políticas nas várias esferas de governo, reconfigurando assim o perfil exigido ao profissional na atualidade. E quanto a este desempenho de papéis, atribuições e funções exercidas pelos Assistentes Sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, podemos tratar de sua legitimidade[83] que não se veicula somente pelo aspecto técnico-operativo, de atendimento e resposta às demandas, mas igualmente no atributo político presente nas requisições sócio-profissionais, o que na empresa capitalista, a exemplo, é identificado como *a necessidade de 'mediar interesses de classe'* (MOTA, apud MONTAÑO, p. 44). Sendo, portanto, tais demandas profissionais, através do mercado de trabalho, incorporadas pelos sujeitos que irão demandar a intervenção do Assistente Social.

Entretanto, é importante ressaltar que esta *necessidade de mediar interesses de classes* trata-se de uma requisição do capital, à medida que o

[83] A legitimidade profissional apresenta-se sob duas dimensões, tencionadas, porém fazendo parte de uma unidade, que é a dimensão hegemônica e a dimensão subalterna da legitimidade. A primeira remete à relação assistente social/classe dominante - empregador, ou seja, remete à funcionalidade que a profissão tem para com a classe que o emprega, não se esgotando neste ponto. Já a segunda, dimensão subalterna, refere-se à relação assistente social/usuário, que é quase sempre mediatizada pelo Estado ou outros organismos empregadores. E apesar do usuário não ser o requisitante e contratante do profissional, mas este sujeito é quem transforma suas necessidades e carências em reivindicações ao Estado ou até em lutas contra o sistema. (Cf. MONTAÑO).

assistente social na divisão social e técnica do trabalho vem atender aos interesses dos que detém os meios de produção, contribuindo para a valorização e acumulação capitalista, bem como dos desprovidos dos meios de produção, garantindo a sua reprodução.

Por isso, devemos estar capacitados para a compreensão da universalidade que compõe o todo da vida social, apreendendo as particularidades e singularidades postas ao cotidiano das ações profissionais. Podemos considerar a importância da apreensão do método marxiano de compreensão da realidade, pois a partir deste podemos analisar as manifestações do real e suas contradições, bem como a sua perspectiva de transformação. Ao mesmo tempo, podemos situar a importância do método para o Serviço Social que não pode ser considerada uma profissão de meras ações imediatas, com respostas que adotam as perspectivas fatalistas e messiânicas, mas que compõe um aporte teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político afinado à análise do contexto social, político e econômico que permeia o exercício profissional.

Sendo assim, a realidade que se gesta com as transformações societárias, exige ruptura com o conservadorismo profissional, buscando revisão teórica através da qualificação/capacitação, bem como reformulação da prática profissional de acordo com as demandas postas na atualidade e o rumo ético político dado pela profissão com o Código de Ética Profissional de 1993.

Com a realidade apresentada na atualidade de acirramento das expressões da “questão social” (desemprego, subemprego, miséria, violência, “exclusão” social, entre outras), percebemos que a intervenção a partir das políticas sociais, principalmente, no contexto neoliberal, aprofunda o caráter compensatório,

focalizado, emergencial e atuante em áreas específicas.[84] Isto refletirá significativamente nas formas de intervenção, bem como nos espaços de atuação profissional.

Dentre estes últimos, está o chamado "Terceiro Setor" (ONGs, Fundações, Entidades Filantrópicas, etc.), pois conforme Pesquisa sobre o "Perfil Nacional dos Assistentes Sociais"[85], representa em torno de 6,81% que mantém este tipo de vínculo empregatício como principal, sendo 27,24% de assistentes sociais vinculados à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estável, porém com limitações decorrentes às mudanças nos regulamentos jurídicos e 17,09% de assistentes sociais sujeitos aos mais variados tipos de vínculos contratuais, tais como: contrato temporário, serviço prestado , entre outros, que representam vínculos frágeis e flexíveis, principalmente, em momentos de neoliberalismo em que os contratos e leis trabalhistas passam a ser flexibilizados e desregulamentados.[86]

Ainda em relação a esta pesquisa temos informações sobre a carga horária de trabalho de 50,70% com carga horária de 40h e que se referem às possibilidades de emprego nas instituições privadas - "Terceiro Setor", e empresas – sendo incidente também no âmbito público municipal tal carga horária. Ao

[84] Conforme MATTOSO (1999:37), *igualmente pela redução do uso de políticas universalistas e pela generalização do uso de programas sociais extremamente focalizados, sem estratégias, assistencialistas e clientelistas na relação com o público-alvo. E também porque as mudanças vieram acompanhadas de propostas de reformas sociais de cunho privatizante, favorecidas pela falência organizada dos serviços públicos.*

[85] Esta pesquisa foi coordenada pelo Conselho Federal de Serviço Social e com a assessoria da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), coordenada pela Profª Drª Rosa Prédes e finalizada no ano de 2004. Adota como amostra de pesquisa 20% (1049 profissionais) no universo de 61151 assistentes sociais ativos nos CRESS (dados CFESS junho de 2003) dos diferentes estados.

[86] Em pesquisa regional sobre o mercado profissional do assistente social no Rio de janeiro realizada pela Profª Rose Serra nos anos 90, foi constatado em torno de 40% o vínculo contratual das entidades do "terceiro setor", com uma multiplicidade de contratos (Cf. SERRA, op.cit., p. 47) que causam instabilidade e mantém um vínculo de trabalho precário e frágil.

mesmo tempo em que se tem possivelmente os baixos salários (até 3 s.m. – 15,68% - R$ 720,00)[87] entre as instituições do "Terceiro Setor" e âmbito público municipal, refletindo sobretudo na sobrecarga de trabalho, pois muitos profissionais são obrigados a buscarem por mais de uma oportunidade (11,09% possuem mais de um vínculo empregatício), a fim de complementarem a renda e manterem as suas condições reais de existência.

Há expressiva ausência do número de vínculos empregatícios – 11,74%, o que pode representar um indicador de não-inserção no mercado de trabalho na área do Serviço Social, caracterizando o desemprego entre uma categoria que no passado, dificilmente, ficava desempregada ou em busca de emprego.

E o chamado "Terceiro Setor"[88] passa a ocupar um novo locus nas relações sociais capitalistas, responsabilizando-se por setores que o Estado neoliberal deixa de assumir e que não é tido como tão lucrativo: o trato às refrações da "questão social". Em pesquisas regionais sobre o mercado de trabalho profissional no Rio de Janeiro realizada pela Profª Rose Serra e mercado de trabalho em Alagoas realizada pela Profª Rosa Prédes, nos últimos anos, há aumento das demandas dos usuários nas instituições do chamado "Terceiro Setor", refletindo no mercado de trabalho profissional.

Na pesquisa do estado de Alagoas, foi percebido que 38,46% dos assistentes sociais do "Terceiro Setor" trabalham com Assistência, enquanto 14,61% trabalham com a área de Saúde, representando percentuais significativos quanto à atuação destas entidades nas respectivas áreas, visto serem a partir da

[87] No período da pesquisa o salário mínimo correspondia a R$240,00.
[88] O conceito de "Terceiro Setor" não deve se referir a organizações em determinado setor, mas a uma função social, que passa a ser desenvolvida por organizações da sociedade civil e empresariais (Cf. MONTAÑO, 2007).

CF/88 responsabilidade do Estado à garantia de forma pública e universal, sendo, portanto, tais índices reflexo das parcerias Estado/sociedade civil, preconizadas pelas novas relações público/privado e também por perfazerem boa parte das estratégias de enfrentamento do crescimento da pobreza, com ações direcionadas às classes mais vulneráveis.

Na pesquisa do Rio de Janeiro, percebeu-se que a sobrecarga do trabalho e o tarefismo profissional, também são tendências do mercado de trabalho nas instituições do chamado “Terceiro Setor”. Pois, eleva-se a demanda dos usuários às instituições, havendo em paralelo a isto uma retração e relativo aumento dos assistentes sociais nestas entidades, 58% das entidades filantrópicas permaneceram nos anos 90 com invariado número de assistentes sociais, enquanto nas ONGs, 40% delas aumentaram o quantitativo destes profissionais e 40% diminuíram este quantitativo (Cf. SERRA, 1998, p.145 e 146).

Por conseguinte, o profissional é chamado a ocupar na contemporaneidade espaços de atuação que vem ao encontro das atuais exigências do mercado de trabalho, tais como: ser um profissional criativo; competente; capaz de decifrar a realidade social e dar respostas rápidas; ser multifuncional; polivalente; bilingüe; entre muitas outras que vão além da formação profissional adquirida nas unidades de ensino. Requisições que, em sua grande maioria, responsabilizam os sujeitos sociais pelas suas chances de inserção no mercado profissional de trabalho. Sendo, portanto, exigências que exigem o mínimo de capacidade intelectiva, reflexiva e mais capacidade instrumental, prática, em algumas situações, até mecânica.

Outras formas de inserção irão conformar o mercado profissional de trabalho na contemporaneidade, seja nos espaços das organizações privadas em que, hoje, o assistente social é requisitado a criar um comportamento produtivo da força de trabalho, chamando os trabalhadores à cooperação, ao discurso da qualidade, da parceria, da participação, juntamente com o discurso da valorização do trabalho" (Cf. IAMAMOTO, 2001, p. 47), seja nos espaços públicos em que as novas formas de administração e gerenciamento também são incorporadas, assumindo a lógica neoliberal de romper com o Estado deficitário e burocrático.

A partir da pesquisa sobre o "Perfil Nacional do Assistente Social", podemos observar que ainda há predominância da contratação de profissionais do Serviço Social pelo âmbito estatal, representando o setor público federal - 13,19 %, o setor público estadual - 24%, tendo aumentado significativamente a partir dos anos 90, as chances de emprego, principalmente, pelo setor público municipal[89] - 40,97%. O setor privado contempla um percentual de 13,19%, sendo ainda maior que a contratação no chamado "Terceiro Setor" - 6,81%.

Com o princípio da descentralização administrativa, em que cada esfera de poder passa a assumir suas responsabilidades, há repasse das verbas para implementação das políticas sociais em nível local, mais especificamente por parte dos municípios. É importante ressaltar quanto ao tipo de vínculo mantido na contratação dos assistentes sociais 55,68% é estatutário, ou seja, que é regulamentado por um Estatuto próprio do setor de lotação do profissional,

[89] Conforme constatado em pesquisa de SERRA (1998), no Rio de Janeiro, no âmbito municipal há uma maior contratação de assistentes sociais terceirizados que nos âmbitos federal e estadual (Cf. SERRA, op.cit., p.54). Além destes profissionais da esfera municipal receberem salários mais baixos do que nas outras duas esferas (federal e estadual), encontrando-se entre a faixa salarial mais baixa (até U$500 e entre U$500 e 1000) (Cf. SERRA, op.cit.., p.63).

assegurando ao mesmo uma maior estabilidade. Contudo, constata-se na pesquisa em tela, que esse índice é menor do que o relativo às instituições públicas nível nacional – 78,16%, levando à conclusão de que nem todos os profissionais que atuam na esfera pública mantêm vínculos efetivos / estatutários, o que comprova a precarização de igual modo nas contratações pelo setor público.

A carga horária de 30 e 40h é bastante expressiva entre os assistentes sociais, representando 28,65% e 50,70%, respectivamente. Muitas vezes esta é a carga horária exigida pelos estados e municípios, havendo um número significativo de profissionais lotados nestas esferas de poder. Há também a carga horária que ultrapassa as 40h que, em sua maioria, prevalece a carga horária de trabalho nas empresas, refletindo a sobrecarga exigida a estes profissionais.

Conforme a renda dos assistentes sociais, na pesquisa de âmbito nacional, foi constatado que: 45,19% ganham de 4 a 6 s.m – R$960,00 a R$1.440,00 ; 20,54% ganham de 7 a 9 s.m - R$1.680,00 a R$2.160,00 ; 18,59% ganham mais de 9 s.m –R$2.160,00 ; e,15,68% ganhando até 3 s.m – R$720,00. Com isso, percebe-se que há ainda baixa remuneração entre a categoria profissional, o que propicia muitos estarem procurando por outras oportunidades de trabalho, representando o pluriemprego, a sobrecarga e a diferenciação interna entre os atores profissionais nas instituições, colocando em risco a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Apesar das exigências atuais do mercado de trabalho quanto à qualificação dos profissionais, visualiza-se com a referida pesquisa nacional que 36,26% da profissão vêm buscando a especialização como qualificação/capacitação

profissional, bem como há um percentual significativo de 55,34% de assistentes sociais que não buscam o aperfeiçoamento profissional, permanecendo somente em nível da graduação. Com isso, entende-se que a profissão vem tendo um baixo investimento em capacitação profissional, desfavorecendo uma prática profissional comprometida e qualificada, conforme proposto em nosso Projeto Ético-Político. Quanto ao alto índice de profissionais especializados, percebe-se que se torna mais acessível aos profissionais, sendo uma exigência atual do mercado um curso de curta duração e que atenda às questões mais específicas do cotidiano, exigência de qualificação estritamente pragmática, à medida que não considera a unidade teoria e prática, mas a experiência e a prática cotidianas. Representando os outros níveis de qualificação profissional, exigência acadêmica, pois muitos empregadores e profissionais não visualizam a pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado) também um nível de qualificação importante para a vida profissional, mas apenas para a vida acadêmica.

Portanto, estão lançadas as novas competências e atribuições do mercado profissional[90], exigindo cada vez mais do assistente social, um "novo perfil afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações cotidianas; um profissional criativo e inventivo,

[90] Dentre as tradicionais atribuições e competências assumidas pelos assistentes sociais, os profissionais, hoje, passam a atuar em *projetos mais amplos, de caráter interdisciplinar, não apenas de natureza executiva, mas situados nos níveis de assessoria e consultoria interna, planejamento, coordenação e representação. E freqüentemente tendem a não reconhecer seus objetos de trabalho e as funções exercidas como matéria e atribuições dos assistente sociais*. (Cf. IAMAMOTO, 2002, p.40)

capaz de entender o 'tempo presente, os homens presentes, a vida presente' e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história" (Cf. IAMAMOTO, op. cit., p. 49).[91]

[91] Podemos exemplificar com conteúdo de documento recente emitido pelo CFESS e CFP, onde se encontram as competências gerais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa a intervenção do assistente social na Política Nacional de Assistência Social: *1) Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; 2)Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais; 3) Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; e, 4) Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996).* (Cf. Parâmetros para atuaçãode Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social, 2007, p.26)

3.2 – Mercado de Trabalho no Rio de Janeiro: uma análise da Pesquisa sobre os Editais de Concurso.

Este item é peça chave para o desenvolvimento de toda a tese que pretendemos desenvolver neste estudo. Para isso, antes de apresentarmos nosso estudo sobre os editais de Concursos no âmbito municipal no estado do Rio de Janeiro, apresentaremos estudo desenvolvido pela Profª Drª Fátima Grave Ortiz[92] que com apoio de seu corpo de discentes graduandos e pesquisadores desenvolvem pesquisa com finalização no ano de 2007 acerca do mercado de trabalho profissional a partir do estudo concernente aos editais de concursos públicos para Assistentes Sociais no Rio de Janeiro no período de dez anos (1994 a 2004).

A pesquisa intitulada "Formação Profissional e Mercado de Trabalho: uma análise dos concursos para Assistentes Sociais" corresponde a um desdobramento do Projeto de Pesquisa "Desemprego e Serviço Social", este último fruto do projeto de doutorado da respectiva Profª Fátima Grave.

A pesquisa a qual nos referimos surgiu em 2005 e tem por objetivos: 1) Relacionar o perfil do profissional de Serviço Social exigido pelo mercado empregador e a formação que estes recebem nas unidades de ensino; 2) Conhecer as particularidades do mercado empregador e as mudanças ocorridas com relação às condições de trabalho que são oferecidas aos Assistentes Sociais; e, 3) Analisar do ponto de vista da historicidade da profissão, o movimento da formação profissional e sua relação com o mercado de trabalho. [93]

Pode-se dizer que o objetivo geral da mesma pesquisa foi aprofundar-se, conhecendo e identificando as atuais mudanças no mercado profissional para o

[92] Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade – NEFSSC, aos quais faço sinceros agradecimentos pela contribuição em minha formação profissional e intelectual no período da graduação.

[93] Este conteúdo foi extraído do Relatório de Pesquisa "Formação Profissional e mercado de Trabalho: uma análise dos concursos para assistentes sociais" realizado em 24/09/2007 pelo corpo discente e graduandos integrantes à pesquisa.

Serviço Social, sobretudo, analisar as condições a quais estão sujeitas o trabalho profissional. A coleta de dados foi a partir do Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região através dos editais de Concursos que as Organizadoras disponibilizavam, conforme previsto em legislação estadual.[94] E uma das justificativas para escolha do período de 1994 a 2004 foi devido à promulgação desta legislação que passa a amparar o Conselho com relação ao acompanhamento dos editais de concursos públicos para Assistentes Sociais.

Esta pesquisa toma por referência outras pesquisas desenvolvidas acerca da temática, tais como: 1) a Pesquisa Nacional intitulada "Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional" organizada pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, com publicação em 2005, mas amplamente divulgado seus dados quantitativos anteriormente; 2) a Pesquisa do estado de Alagoas em 2002; 3) Rio de Janeiro em 1998; 4) Rio Grande do Sul em 2002; 5) Ceará em 1998; 6) Sergipe em 2002; 7) Mato Grosso do Sul em 1996; 8) Rio Grande do Norte em 1997/1998; 9) Espírito Santo (período não mencionado); e, 10) São Paulo em 1996/1997.

Em relação a estas pesquisas destacam-se as seguintes características quanto ao perfil profissional:

- ✓ Maior empregador: esfera pública tanto no âmbito federal, estadual e municipal;
- ✓ Áreas que mais empregam: Saúde, Assistência e Empresa (Recursos Humanos);

[94] Esta compreende a Constituição Estadual promulgada em 1989 que estabelece o acompanhamento dos Conselhos profissionais a concursos públicos.

- ✓ Nível salarial:

Tabela 1 – Remunerações nível Brasil e estados pesquisados

Nível nacional e estadual	Percentual predominante / Remunerações em salários mínimos (s.m.)
Brasil	45,19% de 4 a 6 s.m.
Espírito Santo (ES)	60% acima de 10 s.m.
Rio Grande do Sul (RS)	59% de 4 a 7 s.m.
Rio Grande do Norte (RN)	43,7% de 6 a 10 s.m.
São Paulo (SP)	33,26% de 6 a 10 s.m.
Ceará (CE)	67,9% de 4 a 12 s.m.
Alagoas (AL)	29,4% de 3 a 6 s.m.
Sergipe (SE)	29,7% de 2,5 a 5 s.m.

Fonte: Relatório de Pesquisa Formação Profissional e mercado de trabalho: uma análise dos concursos para assistentes sociais".

Podemos analisar estas variadas remunerações, que apesar das diferenças salariais devido aos anos de levantamento das referidas pesquisas, a remuneração predominante variou de 6 a 10 salários mínimos, tendo diferenças díspares entre os vários estados e em nível nacional. Isso é reflexo de não termos garantido um piso salarial, bem como nossos empregadores não levarem em consideração a tabela salarial prevista para o Assistente Social, nos remunerando com diferentes valores, isso tanto o empregador público como o privado.

- ✓ Formas de contratação que prevaleceram tanto nas Pesquisas Estaduais quanto na Nacional, foi a contratação via concurso público, embora se tenha outras formas de contratação, tais como: entrevistas, análises de currículo e até por indicação de terceiros;

- ✓ A jornada de trabalho prevalecente é a carga horária de 40 horas semanais, apesar de se terem múltiplas opções de carga horárias que variam de 20 a 30h e 40 e 44 horas semanais.

A partir destes estudos, justificou-se a importância de se estudar os editais de concursos no período de 1994 a 2004 no Rio de Janeiro, sendo realizada a pesquisa em duas etapas. Para isso, foi elaborado um formulário para início da coleta de dados junto ao CRESS - 7ª Região. Verificou-se nas duas etapas:

Tabela 2 – Quantitativo de editais por ano

Períodos	Nº de editais de concursos
1994 a1997	19
1998 a 2000	36
2001	25
2002	22
2003	25
2004	13
Total	**140**

Fonte: Relatório de Pesquisa Formação Profissional e mercado de trabalho: uma análise dos concursos para assistentes sociais".

Os dados analisados podem ser assim expostos em três eixos:

1) Tendências gerais dos Concursos Públicos;
2) Condições de Trabalho oferecidas pelo Mercado de Trabalho e,
3) Formas de seleção dos Concursos.

No primeiro eixo, temos:

Tabela 3 – Concursos realizados e o quantitativo de vagas por ano

Ano	Nº de concursos realizados	Quantitativo de vagas
1994	2	22
1995	9	90
1996	3	18
1997	5	56
1998	11	333
1999	15	31
2000	10	35
2001	25	159
2002	22	270
2003	25	216
2004	13	84

Fonte: Relatório de Pesquisa Formação Profissional e mercado de trabalho: uma análise dos concursos para assistentes sociais".

Nos anos de 2001 e 2003 é totalizado o maior número de editais, sendo nos dois anos ao todo 50 editais e 375 vagas. Em 1998 foi totalizado o maior quantitativo de vagas, sendo o total de 333 vagas para 11 editais, podemos perceber que este ano tratava-se de um ano eleitoral de mais uma candidatura de FHC, por isso faz-se necessário a realização de novos concursos, renovando o quadro técnico de seu governo, bem como promovendo uma "boa" imagem de expansão da carreira pública.

Contudo, pode-se também perceber a partir da tabela que o quantitativo de editais não possui relação direta com o quantitativo de vagas, pois os anos que possuem mais concursos não são necessariamente aqueles com maior oferta de vagas, o que aponta para a pulverização das vagas no mercado com desdobramentos em nível imediato, sobretudo, quanto ao processo de preparo dos candidatos, ônus financeiro, desgaste emocional e expectativas de convocação no concurso, principalmente, de quem está desempregado ou em busca do primeiro emprego na profissão.

Tabela 4 – Natureza do vínculo por esfera empregadora

Esfera empregadora	Percentual (%)
Municipal	72
Federal	12
Estadual	10
Economia Mista	4
Ignorados	2

Fonte: Relatório de Pesquisa Formação Profissional e mercado de trabalho: uma análise dos concursos para assistentes sociais".

Tabela 5 – Área de atuação

Área de atuação	Quantitativo
Assistência	21
Saúde	39
Jurídico	11
Educação	3
Previdência	2
Empresa	2
Outros	8

Fonte: Relatório de Pesquisa Formação Profissional e mercado de trabalho: uma análise dos concursos para assistentes sociais".

Em relação a estas tabelas temos que a esfera empregadora mais incidente é a esfera pública estatal, o que se caracteriza por ser uma tendência histórica do Serviço Social. A maior absorção de Assistentes Sociais é no espaço público estatal, composto pelo âmbito municipal, federal seguido do estadual. Segundo IAMAMOTO (2001), a tendência à interiorização da demanda, exige maior atenção dos profissionais quanto à questão regional e o poder local. Igualmente, pode expressar uma tendência à focalização e segmentação dos serviços prestados à população, exigindo da profissão demandas variadas e direcionadas a programas sociais fragmentados por público-alvo.

Com relação às áreas de atuação temos que a Saúde seguida da Assistência são as áreas que mais empregam os Assistentes Sociais. IAMAMOTO (ibidem) sinaliza que isto se dá devido ao processo de implantação do Sistema Único de Saúde - SUS, atualmente, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e do controle e protagonismo exercido pelos conselhos de defesa e

garantia dos direitos, especialmente, de determinadas populações-alvo no âmbito das políticas municipais. Foi observado também que cerca de 58 concursos de âmbito municipal não tinham em seus editais especificações prévias da área, na qual o Assistente Social iria atuar, podendo ser lotado, à critério da Prefeitura, aonde houvesse necessidade. A especificação “Outros” referencia as seguintes áreas de atuação: Habitação, Docência, Administração, Ação Social, Seguridade Social, Infância e Juventude, Gestão Social, entre outros. Pode-se dizer que por sermos uma profissão que se apropria do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais e devido ao caráter interventivo de nossa atuação junto às políticas sociais, o Assistente Social pode atuar nas mais diversas áreas.

No segundo eixo pertinente às condições de trabalho podemos sinalizar que o vínculo empregatício prevalecente é o estatutário com expressivo grau de estabilidade na vaga oferecida. Entretanto, observa-se o crescimento dos editais para cadastro de reserva, sendo 9% das vagas em banco de dados no período de uma década, ou seja, 119 de um total de 1314 vagas oferecidas neste período. Apesar da maioria das vagas corresponderem ao nível estatutário e apenas 9% em 10 anos serem para cadastro de reserva, é importante ressaltar que a existência de vagas e a sua eventual exposição em edital não significam necessariamente que todas ou parte destas serão preenchidas. Pois, a contratação de novos profissionais implica em dotações orçamentárias, especialmente, em relação à folha de pagamentos de pessoal do âmbito público, bem como a situações políticas que venham a ser adversas, a depender do contexto, por exemplo, em 1999 no governo de FHC foi publicada uma medida provisória (MP) que impedia de acontecerem novas contratações.

Tabela 6 – Jornada de Trabalho semanal indicada nos editais

ANO	20hs	24hs	30hs	40hs	44hs	Omisso
1994	-	-	-	-	-	22
1995	-	-	-	-	-	90
1996	3	-	-	5	-	10
1997	-	-	-	-	-	56
1998	2	-	4	12	3	312
1999	22	-	4	1	1	3
2000	7	-	24	-	1	3
2001	26	16	91	11	2	13
2002	63	-	-	**156**	-	51
2003	55	6	30	**123**	-	2
2004	47	-	15	21	-	1
Total	**225**	**22**	**168**	**329**	**7**	**563**

Fonte: Relatório de Pesquisa Formação Profissional e mercado de trabalho: uma análise dos concursos para assistentes sociais".

Dentre os editais que publicizavam a jornada, a maior oferta de vagas foi para a carga horária semanal de 40 horas. Sendo 279 vagas, ou seja, 21,2% do total (1.314 vagas) somente nos anos de 2002 e 2003. Neste período, o maior número de contratações foi do âmbito estadual seguido dos âmbitos municipal e federal. Sendo, portanto a jornada de 40h predominante no período de uma década, seguida da jornada de trabalho de 30 e 20 horas semanais. O valor correspondente aos editais com carga horária omissa também foi expressivo, o que pode representar a não garantia de uma jornada fixa de trabalho, podendo ser flexível ou não, a depender das demandas do trabalho e/ou do empregador.

Tabela 7 – Remuneração por ano

Ano	Remuneração predominante em salário mínimo (s.m.)[95] e em reais
1994	**3.1 a 5 s.m** (R$1.178,00 a R$1.900,00)
1995	**Acima de 10 s.m.**(acima de R$4.150,00)
1996 [96]	-
1997	**Acima de 10 s.m**.(acima de R$4.150,00)
1998	**Acima de 10 s.m**.(acima de R$4.150,00)
1999	**3.1 a 5 s.m** (R$1.178,00 a R$1.900,00)
2000	**3.1 a 5 s.m** (R$1.178,00 a R$1.900,00)
2001	**7.1 a 10 s.m.** (R$2.698,00 a R$3.800,00)
2002	**1 a 3 s.m.** (R$ 380,00 a R$1.140,00)
2003	**1 a 3 s.m.** (R$ 380,00 a R$1.140,00)
2004	**5.1 a 7 s.m.** (R$ 1.938,00 a R$2.660,00)

Fonte: Relatório de Pesquisa Formação Profissional e mercado de trabalho: uma análise dos concursos para assistentes sociais".

Quanto à remuneração, o ano que mais se destaca não somente pelo quantitativo de vagas, mas, sobretudo, pelo valor da remuneração é o ano de 1998, com 301 vagas e salário acima de 10 salários mínimos. Junto a este se tem os anos de 1995 e 1997, que totalizam 402 vagas e um salário também acima de 10 salários mínimos. Seguidamente, predomina a remuneração de 1 a 3 salários mínimos com 187 vagas, correspondentes aos anos de 2002 e 2003.

As explicações para estes números podem ser mais bem compreendidas, à medida que temos o ano eleitoral de 1998, sendo oferecido um maior número de vagas, regidas em sua maioria pelo Regime Jurídico Único – RJU e com remuneração acima de 10 salários mínimos. Igualmente, podemos explicar as baixas remunerações em 2002 e 2003 devido ao final do mandato de FHC, bem como crise econômica e possível falta de dotação orçamentária. Temos nestes anos além das baixas remunerações, conseqüentemente, múltiplas jornadas (de

[95] O valor de referência do salário mínimo no período de análise dos dados foi de R$ 380,00, correspondente ao ano de 2007.
[96] Os concursos realizados em 1996 não apresentaram majoritariamente os salários oferecidos.

20 a 40 horas), apresentando em todos eles a esfera municipal como o principal vínculo empregatício.

Por conseguinte, concluímos este eixo, ressaltando para os anos de 1996, 1997, 2000 e 2004, que representam ao todo 107 vagas para Assistentes Sociais, com variadas remunerações. O ano de 2004, final do segundo mandato de FHC, tem-se remunerações de 3 a 5 salários mínimos e 40 vagas para Assistentes Sociais, enquanto em 1997, final de seu primeiro mandato, tem-se remunerações acima de 10 salários mínimos e 31 vagas para o cargo. Pode-se explicar isso a partir do princípio da descentralização das políticas sociais, especialmente, para o âmbito municipal, que se inicia a partir dos anos 90, não apenas como prerrogativa de um princípio constitucional, mas, principalmente, como forma de desconcentração e desresponsabilização dos entes federativos pela execução de algumas políticas, agora como prerrogativa do ideário neoliberal.

Assim temos também a esfera estadual que mais ofereceu vagas em 1994, 1995, 2001, 2002 e 2003, totalizando 301 vagas. Destas 211 vagas nos anos de 1995, 2002 e 2003, com remunerações acima de 10 salários mínimos, épocas favoráveis ao país, sobretudo, com controle inflacionário e suposto equilíbrio monetário, apesar de já apontar para sinais de crise concernentes ao ciclo do capital em seu estágio monopolista.

Os anos que se destacaram pelo quantitativo de vagas oferecidas foram 1998, 2001, 2002 e 2003, todos correspondentes ao período FHC em seus momentos de falaciosa estabilidade econômica, que, na verdade, correspondeu a anos de atraso, sobretudo, do ponto de vista social e político.

Quanto ao terceiro e último eixo analisado, temos como formas de seleção as seguintes informações:

Tabela 8 – Formas de seleção

Provas	Quantitativo de editais
Português	101
Específica (Serviço Social)[97]	121

Fonte: Relatório de Pesquisa Formação Profissional e mercado de trabalho: uma análise dos concursos para assistentes sociais".

Outros conhecimentos também são exigidos nos editais tais como: Redação, SUS, Conhecimentos gerais, Informática, Lei Orgânica da Saúde, História, Geografia, Inglês, Autocad, Prova Oral, Taquigrafia, Noção de Direito Processual, Civil, Penal, Constitucional e Administrativo, Direito da Criança e do Adolescente, Organização e Divisão Judiciária do Rio de Janeiro, legislação previdenciária e outros. Estes editais que exigem conhecimentos que não constam em nossa formação profissional podem ser analisados, segundo IAMAMOTO (2001), como a necessidade do profissional ser cada vez mais capacitado para atender as demandas do mercado, em busca de novos postos. Do mesmo modo que determinados conhecimentos exigidos podem sinalizar para a falta de conhecimento do empregador com relação ao que caracteriza a profissão e o seu fazer profissional.

Das provas e títulos como formas de seleção, temos que dos 140 editais pesquisados no período de uma década, apenas 48 exigiam títulos como critérios em seus editais. Os títulos são: Mestrado, Doutorado, Especialização com diferentes cargas horárias, Cursos de Aperfeiçoamento, Graduação em Serviço Social e até em outra área de atuação profissional. Outros títulos eventuais também fazem parte das exigências para a seleção, tais como: exercer carreira pública de nível superior ou possuir trabalho publicado.

Analisando o perfil profissional exigido nos Concursos Públicos pesquisados, pode-se concluir:

[97] O total de 19 editais mostrava-se omisso ou não discriminava se a prova seria de Serviço Social ou não.

1) O mercado quer um profissional já “pronto”, com conhecimentos prévios, com um tempo menor para a qualificação, quando inserido, no mercado de trabalho e;
2) Reforço da dicotomia teoria e prática, afirmando que somente pela prática cotidiana é possível adquirir conhecimento.

Considerar a experiência profissional adquirida como título é distorcer o que verdadeiramente pode ser considerado títulos, que são os cursos de especialização, Mestrado e Doutorado.

Sendo assim, pode-se afirmar que a exigência por maior qualificação (títulos), mesmo que em poucos concursos, tem sido um requisito cada vez mais global em nível de mercado de trabalho, o que exige que o profissional permaneça mais tempo se qualificando para ingresso ao mercado, mas também dificuldade de inserção pela falta de experiência. Estas exigências vão ao encontro da idéia da empregabilidade, ou seja, tornar-se mão-de-obra empregável para o mercado, sendo a qualificação profissional um destes requisitos. Igualmente, tem-se com isso uma forma de limitar o ingresso das pessoas no âmbito estatal com certa estabilidade, sobretudo, garantida via concurso público.

Com relação à análise das ementas e bibliografias dos editais supracitados, podemos do mesmo modo identificar um perfil profissional, majoritariamente, concernente ao projeto ético-político hegemônico atual. Apesar de ainda se encontrar perfis com traços conservadores com características que seguem:

Tabela 9 – Perfil profissional

Perfil	Características
Tecnólogo	Profissional que privilegia o fazer profissional somente sem exigências de qualificação ou necessidade desta
Legalista	Profissional que embase sua prática em conhecimento jurídico-formal, sem exigências de um embasamento teórico-crítico
Eclético	Profissional com suporte teórico eclético
Profissional que atua na esfera do cuidado	Profissional que tenha a capacidade de atender as demandas sociais e psicológicas, como previstos nos editais, que exigem bibliografias a exemplo da metodologia psicossocial e terapia familiar

Fonte: Relatório de Pesquisa Formação Profissional e mercado de trabalho: uma análise dos concursos para assistentes sociais".

Por conseguinte, afirma-se que o mercado empregador assimilou em parte os avanços que a profissão logrou desde meados dos anos 80 no que se refere ao acúmulo teórico e o aparato legal alcançado. Sendo assim, este mercado exige um Assistente Social alinhado com o Projeto Ético-político, a partir de conhecimentos muito próximos a nossa formação profissional, bem como uma imagem que privilegia a defesa e a garantia de direitos, estes últimos conquistados pelas lutas dos trabalhadores.

Paralelo a estas análises, podemos realizar um comparativo com a nossa pesquisa sobre o Mercado de Trabalho e o Perfil Profissional dos Assistentes Sociais do âmbito municipal no estado do Rio de Janeiro, ilustrada a seguir.

4- Indicadores importantes do estado do Rio de Janeiro.

O estado do Rio de Janeiro possui **92 municípios**, sendo **19** pertencentes à chamada Região Metropolitana (Rio de Janeiro – Grande Rio; Belford Roxo; Duque de Caxias; Guapimirim; Itaboraí; Itaguaí; Japeri; Magé; Mangaratiba; Maricá; Nilópolis; Niterói; Nova Iguaçu; Paracambi; Queimados; São Gonçalo; São João de Meriti; Seropédica e Tanguá) e **73** que representam o interior. Segundo estimativa de 2007[98], o estado do Rio de Janeiro contabilizava 15.420.375 residentes, o que corresponde a 8,4% da população do país, concentrando mais da metade da população nos municípios do Rio de Janeiro, São Gonçalo e Duque de Caxias.

Segundo IBGE, de acordo com pesquisa do ano 2000, o estado do Rio de Janeiro, totalizava 2.748.143 homens e 3.109.761 mulheres, sendo o grupo etário mais jovem (de 0 a 34 anos) o mais incidente, assim como se tem um alargamento da pirâmide etária de pessoas com 70 anos ou mais, representando o grupo etário de idosos também expressivo. Com renda per capita, calculada ainda por este Instituto em 2004, de R$ 14.639,00, o estado concentra como principais atividades econômicas os setores de indústria, turismo, serviços e extrativismo mineral (petróleo)[99].

[98] Conforme informações da Fundação CIDE, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, que tem por objetivo prover o Estado do Rio de Janeiro de todo o acervo de dados e informações básicas necessários ao conhecimento e acompanhamento da realidade física, territorial, ambiental, econômica, demográfica e social do Estado.

[99] O estado do Rio de Janeiro é o maior produtor de petróleo e de gás natural do país. A participação, em 2006, no total da produção de petróleo e gás natural do Brasil é, respectivamente, 84% e 46%. Já com relação à reservas provadas, o petróleo produzido no Rio de Janeiro participa com 80% e o gás natural com 47%. (Fonte: Fundação CIDE)

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do estado, segundo informações da Secretaria de Planejamento do governo, em 2008 teve um crescimento de 4,6%, sendo os setores que mais contribuíram para este crescimento: comércio (7,6%), serviços de informação (6,7%), a indústria extrativa mineral – petróleo (5,3%) e intermediação financeira (4,5%). De acordo com levantamento de anos anteriores, pode-se perceber que há uma nítida concentração do dinamismo com taxas de crescimento bem acima da média estadual nas Regiões Norte Fluminense e do Médio Paraíba. O mesmo ocorre na Região da Costa Verde, como se pode exemplificar o desenvolvimento nos municípios de Itaguaí e Mangaratiba. Representa uma nova dinâmica de distribuição de pólos de desenvolvimento que configura o interior fluminense.

Sobre os indicadores de emprego, tem-se que o estado do Rio de Janeiro no ano de 2008 registrou 154.596 empregos formais, equivalente a 5,48% de aumento em relação ao ano anterior. Este resultado representou o segundo lugar em número de empregos gerados no estado fluminense no período. Por outro lado, também se constatou no mês de dezembro de 2008, por razões estruturais que já conhecemos como a última crise, houve queda de 0,65% no nível de emprego, ou seja, perda de 19.342 postos de trabalho. A região metropolitana foi o principal responsável pelo ótimo desempenho do estado na criação de vagas formais em 2008, ou seja, 5,43%, segundo informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)[100].

Podemos ilustrar a partir de informações pertinentes à região metropolitana do Rio de Janeiro que: entre o grupo de pessoas economicamente ativas: 53,9%

[100] Órgão do Ministério do Trabalho e Emprego.

(Abril de 2008) a 53% (Abril de 2009); e, entre as ocupadas: 50,1% (Abril/08) a 49,4% (Abril/09).[101] Havendo, portanto, em um ano a diminuição de apenas 0,7% entre os ocupados na região metropolitana[102], indicando possível estabilidade neste período, segundo informações da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Entre as cidades, a capital foi a principal responsável pelo estado ter se destacado do restante do país em 2008, tendo a cidade do Rio de Janeiro um saldo de 84.147 novas vagas com carteira assinada, variação de 5,28%. [103]

Dentre as pessoas em idade ativa em maio de 2009, cabe destacar que 55,1% eram mulheres, 51,0% tinham 11 anos ou mais de estudo e, de acordo com a faixa etária, sendo assim distribuídas: 10 a 14 anos (7,9%), 15 a 17 anos (4,5%), 18 a 24 anos (11,2%), 25 a 49 anos (40,1%) e a população de 50 anos ou mais (36,2%). Isso está relacionado ao número maior de mulheres no estado, bem como as exigências destas inserirem-se no mercado de trabalho, mesmo que ainda em condições desiguais.[104] Sendo também a exigência de se ter estudo,

[101] "Em termos percentuais, o nível de emprego carioca (bem como o fluminense) apresenta resultados superiores ao nacional na taxa mensal (3,4% sobre abril de 2008) e acumulada (4,1% sobre o 1º quadrimestre de 2008), o que indica que os efeitos da crise internacional foram mais severos no nível nacional do que localmente." (Cf. Notas Conjunturais do Instituto Pereira Passos – IPP – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, acesso em 17/07/2009).

[102] Conforme reportagem divulgada no YAHOO Notícias em 24/04/2009, o número de desempregados supera 2 (dois) mil após 18 meses, pois segundo o IBGE, em março deste ano o contingente de desempregados nas seis maiores regiões metropolitanas do país voltou ao patamar de 2 (dois) milhões de brasileiros. Segundo Cimar Pereira, economista do IBGE, *está mais difícil para o trabalhador arrumar emprego em meio à crise e o cenário econômico*. Em São Paulo, o número de desempregados à procura de trabalho voltou à casa de 1 milhão de pessoas, o que não acontecia havia 21 meses. A taxa de desocupação no Brasil como um todo, em março sobre fevereiro aumentou 7,3 por cento, enquanto na comparação com março de 2008 o avanço foi de 6,7 por cento.

[103] "A exemplo do ocorrido no estado do Rio de Janeiro e no Brasil, as atividades que vêm sendo responsáveis pelos resultados pouco expressivos são a indústria de transformação e o comércio, que fecharam, respectivamente, 1.846 e 9.591 postos nos quatro primeiros meses do ano, que tem sido compensados pela abertura de postos na construção civil (6.417) e em serviços (9.791)". (Cf. Notas Conjunturais do Instituto Pereira Passos –IPP – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, acesso em 17/07/2009)

[104] E isto está atrelado também a nossa profissão, uma vez que, a grande maioria como mostra as pesquisas é composta por mulheres.

necessário, sobretudo, às mulheres que estão ocupando muito dos vários postos de trabalho antes ocupados somente por homens.

Na Pesquisa Mensal de Emprego – PME, coletada este ano para o município do Rio de Janeiro, foi observada que a faixa etária incidente da população economicamente ativa foi do grupo dos 25 e 49 anos, seguido do grupo de pessoas dos 50 anos ou mais de idade. O que representa um grupo relativamente jovem que se encontra ocupada ou que está desocupada a procura de trabalho.

De acordo ainda com a PME para o município do Rio de Janeiro revela que a taxa de desocupação de maio de 2009 foi estimada em 5,7% se comparada ao mês anterior e com maio de 2008. Em relação às pessoas desocupadas, este contingente foi estimado em maio de 2009 para o município do Rio de Janeiro um total de 164 mil, em que 58,5% eram mulheres, 67,9% possuíam 11 anos ou mais de estudo, 85,3% já haviam trabalhado antes, 24,3% eram os principais responsáveis pela família e 54,4% tinham de 25 a 49 anos, seguido do grupo etário dos 18 aos 24 anos, com índice de 29,4%. Ou seja, o desemprego está entre as mulheres mais jovens, com mais anos de estudo - o que desmistifica a idéia de que quem tem qualificação é que consegue inserir- se no mercado de trabalho - e boa parte delas chefia suas famílias.

O rendimento médio real habitualmente recebido por mês pela população ocupada, estimado em maio de 2009, foi de R$1.610,70, correspondente a um crescimento de 2,4% em relação ao ano anterior e queda de 5,2% em relação a abril de 2009. Na comparação anual, o rendimento apresentou acréscimo de 9,1% para os empregados com carteira de trabalho no setor privado, 14,2% entre os

empregados sem carteira de trabalho no setor privado, 17,5% entre militares ou funcionários públicos estatutários e queda de 14,9% entre os trabalhadores por conta própria. [105]

Ao analisarmos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que tem como objetivo mensurar as condições de vida de uma população a partir das dimensões de Educação (IDH-Educação), Renda (IDH-Renda) e Saúde (IDH-Longevidade), temos indicadores importantes em relação ao estado do Rio de Janeiro, se comparados a esfera nacional e municipal.

Conforme último Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH registrado em nível nacional ultrapassou a barreira de 0,800 no índice – que varia de 0 a 1 -, considerada o marco de alto desenvolvimento humano. Em termos relativos, o Brasil caiu uma posição no ranking de 177 países e territórios: de 69º, em 2006, para 70º em 2007.

O estado do Rio de Janeiro em 2005, teve seu IDH correspondente ao índice 0,832, ocupando o quarto lugar no ranking comparativo aos outros estados brasileiros com o Distrito Federal em primeiro lugar (0,874).

[105] Em relação a dados de anos anteriores, em 2006, observou-se que houve uma recuperação significativa do emprego e da renda formais. Neste ano, ocorreu um saldo de 116 mil admissões sobre os desligamentos no mercado formal. O mesmo ocorreu no rendimento médio do pessoal ocupado que passou de R$787,20 em 2002 para R$973,16 em 2006. A taxa de desemprego aberto em 2006 correspondeu 7,88% no estado do Rio de Janeiro, sendo uma das mais baixas do país neste período.

Já se analisarmos o município do Rio de Janeiro o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M[106] corresponde ao indicador de 0,842, estando em segundo lugar de acordo com o PNUD 2006/2007, se comparado a outros municípios do estado, atrás somente da cidade de Niterói que possui o maior indicador (0,886).

Sendo assim, podemos justificar a escolha do circuito municipal que compreende o estado do Rio de Janeiro, à medida que apresentamos algumas das características demográficas, sociais, políticas e econômicas pertinentes ao estado, o qual possui elementos importantes para análise de nosso objeto de estudo. A partir destas e outras informações a serem analisadas abordaremos no próximo e último item os resultados alcançados na pesquisa e suas possíveis hipóteses.

[106] Obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM – Longevidade), Educação (IDHM- Educação) e Renda (IDHM- Renda). (Fonte:Confederação Nacional de Municípios – site www.cnm.org.br)

4.1 - Mercado de Trabalho no âmbito municipal no estado do Rio de Janeiro: nosso foco de análise.

Neste importante item, traremos a pesquisa desenvolvida para esta dissertação, cujo objeto é o estudo dos editais de concursos em âmbito municipal no estado do Rio de Janeiro no período compreendido dos dois mandatos do Governo Lula (2002 a 2008).

O período compreendido dos dois mandatos do Governo em questão justifica-se por ter assumido algumas características, pouco diferenciadas do Governo FHC, sobretudo, no que se refere ao trato da "questão social" e as políticas sociais, "base de sustentação funcional-ocupacional" (Cf. MONTAÑO, 2007) para a profissão.

O Governo Lula, apesar de ter adquirido um "peso simbólico da chegada" (BEHRING, 2004), o que significou um representante oriundo da classe trabalhadora no cargo máximo do país, evidenciava dois momentos de seu primeiro mandato, ou seja, de um lado o olhar ao drama crônico de pobreza e miséria vivenciado no país, e, de outro lado, a adesão às propostas neoliberais daqueles que também o elegeram.

No plano econômico, o governo manteve todos os parâmetros macroeconômicos herdados da era FHC. Sendo assim, permanece intocável o *superávit primário; a Desvinculação das Receitas da União, que desvincula 20% dos recursos arrecadados de impostos e contribuições sociais – fontes da seguridade social – para pagamento de dívida pública e manutenção do superávit; a taxas de juros com ênfase nas exportações e no agronegócio; o pagamento*

inesgotável dos juros, encargos e amortizações da dívida pública; e, o aumento da arrecadação que não se revertem em investimentos produtivos ou em políticas sociais (Cf. BEHRING, 2004:10). Ainda nesta perspectiva têm-se as parcerias público-privadas, com fartos investimentos e garantias ao setor privado.

No plano político, temos a chamada (contra-)reforma da Previdência Social, visto pelo governo como *reforma institucional* e não como política de seguridade social, atingindo o setor público e implementando a chamada *taxação dos inativos, em um teto baixíssimo* (Cf. BEHRING, 2004:11) com elevação da idade mínima de aposentadoria, incentivo à previdência complementar privada e aos fundos de pensão, frutos da financeirização do capital, *concentrando a riqueza nas mãos dos capitalistas rentistas* (BRAZ, 2004:53).

Estratégias continuístas perduram em seu governo em seus dois mandatos. Ainda com relação aos planos político e social, tem-se o parco investimento nas políticas sociais, sendo investidas apenas as políticas de caráter especifico e assistencialistas. Quanto a Seguridade Social, os recursos autorizados, além de sofrerem cortes, são destinados e executados muito pouco em relação ao Orçamento total da União. Segundo declarações do próprio governo, a ação mais importante na área social são os programas de transferência de renda, vide o Programa Bolsa Família[107], criado em 2004 e que reuniu todos os outros

[107] O Programa adota muitos critérios para a sua concessão, em reportagem da Agência Brasil, noticia-se que o Governo tem controle de 80% da freqüência escolar de beneficiados pelo Bolsa Família, segundo fala do Ministro Patrus Ananias, foram suspensos os pagamentos de 400 mil famílias, entre outras razões, por falta de freqüência escolar. Ainda conforme fala do Ministro: " Nós estamos indo atrás dessas famílias, muitas vezes são aqueles que mais precisam, que têm problemas de violência, alcoolismo ou são famílias em desconstituição. Nós queremos é que as famílias garantam efetivamente a presença das crianças nas escolas" (Cf. matéria da Agência Brasil – Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), acesso em 23/06/2009). Muitas vezes são julgados ou adotados critérios os mais conservadores e coercitivos para a concessão dos benefícios assistenciais, sem análise de um contexto mais amplo e articulado a outras políticas sociais.

programas de transferência de renda do governo anterior, permanecendo com o mesmo viés político. O Programa ainda que assuma papel importante de retirar as famílias de sua situação de vulnerabilidade social, atendendo algumas das necessidades sociais básicas, não se articula as outras políticas sociais, como as de saúde, educação, habitação e outras igualmente necessárias a manutenção de melhorias das condições de vida dos mais pobres.

À medida que se tem um governo facilitador dos negócios do capital, procurando retirá-los de qualquer mecanismo que iniba a acumulação (Cf. BRAZ, 2004), o que se presencia nos dois mandatos de Lula é a total rendição ao capital financeiro, vide os últimos posicionamentos com relação à última crise financeira internacional, com total incentivo à saída da crise, através da expansão do crédito[108], do investimento em políticas neoliberais de ajuste, e, por outro lado, o incentivo aos benefícios de transferência de renda direcionados às classes mais desfavorecidas, até como prerrogativa para o aquecimento da economia[109]. Postura extremamente servil e dependente do grande capital internacional.

Para isso, justifica-se ainda a escolha do âmbito municipal no estado do Rio de Janeiro, pois como verificamos a partir dos indicadores apresentados anteriormente, temos o estado do Rio de Janeiro uma região expressiva do ponto

---

[108] Para Lula, a escassez de crédito na economia nacional foi apontada pelo presidente, como o principal problema do Brasil causado pela crise econômica internacional (Cf. matéria da Agência Brasil – Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), acesso em 23/06/2009). Com tais declarações o presidente não só deturpa as origens da atual crise capitalista, levantando um discurso economicista, bem como aponta para a importância de incentivar o crédito como uma das saídas.

[109] Segundo fala do próprio ministro do Desenvolvimento Social e Combate à fome, Patrus Ananias, em momentos de crise econômica mundial o papel dos governos é impedir que os mais pobres paguem pela crise. Ainda segundo fala do ministro à Empresa Brasil de Comunicação (EBC): "Estamos virando essa página com a clareza de que o Estado é fundamental para normatizar o mercado, protegendo e promovendo os economicamente mais fracos e impedindo os abusos que tivemos e pelos quais estamos pagando um preço tão alto". (Cf. matéria da Agência Brasil – Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), acesso em 23/06/2009)

de vista político, econômico e social. Com participação significativa em seu PIB, IDH que o posiciona bem em relação a outros estados brasileiros, bem como uma receita contributiva bastante importante, sobretudo, no que concerne aos investimentos nas políticas sociais.

Com isso, o objetivo geral deste estudo é conhecer e analisar as condições que permeiam o mercado profissional no estado do Rio de Janeiro, a partir de uma aproximação preliminar dos editais de concursos existentes em âmbito municipal no período de 2002 a 2008.

Temos como objetivos específicos:

1) Estudar os editais de concursos no âmbito municipal, conhecendo as particularidades do mercado de trabalho profissional;

2) Conhecer as condições de trabalho dos profissionais de Serviço Social na atualidade, e;

3) Analisar criticamente o perfil requisitado aos Assistentes Sociais, tratando da formação profissional adquirida e construída ao longo da trajetória do Serviço Social.

Adotamos como hipóteses de trabalho, algumas questões que analisaremos ao final. A primeira diz respeito à imagem que o empregador tem da nossa profissão, a partir do perfil profissional requisitado nos editais de concursos públicos. Vindo a ter características as mais diversas, tais como a de um profissional fatalista, pois conforme IAMAMOTO (2000:115), é aquele que tem uma visão de mundo como se tudo fosse natural e perene, as desigualdades

sociais são naturais e o Serviço Social encontra-se nas instituições para atender formal e burocraticamente as tarefas que lhes são atribuídas; a de um profissional messiânico, ou seja, que privilegia as intenções, os propósitos do sujeito individual, num voluntarismo, que não dá conta do movimento da realidade e das suas determinações (Cf. IAMAMOTO, ibidem, p. 115); e, a de um profissional que rompa com o continuísmo, assumindo postura crítica e que sabe utilizar-se do movimento da práxis, a fim de melhor intervir na realidade. A segunda hipótese compreende o perfil exigido, sobretudo, no âmbito municipal (grande empregador), queremos verificar se tais propostas acompanham ou não o projeto ético-político do Serviço Social. A terceira e última hipótese é se as exigências e os critérios de seleção dos concursos públicos conseguem atingir a todos os que se formam a cada ano na profissão. Pois, com a privatização do ensino e o incentivo do governo ao crédito universitário, estimulando o crescimento das privadas, cresceu em número os cursos de Serviço Social entre o âmbito privado[110] e até a distância, o que não se sabe se a formação profissional adquirida contempla o projeto profissional conquistado ao longo da trajetória histórica do Serviço Social, especialmente, do ponto de vista ético-político e teórico-metodológico.

Como procedimentos metodológicos, podemos dizer que utilizamo-nos de pesquisa empírica realizada a partir do levantamento dos editais de concursos realizados no estado do Rio de Janeiro, organizados em registros no Conselho

[110] O Ministério da Educação notificou 35 instituições privadas de ensino superior que, segundo a pasta, não cumprem os percentuais mínimos de professores com dedicação integral ou com títulos de mestre e doutor estabelecidos pela legislação. Ao todo, elas oferecem quase 10% das vagas em cursos universitários no Brasil. A lei estabelece que as instituições de ensino superior devem ter um terço do corpo docente com dedicação integral. Para professores com título de mestre e doutor, centros universitários têm que respeitar a proporção de 20%, e universidades, de um terço. A diferença é que universidades têm mais autonomia para abrir vagas. (Fonte: Folha de São Paulo, agosto de 2009)

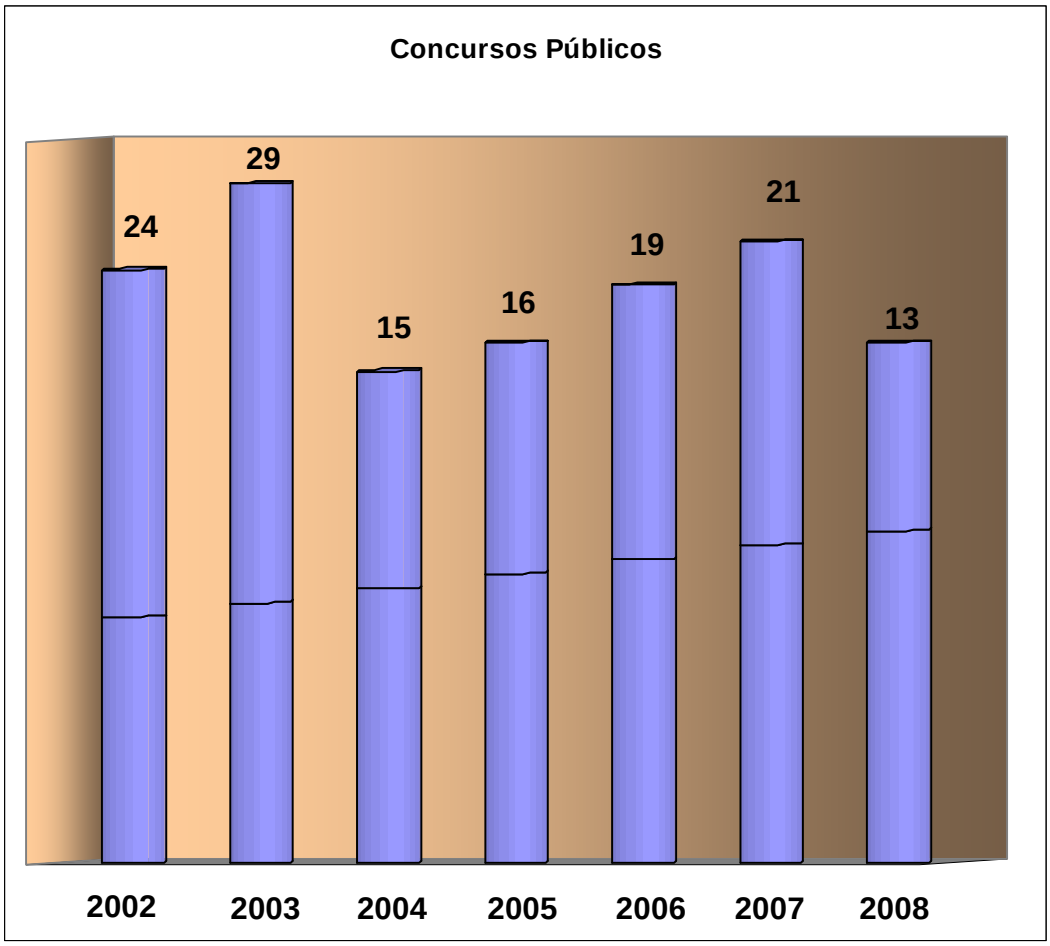
Regional de Serviço Social – 7ª Região. De igual modo, utiliza-nos de pesquisa documental e bibliográfica a partir de consultas na internet e de bibliografias do Serviço Social.

Com relação à pesquisa empírica junto ao CRESS 7ª Região, é obrigatória a convocação dos conselhos profissionais e outras entidades, conforme Constituição do estado do Rio de Janeiro[111], na participação de todas as fases do processo de concurso público, desde a elaboração dos editais até a homologação e publicação dos resultados. Contudo, muitas das Organizadoras não enviam aos conselhos comunicações da realização dos concursos, sendo, muitas vezes, a divulgação em canal interno nas cidades ou através da internet, entre outros meios de divulgação e comunicação. Com isso, muitos editais que tivemos acesso na internet, não visualizamos nos arquivos do CRESS 7ª Região, o que nos permitiu ter um acesso em maior número destes documentos em alguns anos.

Durante o levantamento, conhecemos o universo dos editais e a amostra que iremos apresentar. Sendo, portanto, verificado nos anos pesquisados, como mostra o gráfico a seguir:

[111] Legislação de 05/10/1989, artigo 77, inciso XXVII, parágrafo 8º.

Gráfico 1

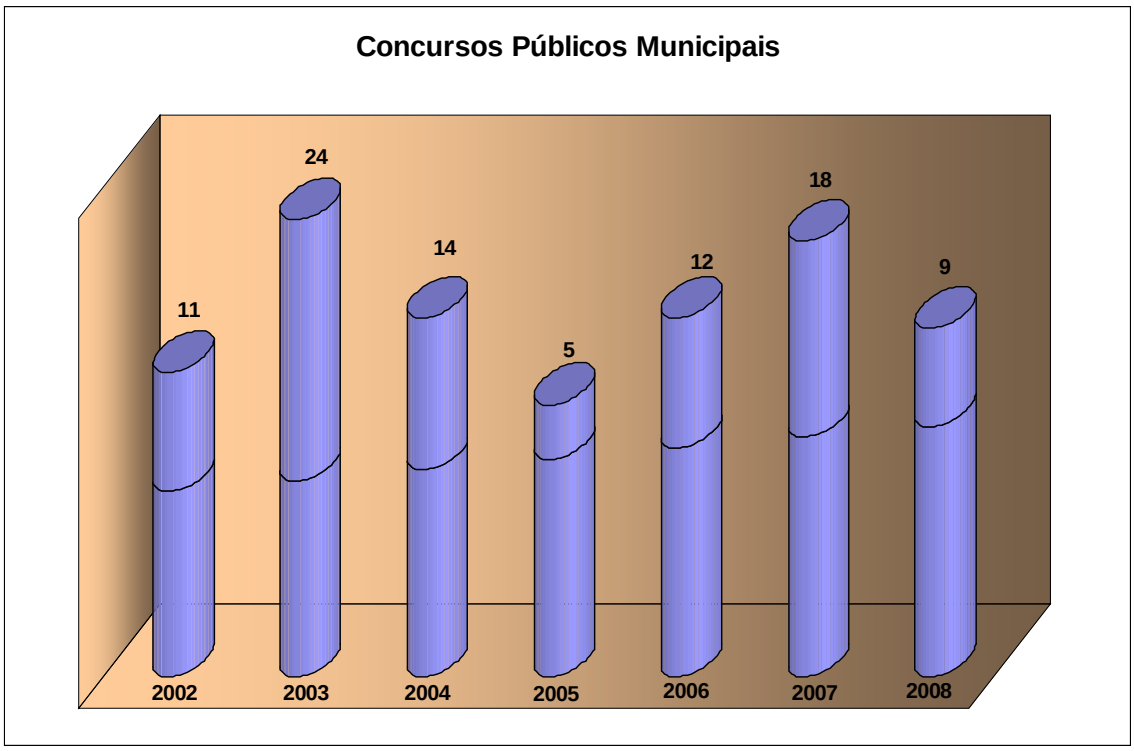


Podemos observar a partir do exposto que nos períodos que compreendem o primeiro e segundo mandatos do Governo Lula foram totalizados 137 concursos públicos no estado do Rio de Janeiro, referentes aos âmbitos municipais, estaduais e federais. Deste total 93 concursos pertenciam ao âmbito municipal, ou seja, aproximadamente 68% do total apresentado no período que segue. Este quantitativo é significativo, uma vez que 32% dos concursos totalizam as outras

duas esferas (federal e estadual). Este número representa a tendência à municipalização / interiorização da profissão, ou seja, com o processo de descentralização das ações governamentais, assumindo os municípios a pasta de execução das políticas sociais, a profissão se legitima a partir da implementação de tais políticas, “base de sustentação funcional-ocupacional” do Serviço Social.

Com relação ao quantitativo por ano entre os concursos municipais no estado do Rio de Janeiro, temos:

Gráfico 2

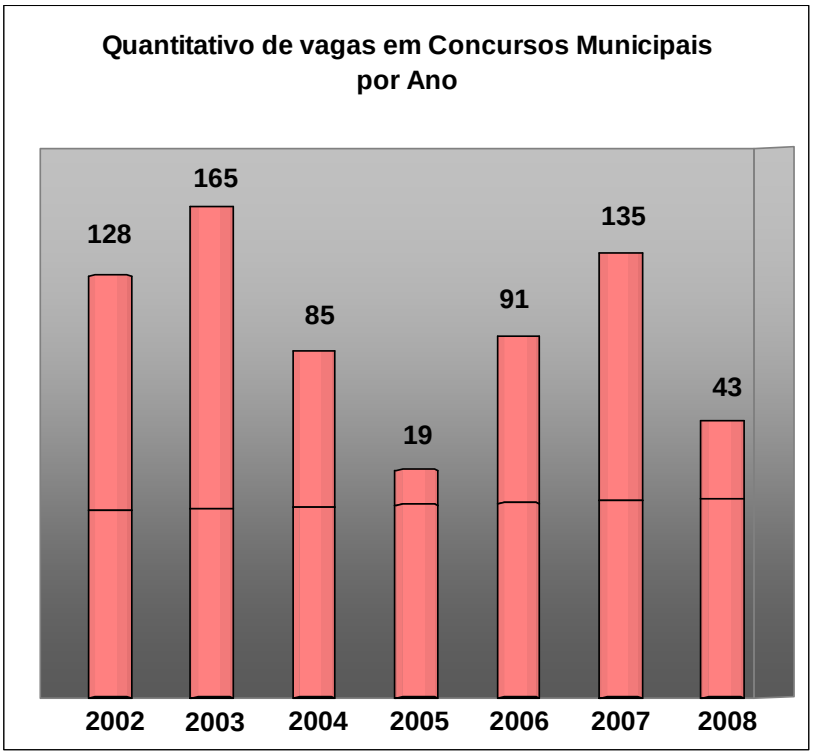


Os anos mais expressivos foram 2003 e 2007, pois obtiveram maior quantitativo, representando os anos iniciais do primeiro e segundo mandatos do Governo em questão. Os anos que seguem tentam manter o quantitativo, não semelhantes aos anos que tratamos, com exceção do ano de 2004, ano

importante no que concerne a data de criação do Programa Bolsa Família[112] e posteriormente promulgação e implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS[113].

Em seqüência a estas informações, podemos visualizar o quantitativo de vagas em âmbito municipal por ano, a partir da análise do seguinte gráfico.

Gráfico 3



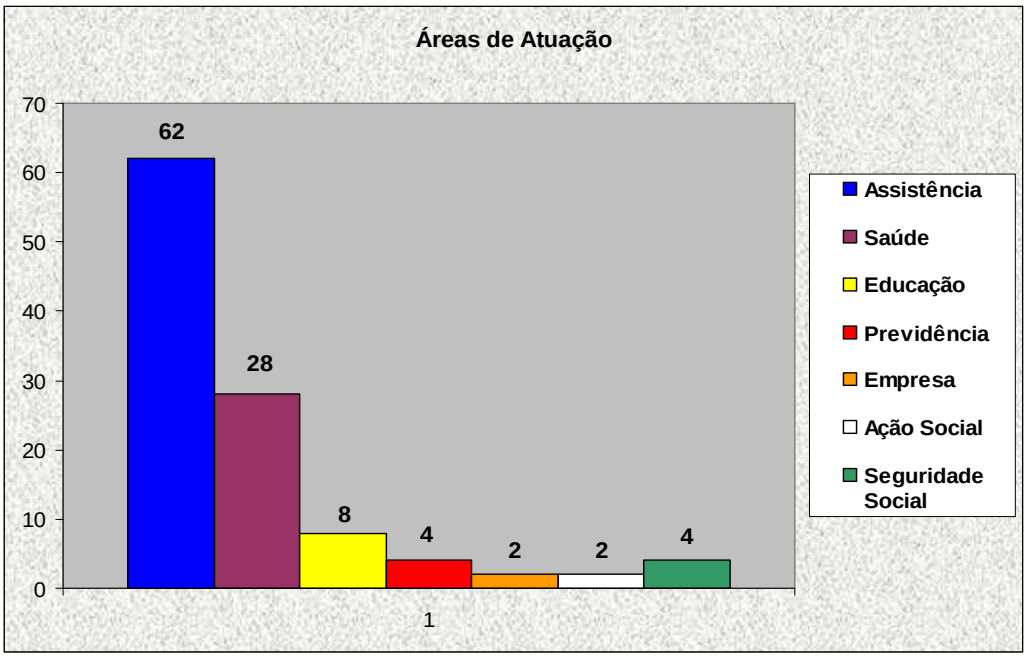
[112] Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

[113] O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo território nacional dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de caráter continuado ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito publico sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. O SUAS foi a principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília em 2003, e se inscreve no esforço de viabilização de um projeto de desenvolvimento nacional, que pleiteia a universalização dos direitos à Seguridade Social e da proteção social pública com a composição da política pública de assistência social em nível nacional. (Fonte: site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, acesso em julho de 2009)

Em paralelo ao número de concursos municipais, temos ainda nos anos de 2003 e 2007 um maior quantitativo de vagas. Nos anos de 2002 e 2004 seguem também com expressividade em relação a este quantitativo. Pode-se explicar tais constatações devido ao início do primeiro mandato de Lula, momento ainda oportuno para o governo petista, no que concerne ao investimento à carreira pública, bem como a distribuição de cargos de confiança, entre outras características tomadas em sua administração, sobretudo, com relação aos recursos humanos. O início de governo também gera muitas expectativas na população em relação à gestão, ou seja, maior confiança no compromisso assumido e prometido em campanha. Assim como se tem a necessidade de se movimentar a máquina pública com novo pessoal pertencente ao partido e ao governo em questão, obtendo também maior caixa orçamentário com a realização de concursos públicos em todas as esferas de governo.

Ainda analisando o estudo sobre os editais, constatamos também relevante a predominância da área de atuação dos Assistentes Sociais em âmbito municipal, conforme mostra o gráfico.

Gráfico 4



A área da Assistência Social é a que mais destacou seguida da área da Saúde. Os números mostram a grande ênfase às respectivas áreas nos últimos anos, conforme a própria pesquisa sobre a "Formação Profissional e mercado de trabalho: uma análise dos concursos para Assistentes Sociais", tratada anteriormente.

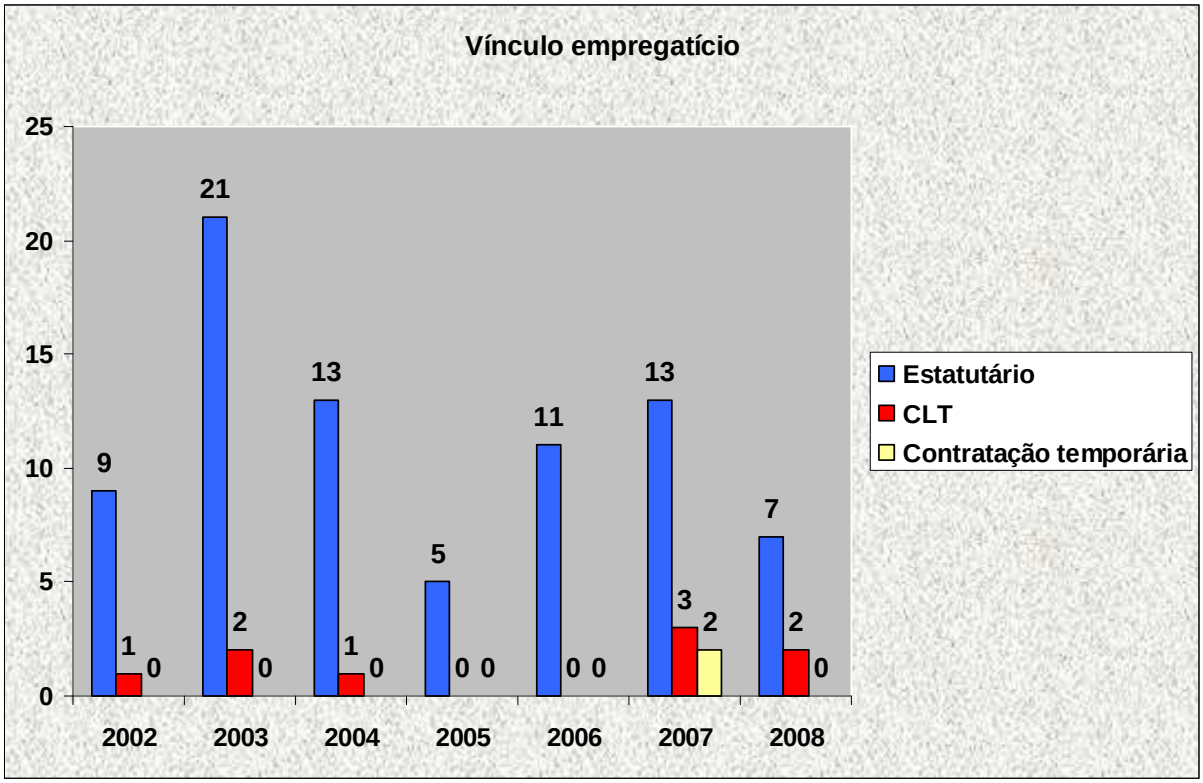
A Assistência pode ser explicada pelo avanço que esta área tomou a pauta de governo, sobretudo, no Governo Lula. A reformulação e criação de Ministérios referentes à política de Assistência Social no início do Governo pareceu indicar que, finalmente, essa política social teria reconhecido, institucionalmente, seu status de política, já reconhecido legal e constitucionalmente, apesar de confusões de início na nomenclatura e nas suas interpretações. O Ministério, sob a função expressa de desenvolvimento social, assume diversas ações de Assistência Social antes pulverizadas em outros ministérios, como os programas de transferência de

renda unificados no Bolsa Família, além das ações vinculadas à política de Segurança Alimentar e as ações do então Ministério da Assistência Social (Cf. BOSCHETTI, 2004). A área e sua plena efetivação dependem não só das intenções de governo e da concepção que a caracteriza como política e direito social de todo cidadão, mas, principalmente, das condições econômicas e políticas, que vêm gerando conseqüências bastante negativas para o orçamento da área. A atual política econômica, por exemplo, vem priorizando a suposta estabilidade econômica e o pagamento da dívida, comprometendo o investimento nas políticas públicas.

Outra questão a ser considerada quanto à área de atuação é a tendência à municipalização das políticas sociais, o conjunto de leis e a implementação das ações, pois como política de Seguridade Social, a área da Assistência ganha visibilidade, especialmente, no Governo Lula, sobretudo, com o amparo legal criado em sua administração e a unificação dos programas de transferência de renda. Isso se torna favorável à profissão, uma vez que gera expansão do mercado empregador para o Serviço Social e as demandas voltadas para a área da Assistência, que geralmente, são executadas em âmbito municipal.

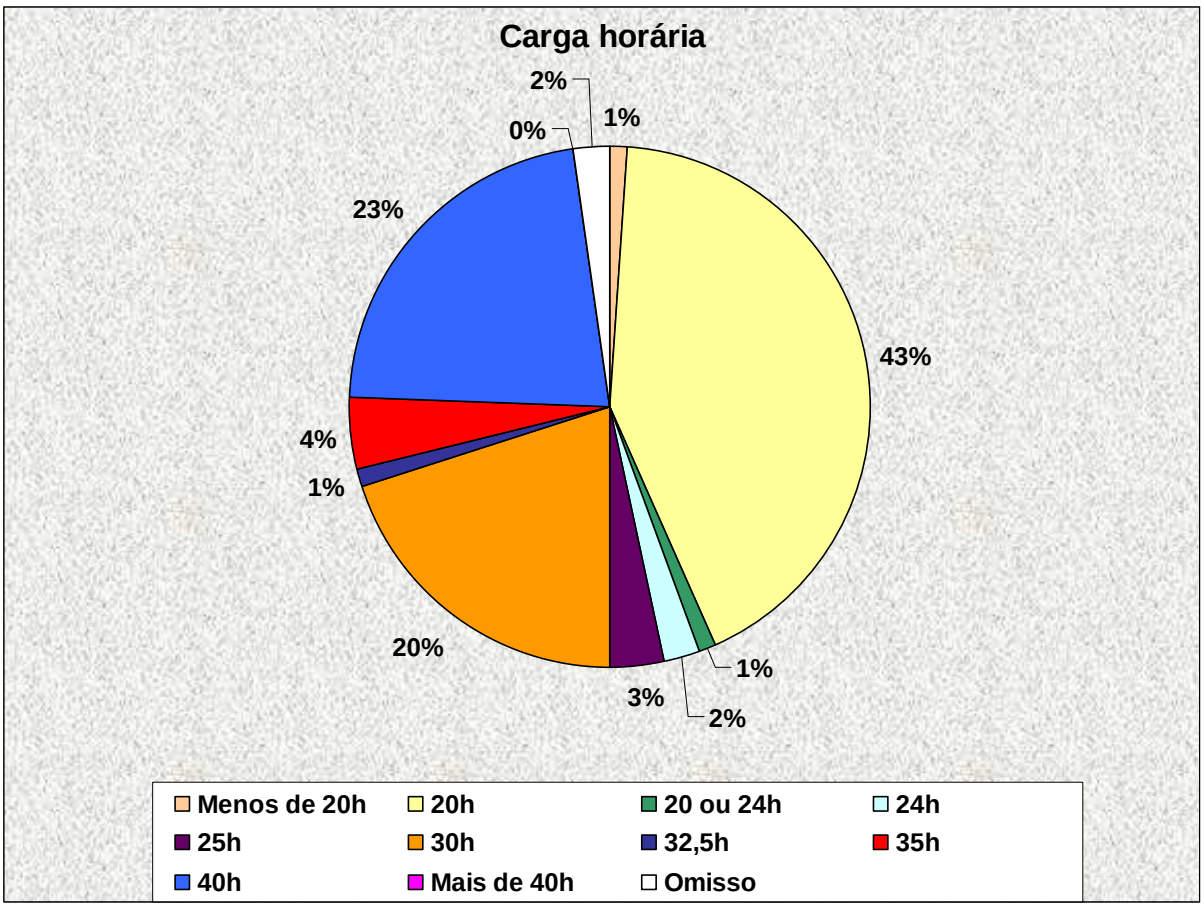
Em paralelo podemos tratar do vínculo empregatício predominante, como mostra gráfico a seguir.

Gráfico 5



O vínculo empregatício predominante é o estatutário, ainda relevante, sobretudo, em 2003, 2004 e 2007, anos que abriram mais concursos de âmbito municipal no estado do Rio de Janeiro. Já os demais vínculos (CLT e contratação temporária) ainda permanecem como vínculos em concursos públicos municipais, o que caracteriza a instabilidade na permanência dos concursados, sinalizando para a precarização do mercado profissional de trabalho, mesmo entre os concursos públicos que costumam ter critérios de seleção, além de terem uma procura maior, devido ao desemprego que assola também a categoria.

Gráfico 6



A carga horária que prevalece nos concursos públicos é a de 20 horas, seguida das 30 horas e 40 horas semanais. As cargas horárias de 20 e até 30 horas sinalizam a flexibilidade do profissional em assumir mais de um vínculo empregatício, muitas vezes, como exigência de um ganho maior, a fim de atender suas necessidades objetivas, isso devido aos baixos níveis salariais, sobretudo, no âmbito municipal, como veremos posteriormente. As demais cargas horárias, especialmente, a que correspondem as 40 e 30 horas semanais, também são expressivas, à medida que representam o ritmo de trabalho de muitos que trabalham nas áreas da Assistência e Saúde. As outras possíveis cargas horárias

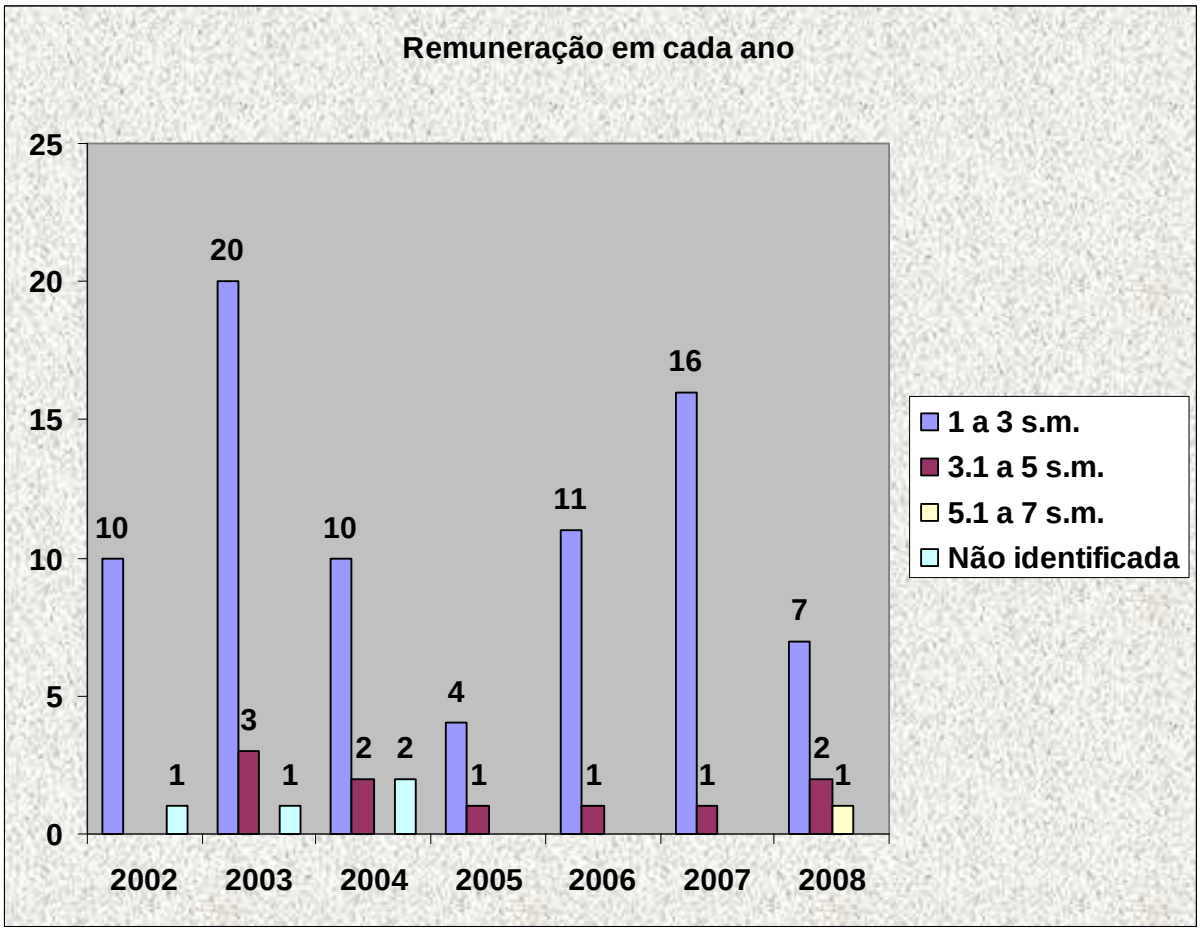
podem ser identificadas entre as diferentes áreas de atuação e também estabelecidas em âmbito municipal, a critério do trabalho de cada prefeitura. O quantitativo de omissos representa aqueles editais que não declararam suas cargas horárias ou que não conseguimos informações sobre tais dados.

Outra informação também importante a respeito da carga horária predominante no levantamento, ou seja, 20 horas semanais é porque sempre foi característica da área de saúde a prevalência de uma carga horária menor, pelo fato de ser considerado um espaço sócio-ocupacional que inspira maior atenção pela insalubridade e carga emocional depositada nos atendimentos.

Vale ressaltar também que a carga horária das áreas pertinentes a Saúde e Assistência dão-se pelo avanço legislativo alcançado ao longo dos últimos anos, principalmente, com o aparato legal que ampara o Sistema Único de Saúde - SUS e, recentemente, com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS que traz uma série de inovações quanto à gestão dos serviços e do atendimento à população mais empobrecida, através do repasse do Fundo Nacional de Assistência Social para os fundos municipais e estaduais e Distrito Federal. Com o SUAS, a rede não só se informatiza e se descentraliza, bem como os municípios passam a ter autonomia para organizar a rede de proteção social, sendo fiscalizados e controlados socialmente, sobretudo, pelos Conselhos de Assistência com participação da comunidade.

Articulada a questão da carga horária e das áreas de atuação, apresentamos a remuneração em cada ano, sinalizada nos editais de concursos municipais.

Gráfico 7



Podemos visualizar com tais dados que é baixo o nível salarial dos profissionais de âmbito municipal. A inconstância salarial no que o empregador oferece pelos serviços prestados pelo Assistente Social é fruto da inexistência de um piso salarial[114] pré-definido pela categoria, ficando a cargo do empregador o

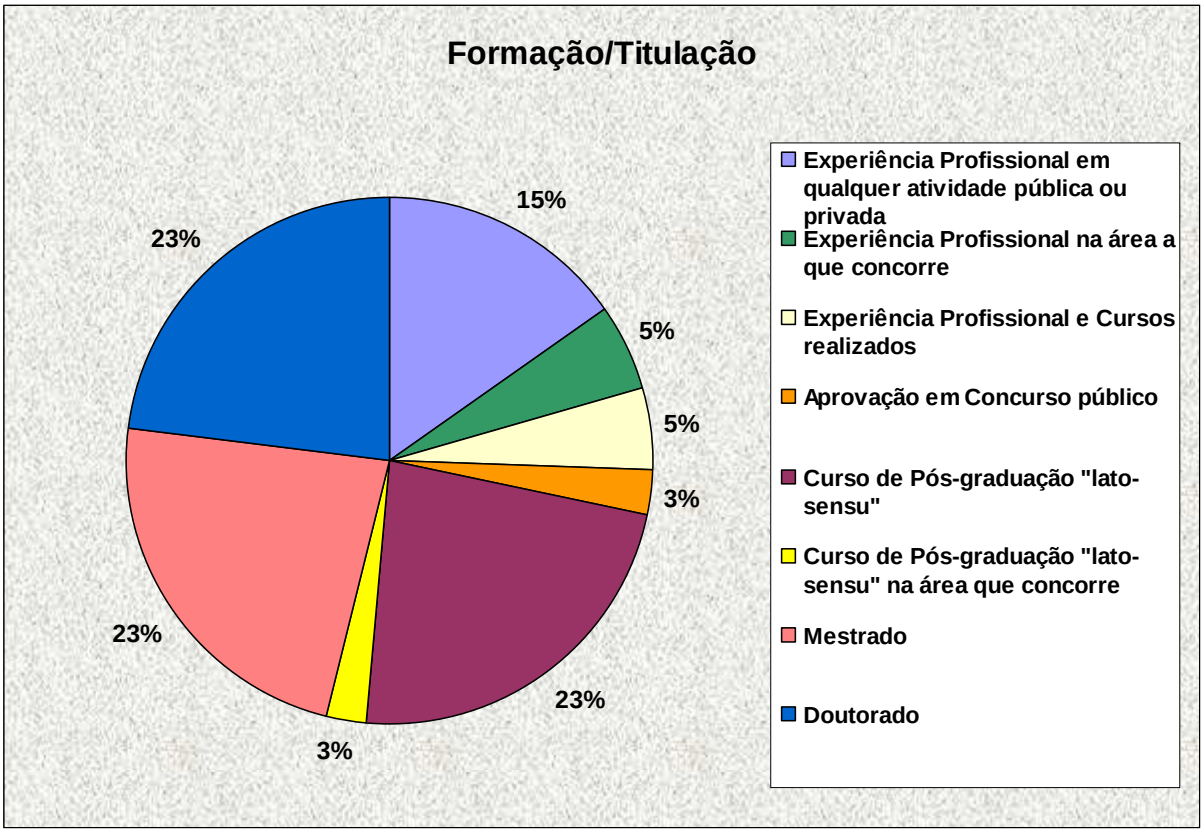
[114] A categoria até hoje não definiu um piso salarial para a profissão, mas possui uma tabela de honorários atualizada a cada ano e divulgada pelo Conselho Profissional, prevendo a remuneração das horas pertinentes aos serviços técnicos prestados. A Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social – TRHSS foi instituída em 2001, entre outras atribuições, ela determina o valor da hora técnica, fixando o valor mínimo a ser cobrado, que servirá de parâmetro para prestação dos serviços profissionais do Assistente Social que trabalhe sem qualquer vínculo empregatício, vínculo estatutário ou de natureza assemelhada. O valor dessa hora técnica é corrigido anualmente com base no ICV/DIEESE. Segundo a Resolução CFESS N° 41 8/2001, que instituiu a Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social – TRHSS, alterada pela Resolução CFESS Nº 467, de

posicionamento quanto aos nossos salários. Pois, como já sinalizado anteriormente, o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho e que se caracteriza como profissional assalariado que também está sujeito as mudanças recorrentes no mundo do trabalho. Esta questão dos baixos salários exige do profissional a complementação com mais de um vínculo empregatício, complementando sua renda, contudo gerando sobretrabalho, desgaste físico e emocional de uma profissão que tem como matéria do seu trabalho, a "questão social" e suas refrações.

Em paralelo a estas questões que trazemos, podemos situar neste panorama as exigências de formação e/ou titulação nos concursos públicos municipais, conforme mostra o gráfico que segue.

17 de março de 2005, especifica-se os valores da hora técnica corrigida pelo ICV/DIEESE: Graduados - R$ 74,66 (setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos); Especialistas - R$ 83,84 (oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos); Mestres - R$ 105,67 (cento e cinco reais e sessenta e sete centavos); e, Doutores - R$ 119,44 (cento e dezenove reais e quarenta e quatro centavos). Estes valores serão referências até o dia 20/09/2009.

Gráfico 8



Quanto à formação / titulação dos profissionais exigida nos concursos públicos municipais no estado do Rio de Janeiro podemos afirmar que a requisição de se ter cursos de pós-graduação stricto e lato sensu como acréscimos na contagem de aprovação é cada vez mais freqüente. Estas exigências e outras expressam os requisitos que o atual mercado de trabalho determina aos profissionais no momento de sua contratação e também como forma de diminuir os custos com aperfeiçoamento e atualização, tendo prontamente um profissional qualificado e especializado.

É importante ressaltar que 25% requisitam como títulos a experiência profissional, o que tende a mostrar-nos a exigência de prática profissional para

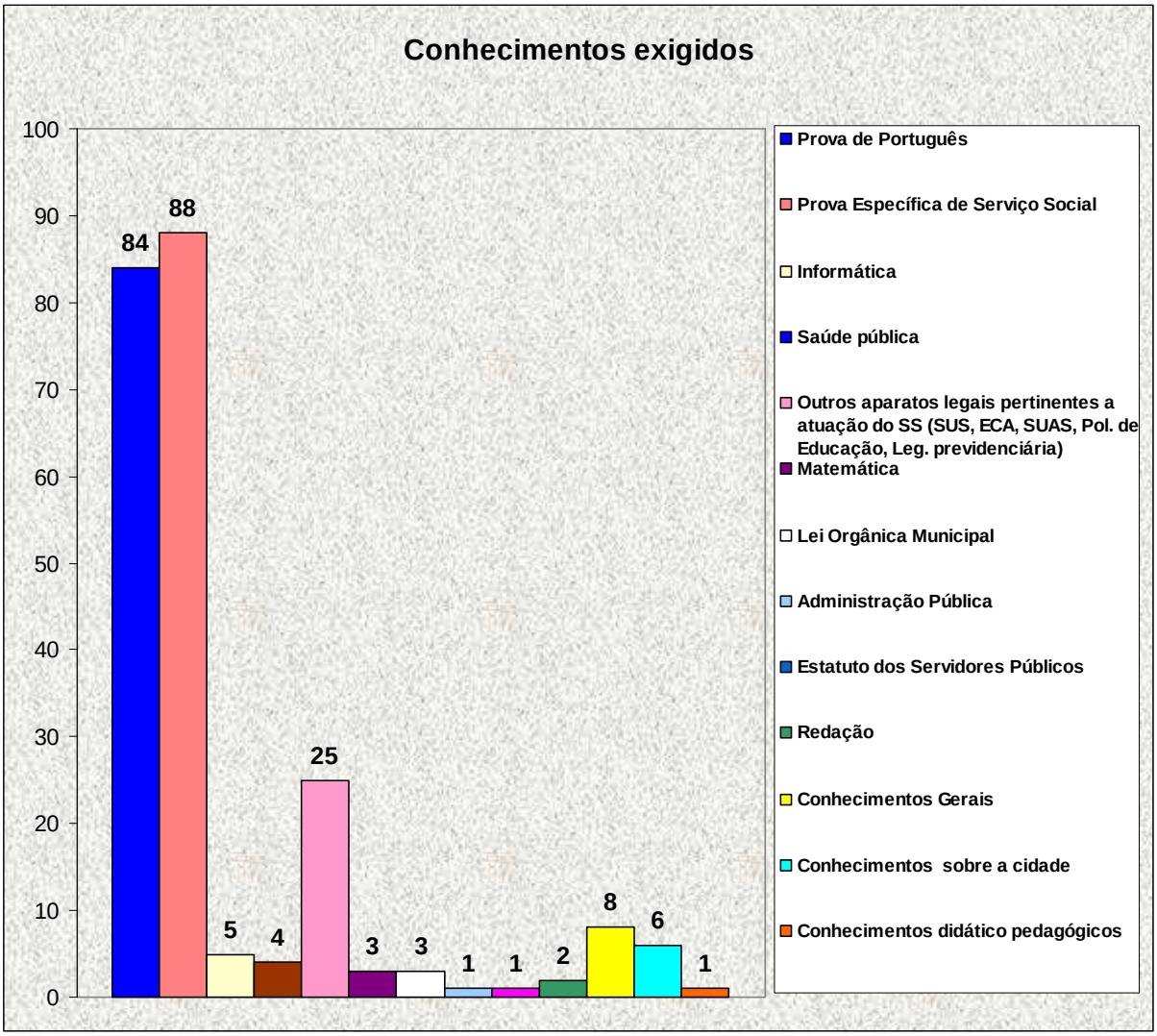
inserção no mercado de trabalho, o que impossibilita os que são recém-formados e que ainda não possuem a experiência acumulada como Assistente Social, limitando às chances de ingresso. Por outro lado, a experiência pode ser analisada como a visão que o empregador tem do profissional de Serviço Social como aquele que só necessita de conhecimento técnico-prático para intervenção na realidade, não associando a importância do conhecimento e aperfeiçoamento teórico na reflexão e articulação com a prática.

Outra questão relevante a ser destacada é que 46% dos concursos exigem cursos de pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado) e 26% destes exigem apenas cursos de pós-graduação lato sensu (especializações). Estas requisições igualmente limitam os recém-formados, pois muitos se debruçam em cursos de pós-graduação, acreditando ser a chance para aprovação e ingresso em concursos, sem ao menos terem tido participação no exercício da prática profissional, ou seja, objetivam com o aperfeiçoamento a inserção no mercado de trabalho.

A exigência por especializações também expressa a tendência do mercado em cursos de curta duração e que formarão especialistas em áreas de conhecimento do Serviço Social ou em áreas afins. Sendo, atualmente, uma exigência do mercado de trabalho, profissionais altamente qualificados e que detém conhecimento em áreas específicas de interesse do empregador.

Em última análise, trataremos dos conhecimentos exigidos nos respectivos concursos, como assim seguem.

Gráfico 9



A partir da análise sobre os conhecimentos exigidos, podemos visualizar que 88 editais exigiam conhecimentos específicos em Serviço Social e 84 destes Prova de Português, o que expressa a relevância não só que a prova específica assume, mas, principalmente, a importância assumida no domínio da língua falada e escrita. IAMAMOTO (2001) já sinalizava da importância do uso da linguagem em nossa profissão não só no domínio da fala, bem como no domínio da escrita. E, hoje, esta exigência é importante como requisito ao perfil de nossa profissão.

Outros conhecimentos importantes são aqueles referentes às legislações que amparam a nossa profissão, compondo o aporte teórico-metodológico exigido em nossa formação.

Os demais conhecimentos, sobretudo, os referentes a conhecimentos diversos (conhecimentos da cidade, legislações administrativas e outros) não são tão necessários a intervenção prática, bem como não correspondem a nossa formação profissional, mas existem com o objetivo de eliminar candidatos e verificarem se os novos concursados estarão habilitados a intervirem junto à realidade local e institucional.

Sendo assim, finalizamos este capítulo, trazendo elementos importantes para análise desta pesquisa e discussão de nossas hipóteses na parte conclusiva deste trabalho.

Conclusão

Perspectivas do atual mercado de trabalho em âmbito municipal no estado do Rio de Janeiro

Buscamos estudar nesta dissertação as transformações societárias em curso no contexto brasileiro, apontando para as mudanças no mundo do trabalho que atingem a classe trabalhadora a partir dos anos 90, em especial, o mercado de trabalho profissional em âmbito municipal no estado do Rio de Janeiro.

A partir desta análise, podemos afirmar que ao estudar o mercado de trabalho do Assistente Social, não estaremos autonomizando-o dos acontecimentos mais universais que envolvem a totalidade dos fenômenos, ou seja, no contexto mais genérico do atual Mercado de Trabalho.

Por sua vez, estudamos especialmente os editais de concursos públicos municipais no estado do Rio de Janeiro no período dos dois mandatos de Lula, sem desarticular da relação com outros estudos comparativos estaduais ou até de âmbito federal. Pelo contrário, realizamos as articulações necessárias aos estudos em questão. Apesar de termos realizado somente análise documental obtivemos uma amostra do Perfil Profissional e das Perspectivas para o Mercado Profissional de Trabalho em âmbito municipal.

Tratamos de conhecer as características sócio-econômicas e políticas do estado do Rio de Janeiro e, em específico, da sua Região Metropolitana, a qual possui diferenciações expressivas quanto a sua dinâmica em relação às outras cidades do interior do estado. Muitas destas também apresentam diferenciações quanto ao número de vagas, as chances salariais, a carga horária e os conhecimentos exigidos no Concurso, devido as suas características econômicas altamente rentáveis, com arrecadações expressivas, a exemplo, das cidades que usufruem dos Royalties do Petróleo e as que contribuem para a exploração petroquímica, exigindo maior oferta de profissionais, sobretudo, da área social, a

fim de desenvolverem projetos ligados ao desenvolvimento social das cidades, bem como para atender a mão-de-obra empregada domiciliada nas mesmas.

Outra questão relevante a ser considerada com relação à escolha dos dois mandatos do Governo Lula é que temos a partir do seu governo um incentivo maior aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, no atendimento a grupos populacionais específicos, assim como um repasse financeiro mais incisivo aos municípios cadastrados no processo de execução dos programas assistenciais do governo federal. Esta questão reflete intensamente em nossa atuação e legitimação perante o nosso empregador que demanda, especialmente, do Assistente Social a atuação junto às seqüelas da "questão social" e o repasse dos recursos sociais necessários a saída ou não dos sujeitos de sua situação de vulnerabilidade social. E isso se acentua quando tais programas assistenciais são amparados por legislações e um Sistema Único que assegurará o conteúdo e a operacionalidade da atual Política de Assistência Social. Por isso, temos um grande quantitativo de concursos que especificam em sua área de atuação o ingresso dos Assistentes Sociais, em especial, na área da Assistência Social.

É importante também relacionarmos este contexto de mudanças na contratação, nos espaços de atuação, nas demandas exigidas, nas novas competências atribuídas ao Assistente Social com o processo de legitimação desta profissão. Hoje, os assistentes sociais ainda atuam com a "execução terminal de políticas sociais", todavia estão cada vez mais inseridos em espaços e com demandas as mais diferenciadas – captador de recursos; nível gerencial e chefias; Recursos Humanos; responsáveis por Cadastros Sócio-Econômicos, a exemplo, do Cadastro Eletrônico do Bolsa-Família; etc - e que exigem não só capacitação técnico-operativa, mas, principalmente, capacitação em nível das atribuições funcionais, atendendo exclusivamente aos interesses institucionais e do empregador. Contraditoriamente, observamos ao analisar os editais de concursos, que muitos adotam como conhecimentos teórico-metodológicos, provas e títulos, tais como: ter uma especialização, um curso de Mestrado e Doutorado, ter experiência em determinada área ou na função pública, ou seja, não somente critérios de seleção para escolher candidatos para exercer

determinado cargo, mas uma atual requisição do mundo do trabalho de minimizar custos e tempo do empregador com qualificação e atualização de mão-de-obra, além de um “plus” na formação teórico-prática do profissional que está na, maioria das vezes, na execução de tarefas. Assim como pode ser caracterizado como uma estratégia de eliminar os considerados não “empregáveis” para o atual mercado de trabalho.

Considera MONTAÑO(2007):

> “(...) a emergência da profissão deve sua existência à síntese das lutas sociais que confluem num projeto político-econômico da classe hegemônica de manutenção do sistema perante a necessidade de legitimá-lo em função das demandas populares e do aumento da acumulação capitalista”. (p. 21)

Sendo assim, a profissão torna-se legítima a partir do momento que passa a dar respostas a determinadas necessidades sociais, bem como a partir da existência de instituições/organizações interessadas em contratar o profissional que responderá a partir dos instrumentos que lhe forem aferidos, no caso dos órgãos estatais, as políticas sociais. No seu processo de legitimidade, a profissão assume a dimensão hegemônica relacionada ao empregador, ao mesmo tempo em que exerce uma dimensão de subalternidade em relação aos usuários, em um processo único, pois um atenderá ao outro. O Estado se vê obrigado a atender a “questão social”, principalmente contratando agentes para execução das políticas sociais, enquanto a classe trabalhadora, população assistida “aceita”, legitima a inserção destes profissionais no suprimento de suas carências.

Por conseguinte, as políticas sociais que são “instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica” ((MONTAÑO, p. 27), passam a representar benesses mantidas pelo Estado para a garantia da ordem social. Contraditoriamente é

permeada por conquistas da classe trabalhadora que pressionam as classes hegemônicas a darem respostas às mazelas sociais, assumindo a *"questão social" a característica de ser disfuncional e ameaçadora da ordem* (Cf. ibidem, p. 48).

A partir destas análises, podemos pensar na relação Legitimidade Profissional e Mercado de Trabalho, uma vez que o profissional foi requisitado hegemonicamente em sua gênese pelo Estado para responder as mazelas sociais do capitalismo monopolista. Hoje, com outras formas expressivas de contratação e demandas diversas, não só do Estado, a dimensão hegemônica (relação assistente social/empregador) de legitimidade não se perde, continuando a contribuir para a ordem vigente e a acumulação capitalista. Entretanto, tem-se a legitimidade pela dimensão da subalternidade (relação assistente social/usuário), que é bastante questionável em algumas práticas contemporâneas de atuação do Serviço Social, mesmo com os aportes teórico, ético e político alcançados pela profissão e a intencionalidade do Assistente Social.

Assim podemos relacionar as hipóteses sugeridas com a análise dos dados que obtivemos no levantamento realizado. A primeira hipótese sobre a imagem que o empregador tem da profissão, pode ser melhor evidenciada quando identificamos as seguintes atribuições para o cargo:

Tabela 10 - Descrições dos Editais de Concurso

Anos	Atribuições do cargo (exemplos)
2002	Prestar serviços de âmbito social a indivíduos e grupos, identificando e analisando problemas e necessidades materiais, psíquicas e de outra ordem, aplicando método e processos básicos do Serviço Social para prevenir ou eliminar desajustes de natureza biopsicossocial e promover integração ou reintegração a sociedade. (Prefeitura de Cambuci)
2003	Exercer atividades e promover programas de assistência social, propor e executar projetos para grupos específicos de

	pessoas, a fim de alcançar o desenvolvimento e a integração destes na comunidade. (Prefeitura Municipal de Angra dos Reis)
2004[115]	-
2005	Compreende os cargos que se destinam a elaborar e executar programas de assistência social e apoio à população do Município e aos servidores municipais, identificando, analisando e contribuindo para a solução de problema de natureza social. (Prefeitura de Iguaba Grande)
2006	Realizar/participar estudo social; atendimento individual e em grupo, acolhimento e reinserção social; orientação para benefícios; orientação familiar; visita domiciliar e hospitalar; sobreaviso nas emergências; atividades comunitárias. Participar de reuniões técnico-administrativas e de estudo de caso. Acompanhar os usuários em eventos internos e externos e em internação em hospital geral e/ou especializados. Supervisionar Estágios na área de Serviços Sociais. Preencher prontuários com informações técnicas e diário de livro de ocorrências. Realizar assembléia de usuários. (Fundação Municipal de Saúde de Cantagalo)
2006	Atividades de supervisão, coordenação e execução de trabalhos relacionados com o desenvolvimento, diagnóstico e tratamento da comunidade, em seus aspectos sociais. (Prefeitura do Rio de Janeiro)
2007	Orientar as atividades de grupo de auxiliares, que executam trabalhos variados de assistência social; realizar estudos sociais das famílias dos alunos; encaminhar a creches ou escolas, educandários, clínicas especializadas ou outras entidades de assistência social que estiverem no contexto, providenciando para este fim, internamentos, transferências e concessão de subsídios; manter intercâmbio com estabelecimentos congêneres, oficiais ou particulares, com

[115] Neste ano nenhum dos editais de concursos municipais no estado do Rio de Janeiro levantados evidenciaram as atribuições para o cargo de Assistente Social.

	os quais haja convênio com a interpretação de problemas de crianças e adolescentes internados e egressos, e para estudo de assuntos relacionados com a assistência social, organizar e controlar fichário de instituições e pessoas que cooperem para a solução de problemas de assistência social; redigir relatórios das atividades executadas e informar processos e papéis diversos; desempenhar tarefas afins. Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos. (Prefeitura de Miracema)
2007	Realizar um trabalho sócio-educativo, respondendo às demandas dos usuários, garantindo o acesso aos direitos e cumprimentos de deveres (normas, códigos e legislação) visando a melhoria nas condições de vida da sociedade; conduzir políticas sociais públicas através de pesquisa, planejamento, organização, execução e avaliação das atividades; produzir relatórios, entrevistas, análises sociais, levantamento de recursos, encaminhamentos, visitas domiciliares, dinâmicas de grupo, pareceres sociais, contatos institucionais, entre outros. (Prefeitura de Mesquita)
2008	Realizar trabalhos ou atividades junto aos segmentos sociais, notadamente os setores populacionais pauperizados/excluídos, desenvolvendo pesquisas, planejando, organizando e administrando serviços sociais, programas e projetos sociais de caráter sócio-educativo. (Prefeitura de Niterói)

Fonte: Atribuições do cargo retiradas dos editais de concursos públicos de âmbito municipal no estado do RJ no período de 2002 a 2008.

Esta compreensão do que é a profissão e do que exerce vai de encontro não só a execução de tarefas, como propõe ser um profissional fatalista, mas igualmente a de um profissional com referencial crítico e com atribuições também bem definidas como sugere a Lei de Regulamentação Profissional 8662/93.

Podemos perceber que o atendimento e a orientação a indivíduos e grupos populacionais específicos ou não, garantindo o acesso a direitos contempla nosso

Artigo 4º, item V, de nossas competências profissionais descritas na Lei 8662/93. Outra questão igualmente bastante relevante é o "tratamento e diagnóstico da comunidade", sendo uma atribuição que traz elementos conservadores no que diz respeito à intervenção junto aos sujeitos sociais. Em momentos em que o Serviço Social chamado Clínico se evidencia contrário ao Projeto Ético Político defendido pelo Serviço Social na atualidade, tratar e diagnosticar a população que atendemos é retomar as práticas psicologizantes e individuais.

Também é importante ressaltar no conjunto das atribuições previstas nos editais a perspectiva desenvolvimentista trazida quando contribuímos para o "desenvolvimento e integração na comunidade, prevenindo e eliminando os desajustes sociais" presentes em determinados municípios. Do mesmo modo, observamos com tais descrições o viés conservador que envolve o imaginário social, especialmente, do nosso empregador, retomando a perspectivas de atuação conservadoras do ponto de vista ético-político e teórico-metodológico, presentes em determinado momento na profissão.

Outra questão também relevante do ponto de vista teórico-prático é o fato de associarem o trabalho profissional com a defesa de direitos dos usuários, a partir da realização de assembléias, reuniões, entre outras atividades de caráter sócio-educativo ou atividades comunitárias, o que pode também caracterizar-se, a depender da atuação e postura crítica do Assistente Social, uma atividade com viés messiânico, voluntarista ao invés de serem espaços expressivos de negociação coletiva e garantia efetiva de direitos, entre outras conquistas sociais.

E por último, temos a postura crítica também presente nos editais, através, por exemplo, das referências bibliográficas, que, muitas vezes, vão ao desencontro das atribuições sugeridas sobre o nosso fazer profissional. Muitas das referências compreendem a uma formação mais crítica e propositiva, enquanto as atribuições do cargo são totalmente contraditórias ao conteúdo teórico proposto pela bibliografia. Isso, ao mesmo tempo, retrata a dicotomia entre teoria e prática presente nos editais, sendo a profissão compreendida a partir do viés teórico, de um lado, e do viés da prática, de outro lado, sem realizar as mediações e articulações necessárias à intervenção na realidade.

A segunda hipótese compreende o perfil exigido no âmbito municipal e se este se apresenta de acordo com o projeto ético-político do Serviço Social. Podemos constatar a partir do levantamento realizado que o âmbito municipal caracteriza-se por ser o grande empregador da profissão, notadamente, nos últimos anos que compreendem os dois mandatos de Lula. Apesar do princípio constitucional da descentralização das políticas sociais e do movimento de municipalização a partir dos anos 90 até como prerrogativa neoliberal de desresponsabilização e repasse de verbas é, especialmente, no Governo de Lula que as municipalidades passam a assumir o campo de execução das políticas sociais, principalmente, amparadas sob legislação que compreenderá o chamado Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Como analisamos em capítulo anterior os anos que mais tiveram concursos municipais no Rio de Janeiro foram àqueles que compreenderam os anos iniciais do Governo Lula, bem como os da criação e legitimação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome com a reformulação da Política Nacional de Assistência Social.

Ainda em relação à análise do perfil profissional levantado, podemos perceber uma predominância de concursados nas áreas da Assistência e Saúde, em sua maioria, com vínculo estatutário, carga horária de 20 a 40 horas de trabalho, com predominância de nível salarial baixo (1 a 3 salários mínimos) e alto nível de formação profissional e qualificação. Este perfil, ao mesmo tempo que, representa avanços para a profissão, sobretudo, do ponto de vista do seu reconhecimento e legitimidade, igualmente, sinaliza para um contexto diferenciado de criação e consolidação de um aparato legal acerca as políticas sociais e públicas. Do mesmo modo que ainda apresentamos uma carga horária no âmbito estatal flexível, contudo, com níveis salariais baixíssimos, o que exige, muitas

vezes, do assistente social a manutenção de um vínculo de trabalho, a fim de suprir suas necessidades, gerando sobrecarga física e emocional que poderá interferir até na qualidade da intervenção profissional e produtividade dos profissionais. Por outro lado, também exigem profissionais com formação em nível de pós-graduação ou experientes na área, o que demandará deste mais tempo e custo para o preparo e inserção profissional, sendo uma exigência plausível, mas que poderia garantir ao profissional melhor recompensa e reconhecimento por corresponder a determinado perfil, não atendendo somente a uma requisição do atual mundo do trabalho.

Podemos afirmar, portanto, que tal perfil profissional atende as exigências, em parte, de um profissional como proposto pelo Projeto Ético Político do Serviço Social, à medida que solicita um profissional com amplo conhecimento teórico e crítico para intervir na realidade e, principalmente, propositivo nas ações a serem desenvolvidas. Entretanto, contrário a este Projeto, à proporção que também está sujeito às várias determinações estruturais do mundo do trabalho que exige cada vez trabalhadores empregáveis ao mercado e um perfil profissional sujeito às determinações neoliberais, especialmente, com o corte dos recursos para as políticas sociais, espaço sócio-ocupacional do Serviço Social. Estas determinações interferem, sobremaneira, em nossas condições e relações de trabalho com: corte nos salários, alterações no vínculo empregatício, na carga horária, na quantidade e no agravamento das demandas atendidas, assim como acirra a competitividade e concorrência entre os próprios Assistentes Sociais, receosos em manter seus empregos, uma vez que tem-se um exército de reserva em busca de uma oportunidade.

A terceira e última hipótese é se as exigências e os critérios de seleção dos concursos públicos conseguem atingir a todos os que se formam a cada ano na profissão. Com a privatização do ensino e o incentivo do governo ao crédito universitário, estimulando o crescimento das privadas, cresceu em número os cursos de Serviço Social entre o âmbito privado e até a distância, o que não se sabe se a formação profissional adquirida contempla o projeto profissional.

Segundo estudo apresentado por Marilda Iamamoto em março de 2007[116], pode ser verificado até o ano de 2006 que o número total de instituições de ensino superior (IES) totalizava 253 instituições, representando 207 instituições privadas e 46 instituições públicas. Deste quantitativo de IES de Serviço Social, 52% representavam Universidades, 33% Faculdades, 12% Centros e 3% Institutos Superiores. Em relação ao número de vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior naquele período 84% (207 vagas) eram vagas do ensino privado, enquanto 16% (46 vagas) representavam vagas do ensino público. Segundo a modalidade do curso, temos: 70% presencial e 30% ensino a distância.

No estado do Rio de Janeiro, segundo o quantitativo de instituições de ensino superior (IES) no período estudado, tínhamos para o Serviço Social o número de 25 instituições e a oferta de 2411 vagas. No período de 1930 a 2006, totalizavam 25 instituições com curso de Serviço Social no estado, sendo representado por 6 instituições públicas e 19 instituições privadas, ou seja, aumentando expressivamente ao longo dos anos o número de escolas de Serviço Social, sobretudo, no âmbito privado.

[116] Palestra "A precarização do ensino superior e o exame de proficiência no Serviço Social" proferida em maio de 2007 em comemoração ao Dia do Assistente Social.

Estes dados representam a legitimidade que assume a profissão, principalmente, para o empregador que com o contexto de crises inerentes ao capitalismo passa a exigir mão-de-obra especializada para intervir na realidade social. E, com isso, demandando das escolas de formação, profissionais qualificados para atuarem junto à "questão social". Outra exigência atual que também vem pressionando às escolas formadoras a abrirem o curso é que com a chamada "refilantropização" do social, realizada pelas chamadas ONGs, surge uma falsa idéia de aumento do nosso mercado empregador nestes setores, entretanto, como já apresentado nas pesquisas, este não é tão promissor e incidente entre a categoria profissional.

Sendo, portanto, nosso mercado empregador predominante, conforme apontam as pesquisas, ainda o âmbito público estatal, compreendendo as três esferas de governo. Contudo, hoje, percebemos a grande incidência de contratação para a esfera municipal, conforme levantamento do Perfil Profissional no estado do Rio de Janeiro. Estes selecionam seus profissionais via concurso público, o que exige preparo e formação teórica prévia dos candidatos, além de requisitos técnicos. Como vimos em resultados obtidos em nosso levantamento, muitos destas seleções públicas estão exigindo além da graduação, à medida que compõe em seus critérios de seleção provas e títulos, ou seja, pós-graduação lato e stricto senso, além de experiência profissional. .

Por conseguinte, podemos perceber que temos uma formação voltada, especialmente, para atender aos requisitos do mercado empregador. Pois, com o avanço do ensino privado, amplamente incentivado pelo próprio governo como uma das medidas da Reforma Educacional, este não só presencial, mas até nos moldes do Ensino à Distância, vê-se uma diferenciação na qualidade desta formação, uma vez que não integram o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, sendo somente para atender às demandas do atual mundo do trabalho, ou seja, ser qualificado através do ensino superior a fim de se tornarem empregáveis ao mercado.

Outro agravante é a qualidade do corpo docente, pois para muitos professores das instituições privadas, até recentemente, não eram exigidos

Mestrado e Doutorado, bem como dedicação exclusiva. Enquanto nas Universidades Públicas, como parte das exigências do próprio governo federal e de suas instituições, a composição de um corpo docente que se dedique integralmente, sobretudo, ao Ensino→Pesquisa→Extensão.

Sendo assim, podemos concluir que apesar do grande incentivo do governo ao ensino privado, até como uma solução do capital às crises do emprego, acredita-se que as exigências das seleções públicas, bem como o ingresso de seus candidatos, não vêm contemplando, em sua grande maioria, os profissionais egressos das instituições privadas. E tais motivos melhor explicitados anteriormente são justificados pelas exigências a que estão sujeitas as instituições privadas na atualidade, sobretudo, de enriquecimento do capitalista educacional e de resposta à crise, prestando uma formação, muitas vezes, de pouca ou nenhuma qualidade. Portanto, estes requisitos não vão de encontro ao nosso projeto de formação profissional como descrito em nossas diretrizes curriculares, assim como não garantem aos profissionais chances reais de ingresso ao mercado profissional de trabalho já tão restrito na Contemporaneidade.

Referência Bibliográfica

ABREU, Marina M. "A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira". *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº 79, São Paulo, Cortez, 2004. Versão Especial.

ALVAREZ, R. "Cargos de afilhados crescem mais". In: *Jornal O GLOBO,* Caderno O País, p. 3, Junho de 2009.

ANTUNES, R. e **ALVES**, G. "As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc*., vol. 25, n.87, Campinas, maio/ago. 2004, p..335-351. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br.

_____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho.* 8ª ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP, 2002.

_____. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.* 6ª reimpressão- São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

BEHRING, E. R. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.

_____. "A Contra-Reforma do Estado e o Reordenamento das Políticas Sociais Brasileiras". Disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br. Acesso em Abril de 2008.

_____. "Fundamentos de Política Social". In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Texto em versão de revista, fruto das aulas proferidas na graduação da Faculdade de Serviço Social, UERJ, na disciplina de Fundamentos de Política Social. Acesso ao Google em abril de 2008.

_____. Políticas Sociais no Governo Lula: uma reflexão. In: *Revista Inscrita,* nº IX, Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, 2004, pp. 10-14.

_____ e **BOSCHETTI**, I. *Política Social: fundamentos e história*. 4˚ed., São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2)

_____. Seguridade Social no Brasil e perspectivas do governo Lula. In: *Universidade e Sociedade*, nº 30, Ano XIII, Distrito Federal, Junho de 2003, pp. 9-21.

BOSCHETTI, I. Assistência Social no governo Lula: Uma política social em disputa e em (re)construção. In: *Revista Inscrita,* nº IX, Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, 2004, pp. 18-22.

BRAZ, M. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº 78, Cortez, São Paulo, 2004, pp. 48-68.

CARVALHO, C. E. Governo Lula, o triunfo espetacular do neoliberalismo. In: *Margem Esquerda: ensaios marxistas,* nº3, Boitempo Editorial, São Paulo, 2004, pp. 131-146.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Mapa do trabalho informal:* perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. Kjeld Jakobsen, Renato Martins e Osmir Dombrowski (Orgs.), Editora Fundação Perseu Abramo, SP, Brasil,1996.

COUTINHO, C.N. "O estruturalismo e a miséria da razão." São Paulo, Paz e Terra, 1972.

CORIAT, B. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. trad. Emerson S. da Silva. - Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994, 212p.

GAIER, R. V. Número de desempregados supera 2 mil após 18 meses. In: http:// br.noticias.yahoo.com/s/reuters/manchetes_ibge_desemprego&printer=1. Acesso em 24/04/2009.

GANDRA, A. Saída para a pobreza está no mercado de trabalho, avalia economista. http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/05/21/materia.2009-05-21.6921530670/view. Acesso em 23/06/2009.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.

_____. "A força histórico-ontológica e crítico-analítico dos fundamentos". In: *Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social*, n. 10, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

_____. "O Serviço Social frente à crise contemporânea: demandas e perspectivas". In: *Polêmica*, pp. 6-15.

GRAVE, F. Trabalho, Desemprego e Serviço Social. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n° 69, Cortez, São Paulo, 2002. pp. 73 –106.

HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14º ed., São Paulo, Edições Loyola, 2005.

_____. "O 'novo' imperialismo: Acumulação por espoliação". In: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf. Acesso em setembro/2007.

IAMAMOTO, M. V., **CARVALHO**, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.*14 ed. – São Paulo, Cortez, 2001 (a).

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.* 5°ed.- São Paulo, Cortez, 2001(b).

_____. *Serviço Social no Tempo do Capital Fetiche*. 2005. 171 p. Tese apresentada para preenchimento de vaga de Professor Titular no Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social UERJ). UERJ. Rio de Janeiro.

_____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.

_____. O projeto profissional e a questão social. In: CFESS. *Atribuições privativas do(a) Assistente Social em questão*, p. 13-50. Brasília. CFESS, 2002.

JAMESON, F. *Pós-Modernismo: A lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. P. 27 a 79, 2ª ed., Espírito Santo: Ática, 1997.

LAURELL, A. C. *Estado e políticas sociais no neoliberalismo. 3ª ed. – São Paulo. Cortez, 2002, pp. 151-178.*

LEITÃO, T. Taxa de desemprego fica estável em abril e registra 8,9%. In: http://www.agenciabrasil.gob.br/noticias/2009/05/21/materia.2009-05 21.2620762748/view. Acesso em 23/06/2009.

LOWY, Michael. Ideologia e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista. pp. 37-74, 16º ed., São Paulo, Cortez, 2003.

LUKÁCS, G. Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx, pp. 11-76, São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

_____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Revista *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Ciências Humanas Ltda, 1978.

LUQUES, Ione. Planejamento é a palavra-chave para o jovem entrar no mercado de trabalho. In: http://www.oglobo.com.br/ O Globo Online, Caderno Primeiro emprego. Acesso em 07/09/2007.

MALAGUTI, M. L., CARCANHOLO, R. A., CARCANHOLO, M. D. (Orgs.). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo.* 2ª ed., São Paulo, Cortez, 2000.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio.* Coleção: Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaios; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas,1990.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. SP, Martins Fontes, 1983.

Matérias do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Extraído do site http://www.pnud.org.br, em 04/03/2008.

MATTOSO, J. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90.* 2ª ed. e 3ª reimpressão. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 4º ed. – São Paulo : Cortez, 2007.

_____. *A Natureza do Serviço Social. Um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução.* Capítulo I, pp. 3-60. (versão em cópia)

_____. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº 53, Cortez, São Paulo, 1997, pp. 102-125.

MOTA, Ana Elizabete (org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*, 2ªed., São Paulo: Cortez, 2000, pp. 23-44.

NETTO José Paulo. "A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova". *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº 79, São Paulo, Cortez, 2004. Versão Especial.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. 4ª ed., São Paulo, Cortez, 2007.

_____. "Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil". In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº50, São Paulo, Cortez, 1996.

_____. "Razão, ontologia e práxis". In: *Revista Serviço & Sociedade*, nº 30, Cortez, São Paulo, 1989.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, IBGE, 2004. In: http://www.ibge.gov.br.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, IBGE, Síntese de Indicadores, 2007. In: http://www.ibge.gov.br. Acesso em 17/06/2009.

Pesquisa Mensal de Emprego - PME, IBGE, Estimativas de Abril de 2008 a Abril de 2009. In: http://www.ibge.gov.br. Acesso em 17/06/2009.

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, DIEESE/SEADE, abril 2007. In: http://www.dieese.org.br

Pesquisa "Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional", CFESS (org.), maio de 2005. In: http://www.cfess.org.br

PRÉDES, Rosa (org.). *Mercado de Trabalho do Serviço Social. Fiscalização e*Exercício Profissional. Maceió: EDUFAL, 2002.

RIBEIRO, Fabiana. "No Rio, informalidade avança ao contrário do que se observa no país". In: *Jornal O GLOBO,* Caderno Economia, p.41, Setembro de 2008.

Reportagem intitulada "Empresas terão lideranças mais jovens". In: *Jornal O GLOBO,* Caderno Boa Chance, p.3, Setembro de 2008. (recorte de jornal)

RIDENTI, M. A segunda eleição de Lula. In: *Margem Esquerda: ensaios marxistas*, nº9, Boitempo Editorial, São Paulo, 2007, pp. 144-153.

RIO 97: O mercado de trabalho no Rio de Janeiro. Secretaria Municipal do Trabalho da Prefeitura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997, 344p.

SERRA, Rose M. Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional. Capítulo III, São Paulo: Cortez, 1998.

_____ (org.) *Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Petres – FSS/UERJ, 2001.

SILVA, Adriano. O Paradoxo do Emprego: o desemprego no Brasil tem a ver tanto com a falta de vagas, quanto com a falta de bons profissionais para as vagas existentes. *Revista EXAME*, p.181-183, Abril, 2000.

SOARES, L.T. Avanços e Retrocessos na América Latina, 2002.

_____. *Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina.* 2ª ed., São Paulo, Cortez, 2002.

SUWWAN, L. "Bolsa Família atingirá 1 em cada 3 brasileiros em 2010". In: *Jornal O GLOBO,* Caderno O País, pp. 3, Maio de 2009.

TEIXEIRA, F. J.S. e **DE OLIVEIRA**, M. A. (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturaçãoprodutiva: as novas determinações do mundo do trabalho.* p. 195-252, 2ª ed., São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

VAZQUÉZ, Sanches A. Filosofia da Práxis, 4ºed.. Rio de Janeiro, Paz eTerra, 1990, pp 209 – 243.

YAZBEK, M. C. Terceiro Setor e a Despolitização da Questão Social Brasileira. *Revista INSCRITA*, nº 6, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, julho de 2000.

WEINBERG, M. e BRASIL, S. O Segundo Vestibular: os desafios de entrar nummercado de trabalho em que a concorrência para o primeiro emprego é bem maior do que aquela enfrentada para ingressar na faculdade. *Revista VEJA*, Caderno Especial, p.168-180, Dezembro, 2003.

Acesso ao conteúdo dos sites:

- Armazém dos dados (http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br)
- Governo de Estado do Rio de Janeiro (http://www.governo.rj.gov.br)
- Fundação CIDE - Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (http://www.cide.rj.gov.br)
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (http://www.mds.gov.br)
- Ministério da Educação (http://portal.mec.gov.br)
- Pesquisa do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH no site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (http://www.pnud.or.br)

Documentos pesquisados

- Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº8662/19 93)
- Código de Ética Profissional de 1993
- Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social, CFESS/CFP, 2007.
- Relatório da Pesquisa “Formação Profissional e mercado de Trabalho: uma análise dos concursos para assistentes sociais”, Organização: NEFSSC, setembro de 2007.
- Editais de Concursos Públicos Municipais no período de 2002 a 2008. Pesquisado nos arquivos do CRESS - 7ª Região e nos sites Balcão de Concursos e PCI Concursos.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo